

JONAS SIMAS CUSTÓDIO

**CAMINHOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR ARTESANAL EM GOVERNADOR
CELSON RAMOS/SC: da Pesca Maricultura**

Florianópolis, 2006
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia

**CAMINHOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR ARTESANAL EM GOVERNADOR
CEELSO RAMOS/SC: da Pesca a Maricultura**

Orientador: Professor Doutor Clécio Azevedo da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, janeiro de 2006

**CAMNHOS DA PRODUÇÃO ARTESANAL GOVERNADOR CELSO
RAMOS/SC: da Pesca a Maricultura**

Jonas Simas Custódio

Coordenador: Professor Doutor Carlos José Espíndola

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos quesitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: _____

Prof. Dr. Clécio de Azevedo da Silva (GCN/UFSC)

Membro _____

Prof. Dr. Lauro Mattei (CSE/UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (GCN/UFSC)

Membro: _____

Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti (GCN/UFSC)

Florianópolis – SC, de 11 de Janeiro de 2006.

Este trabalho é dedicado aos meus familiares e amigos, que durante esses dois últimos anos, compreenderam a minha constante ausência.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Clécio Azevedo da Silva por ter aceito a orientação e apoiado integralmente este projeto. Ao Dr. Roland Luiz Pizzolatti, amigo constante nas discussões sobre os temas tratados nesta pesquisa, bem como na leitura e correções.

Aos professores que ao longo do curso ministraram suas aulas com maestria e competência, dando-me o conhecimento necessário da embasar minha tese.

A Secretária do curso, Marli Terezinha Costa, que foi também uma grande amiga e incansável em prestar esclarecimentos, bem como a todo Departamento de Pós Graduação – Mestrado da Geografia.

As amigas, Celeste Maria Gracick pelo apoio e ajuda na compilação dos dados estatísticos e a leitura e correção final da Dissertação e ainda, o companheirismo incondicional nos momentos de angustia e incertezas. A Rosana Mussi Jendiroba, pelas aulas de inglês, para que pudéssemos ser aprovados na prova de proficiência.

Aos colegas de Mestrado em Geografia pela convivência do dia-a-dia durante o curso, e após, e pelo alto nível das discussões acadêmicas.

Pescador: *Mestre, admiro-me de como podem os peixes viver na água.* Pescador mestre: *Ora, do mesmo modo que os homens vivem na terra: os grandes devoram os pequenos.*

Shakespeare, Ato II de Péricles.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas no espaço de Governador Celso Ramos/SC, desde a pesca da baleia e a agricultura de subsistência, passando pela manufatura dos engenhos e das salgas, a industrialização da pesca e o turismo. Posteriormente a falência da indústria pesqueira com a manutenção das produções artesanais da pesca e a maricultura. Nossa análise recai sobre o processo de mudanças sócio-espaciais, de comportamento das inter-relações de trabalho e renda. A discussão principal desta pesquisa consiste em saber em que medida estas relações vem ocorrendo e que estratégias de desenvolvimento estão sendo implementadas pelos poderes constituídos a partir da dinâmica, principalmente da pesca e da maricultura familiar com as demais atividades. Portanto, constatamos que as atividades que antes eram somente artesanais e de subsistência, incorporam outras atividades que chamamos de pluriativas, que tem abarcado mão-de-obra em horário disponível tanto dos trabalhadores da pesca e maricultura bem como de seus familiares. Dessa forma buscamos entender como essas atividades praticadas no mar e que tem a família como suporte, vem respondendo ao processo de desenvolvimento que se encontra estabelecido, e quais as estratégias necessárias para a manutenção das atividades artesanais. Estes processos vêm gerando novas dinâmicas e técnicas produtivas, que tem causado fortes impactos sobre o trabalho artesanal. Todavia, podemos ressaltar que a integração produtiva tem elevado as oportunidades de trabalho e o aumento de renda, embora as técnicas desenvolvidas tragam consigo empresários que se envolvam na produção e excluam o pequeno produtor como ocorreu no passado.

ABSTRACT

The aim of this study was to identify the changes that took place in Governador Celso Ramos – SC, since the catching of whales, agriculture for subsistence, factory for production of manioc flour, factory of salted fish, the beginning of industrial fishing, tourism, the ruin of the fish industry and the maintenance of the production by artisanal fishing and the culture of shellfish. Our analysis was done on the social and demographic changes, related to the behavioral changes of the relationship work and income. The principal discussion of this research consists of the knowledge of to what extent these relationships occur and what developmental strategies are being implemented by the authorities as a result of these changes mainly the fishing and the shellfish culture carried out by families with the other activities. Therefore we observed that the activities that were before artisanal and of subsistence incorporated other activities that we call pluralistic activities, which have obtained labor in available hours with fishermen and workers from the shellfish culture and also their families. In this way we try to understand how these activities done at sea and their families as a support are responsible for the process of development that has been established and what strategies are necessary for the maintenance of the artisanal activities. These processes have generated new dynamics and productive techniques which have caused strong impacts on the artisanal labor. Nevertheless we can emphasize that the productive integration has increased work opportunities and income, although the techniques that were developed bring new investors who will get involved with the production this may lead to the exclusion of the small producer as took place in the past.

LISTA DE MAPAS

FIGURA 1 Mapa de Localização de Governador Celso Ramos, ex-Ganchos	pg. 22
FIGURA 2 Mapa de Localização dos Principais Portos Pesqueiros de Santa Catarina - no período.....	pg. 42
FIGURA 9 Mapa do Pólo de Aqüicultura (maricultura) do Estado de Santa Catarina.....	pg. 85
FIGURA 10 Mapa da Distribuição Geográfica da Maricultura de Santa Catarina – 2004.....	pg. 87
FIGURA 11 Mapa da Geografia de Localização dos Parques Aqüícolas em Governador Celso Ramos.....	pg. 93
FIGURA 12 Mapa da Distribuição Geográfica no Mundo da Espécie do Mexilhão Perna perna.....	pg. 102

LISTA DE FOTOS

FIGURA 3 – Foto aérea (1938) de Canto dos Ganchos mostrando a tênue ocupação das encostas.....	pg. 51
FIGURA 4 – Foto aérea (1957) de Canto dos Ganchos - neste período a agricultura entrou em decadência em detrimento da ascensão da pesca.....	pg. 51
FIGURA 5 – Foto aérea (1979) de Canto dos Ganchos. a pesca industrial encontrava-se no seu auge.....	pg. 52
FIGURA 6 – Foto aérea (2000). aqui o asfalto tomou lugar da estrada de barro e a expansão urbana subiu as encostas.....	pg. 52
FIGURA 7 – Foto atual do adensamento populacional nas encostas dos morros – 2005.....	pg. 53
FIGURA 16 – Banco natural de sementes em Governador Celso Ramos.....	pg. 111
FIGURA 17 Coletor artificial de sementes.....	pg. 112

FIGURA 18	Área de produção long line (espinhel).....	pg. 114
FIGURA 19	Pedaços de redes de pesca usados para fazer bolsas de mariscos.....	pg.115
FIGURA 20	Corda com sementes prontas para ser colocada no espinhel.....	pg. 116
FIGURA 21	Acompanhamento do crescimento do marisco e retirada dos predadores naturais.....	pg. 117
FIGURA 22	Bolsa de mariscos pronta para comercialização.....	pg. 118

LISTA DE GRÁFICOS

FIGURA 8	Gráfico dos principais países produtores de mexilhão cultivados, 2004 (em toneladas).....	pg. 80
FIGURA 13	Gráfico da composição bioquímica relativa (%) mexilhão Perna perna.....	pg.104
FIGURA 14	Morfologia externa do mexilhão Perna perna.....	pg. 105
FIGURA 15	morfologia interna do mexilhão Perna perna.....	pg. 106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Manufaturas de engenhos de farinha e açúcar.....	pg. 24
TABELA 2	Progressão do aumento do número de pescadores artesanais do município de Governador Celso Ramos, ex-Ganchos - período compreendido entre 1963 até 1979.....	pg. 29
TABELA 3	Condição do produtor de acordo com o número de estabelecimentos - Governador Celso Ramos - 1975 - 1995.....	pg. 33

TABELA 4 Estrutura (barcos) na cidade de Santos nos anos de 1944, 1950, 1975.....	pg. 37
TABELA 5 Embarcações acima de 20 toneladas brutas por região – proprietários – 1977.....	pg. 38
TABELA 6 Incentivos governamentais da SUDEPE – por região.....	pg. 38
TABELA 7 Produção de pescados em Santa Catarina (em quilos) – 1966 a 1970.....	pg. 43
TABELA 8 Produção (em quilos) de pescados – de 1972 a 1974.....	pg. 45
TABELA 9 Evolução da população de Governador Celso Ramos, segundo situação de domicílio.....	pg. 73
TABELA 10 Número de estabelecimentos, segundo a categoria – 1990 a 2003.....	pg. 75
TABELA 11 Número de empregos, segundo a categoria – 1990 a 2003.....	pg. 75
TABELA 12 Índice de desempenho do programa da cadeia de moluscos bivalves cultivados no Brasil.....	pg. 82
TABELA 13 Associações e cooperativas com unidades que possuam beneficiamento (UB) de moluscos em Santa Catarina – dados de 2004.....	pg. 89
TABELA 14 Áreas de produção de mexilhões em Governador Celso Ramos em 2004 por localidade.....	pg. 94
TABELA 15 Custo de produção de um módulo de mexilhões com 5.000 m ² – sistema “long line...”.....	pg. 119
TABELA 16 Outros materiais utilizados na produção de mariscos.....	pg. 120
TABELA 17 Produção de bolsas de mariscos produzidos por localidades no município – dados coletados com os entrevistados.....	pg. 121/ 122
TABELA 18 Apuração de resultados – produção “in natura” - 2005.....	pg. 123
TABELA 19 Apuração de resultados – produção desmariscado - 2005.....	pg. 124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPESC - Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina

ACT – Admitido em Caráter Temporário

AMJG – Associação de Moradores do Jardim Gaivotas

ART – Anotação de Responsabilidade Técnica

CEPSUL – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste

CEPA/SC – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina, ou ainda pode-se ler: ICEPA – Instituto.

COOALIMAR – Cooperativa de Mulheres Produtoras de Alimentos da Maricultura

CEPASA – Centro de Treinamento de Pesca da Penha/SC

CTTMar/UNIVALLI – Centro de Ciências Tecnológicas de Terra e Mar da Universidade do Vale o Itajaí

DEOH – Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas

DP/MM – Departamentos de Portos do Ministério da Marinha

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAMASC – Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina

FATMA – Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente

GRANFOPLIS – Grande Florianópolis

HACCP – Certificação Sanitária de Reconhecimento Internacional

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Renováveis

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

LAMEX – Laboratório de Mexilhões

LCMM – Laboratório de Moluscos Marinhos

NAPESCA – Indústria e Comércio de Pescados Ltda.

PEA – População Economicamente Ativa

PEGAN – Pescados Ganchos

PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PLAMEG – Plano de Metas do Governo do Estado de Santa Catarina – 1961/65

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento Familiar

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho

SABAP – Sociedade Amigos do Bairro de Armação da Piedade

SPU – Serviço do Patrimônio da União

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SULBRAS – Indústria Sulbrasileira de Pesca

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	pg. 15
1. A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE GOVERNADOR C. RAMOS.....	pg. 22
1.1 Da Pesca da Baleia a Manufatura dos Engenhos.....	pg.22
1.2 Salgas.....	pg. 26
1.3 O Desenvolvimento da Atividade Industrial Pesqueira	pg.32
1.4 O Desenvolvimento da Indústria Pesqueira no Brasil.....	pg.35
1.5 O desenvolvimento da Pesca em Sta. Catarina e em Governador Celso Ramos.....	pg. 34
1.6 As Transformações do Espaço de Governador Celso Ramos, de 1960 até o final da década de 1970.....	pg. 48
1.7 A Falência da Indústria Pesqueira em Governador Celso Ramos.....	pg.55
2. A MARICULTURA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL.....	pg.689
2.1 Atividade no Mundo e no Brasil.....	pg.79
2.2 Santa Catarina e Governador Celso Ramos.....	pg.68
2.3 A Caracterização e Legitimização da Área de Cultivo de Mexilhões (mariscos).....	pg. 83
2.4 Da Legalização do Parque Aqüícola.....	pg. 86
2.5 Mexilhão Produzido no Município de Governador Celso Ramos – espécie Perna perna.....	pg.90
2.6 Reprodução e Desenvolvimento da Larva.....	pg. 91
2.7 Composição Bioquímica do Mexilhão Perna perna.....	pg. 92
2.8 Fixação do Mexilhão Perna perna.....	pg.95

2.9 Disponibilidade da produção de sementes.....	pg. 97
2.10 O sistema de Produção do Mexilhão - Estrutura de Produção.....	pg.102
2.11 Custos da Implantação da Estrutura da Produção.....	pg. 107
2.12 Retorno Financeiro.....	pg.110
2.13 Agregação de Valores na Maricultura e Tributação.....	pg. 114
3. A PLURATIVIDADE NA PESCA E MARICULTURA EM GOVERNADOR CELSO RAMOS.....	pg.117
3.1 Caráter Pluriativo da Pesca e Maricultura artesanal.....	pg.117
3.2A Evolução das Ocupações não Formais da Pesca.....	pg.125
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pg.130
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	pg. 145
6 BIBLIOGRAFIA	pg. 148

INTRODUÇÃO

As produções artesanais familiares de pesca e de maricultura encontram-se com significativas transformações. A forma como vem se processando e a amplitude das mutações que, ao longo das últimas décadas vem ocorrendo, tem acentuado o caráter heterogêneo e complexo das atividades no mar.

Diante desta panorâmica acerca da problemática de nosso interesse, pretendemos analisar a reprodução econômica familiar, frente à implementação das atividades de pesca e maricultura, em substituição à falência da indústria pesqueira e as relações pluriativas do município de Governador Celso Ramos/SC.

Assim sendo, diante da necessidade de se entender as implicações de processos na atualidade, o olhar sobre as atividades familiares artesanais de pesca e maricultura vem se tornando menos condescendente e mais interrogativo. As atividades que se processam no mar vêm se tornando *locus* de onde tem emergido questões que dizem respeito a toda a sociedade local e não mais apenas aos pescadores e maricultores. Entretanto, essas relações vêm se alterando na medida em que novas formas de reprodução social do trabalho e renda têm se inserido no município em estudo.

Devemos observar que apesar da diversidade de relações de trabalho formais surgidas paralelamente com a pesca e a maricultura, tema de análise, vem alimentando possibilidades reais de mudanças em curso. Dessa maneira, novas formas pluriativas nas relações de emprego, bem como estratégia de desenvolvimento hegemônica vem se concretizando. Além disso, sob as diversas formas e proporções, a maioria dos assuntos discutidos, procura dar uma visibilidade da importância dessas atividades nas possíveis reformas e projetos que melhorarão sensivelmente o desenvolvimento das atividades artesanais no município. Com isto, poderá dar suporte e estruturação a outros

ramos do mercado de trabalho que se inserem na localidade, como exemplo, o turismo.

Entretanto, as experiências descentralizadas e inovadoras de desenvolvimento precisam ser aprimoradas e ampliadas a partir da ação política para o setor, não ficando somente no discurso, dessa forma melhorando as condições de vida, principalmente de maricultores e suas famílias envolvidas. Destacamos a necessidade de um redimensionamento dos espaços produtivos para não causar a eutrofização das áreas produtivas. Quanto às mudanças na estrutura da pesca e maricultura artesanal familiar, não se deve restringir a produção primária, mas melhorar as formas de captura do pescado e produção de mexilhões bem como de processamento e comercialização como exercício de atividades não artesanais.

Outro ponto a ser ressaltado quanto à pesquisa realizada refere-se às limitações e potencialidades dos contextos de desenvolvimento voltado à atividade familiar. Tal fato se faz cada vez mais premente, quando consideramos o caráter incipiente das estratégias usadas pelos poderes constituídos, seja o município, o governo estadual e o governo federal, além das associações e cooperativas.

Também lembramos que até pouco tempo, parte dos estudos realizados sobre a pesca e maricultura no município se dedicavam basicamente aos processos de ordem geral, a dinâmica do capitalismo, como exemplo, SILVA, (1992). Os mesmos hesitam muito em considerar e se interessar pelas especificidades e as questões relacionadas ao espaço de produção e todo intrincamento nas relações de trabalho e renda extra-atividade artesanal, bem como da sua permanência como reprodução e inclusão social. Estamos convencidos que é necessário atentar para essa escala de análise a fim que possamos avaliar não somente o sentido dos atuais contextos em que vem se desenvolvendo as relações na dinâmica e na reestruturação das atividades pesqueiras.

Quando começamos nosso estudo, não tínhamos como objetivo específico analisarmos o tema **pluriatividade**, mas sim as relações de pesca e maricultura familiar na vida das comunidades pesqueiras do município de Governador Celso Ramos/SC, o futuro desta atividade como fonte de renda e inclusão social. Outra preocupação da pesquisa seria traçar subsídios para servir de base para a definição das linhas gerais de intervenção da administração pública no desenvolvimento do meio pesqueiro artesanal, bem como servir de alerta, principalmente aos maricultores e pequenos pescadores, no sentido da intervenção iniciada por empresários na atividade.

Por ocasião das entrevistas, nos deparamos com outras formas de relações e ocupações por trabalhadores da pesca e maricultura, que se inseriam nas atividades formais, ocupando dessa maneira a mão-de-obra artesanal. Isso, entretanto, não invalida as análises que apresentaremos adiante. O estudo foi realizado no sentido de diagnosticar a diversidade de situações encontradas no município. Para tanto, foram aplicadas entrevistas diretas às famílias dos pescadores maricultores, visando identificar as características básicas dos grupos familiares. Além de entrevistas diretas com os pescadores e maricultores, também entrevistamos os presidentes das duas Colônias de Pescadores, ex-gerentes das indústrias, ex-donos de salgas e pescadores que trabalharam na indústria pesqueira e artesanal.

Foram entrevistados 146 pescadores maricultores de um total de 264 pescadores que compõem o universo da pesca e maricultura no município. Essas famílias foram escolhidas aleatoriamente dentro de uma lista ampla elaborada pelos Órgãos de pesquisa e de assistência técnica no meio, como a EPAGRI e as Colônias de Pescadores, que nos orientaram nesse sentido.

Com base nas entrevistas, ficou difícil estimar, em valores médios, o retorno financeiro. Durante o levantamento das informações junto aos maricultores, alguns nem sempre se mostraram solícitos em responder. Outros se negaram a dar entrevista e, quando se falava em valores de produção, ficou explícito que muitos mascararam as respostas.

Durante a sistematização das informações, tivemos alguns problemas em relação aos dados coletados, o que prejudicou a análise de alguns aspectos que faziam parte do instrumento de pesquisa, com destaque para as questões relacionadas às rendas da população envolvida nas duas atividades. Anteriormente, quando fizemos outra pesquisa, em 2000, este foi o fator de truncamento do trabalho. Houve e ainda existe um receio em informar os valores de ganho, que quase sempre foi informado como referência o salário mínimo. Tais informações, baseadas no salário mínimo, têm como base o defeso, quando são cadastrados e recebem os salários por três meses. Também se mostram desconfiados e com medo que as informações possam se traduzir em impostos.

Ressaltamos que as dificuldades encontradas foram inúmeras. Inicialmente, encontramos reduzida bibliografia que nos desse embasamento para que melhor pudéssemos estudar o espaço da pesca, no sentido restrito. O que buscamos na economia, sociologia, engenharia de aquicultura e em outros campos da ciência. Em segundo, os órgãos oficiais que controlam a atividade pesqueira nos últimos anos não têm dados estatísticos referentes a esse assunto. E, por último, o relacionamento com os produtores familiares que quando não se negam a dar informações, as mascaram. Por isso tivemos que recorrer a outras fontes, para não correr o risco de compilarmos dados imprecisos.

Enfatizamos que a escolha do espaço para estudo e as suas relações deveu-se ao fato do conhecimento que adquirimos ao longo do tempo vivenciado junto às comunidades de pesca e maricultura do município. Por conseguinte, nosso trabalho procurou compreender o processo histórico da produção da baleia e a agricultura, as manufaturas de engenho, as salgas, a indústria pesqueira e o turismo, a chegada da maricultura e as atividades atualmente compreendidas.

Cada estratégia de desenvolvimento que vem incidindo sobre as dimensões específicas do espaço de Governador Celso Ramos na atividade de

trabalho no mar tem se redefinido e atualizado o modo como os pescadores e maricultores familiares se relacionam dentro da atividade artesanal e fora dela. Nesse sentido a maricultura é mais uma dessas formas de relação, o que nos levou a escrever o segundo capítulo.

No Terceiro, discutimos a pluriatividade nas atividades de pesca e maricultura e tratamos do embasamento teórico deste trabalho, na medida em que o espaço pesqueiro vem ampliando o leque de atividades e estruturas produtivas artesanais familiares e não artesanais. No capítulo segundo, buscamos resgatar o processo histórico econômico partindo da pesca da baleia e agricultura de subsistência, as manufaturas dos engenhos e das salgas até o processo de industrialização da pesca, conjuntamente com o turismo e posteriormente a decadência da indústria da pesca.

No quarto e último capítulo, as considerações finais, discutiremos o espaço mobilizado atualmente, as suas limitações e dificuldades. Estas necessidades e interesses de boa parte dos produtores artesanais familiares passam a conceber e realizar outras possibilidades de reprodução dentro do trabalho formal tentando melhorar sua inclusão social no município.

Por fim gostaríamos de ressaltar que neste estudo estamos considerando como variável chave a ocupação dos membros familiares, como forma de caracterizar a pluriatividade. Em parte, isso se justifica pelo fato de que os objetivos iniciais da pesquisa não se restringiam à questão da pluriatividade, conforme já foi citado anteriormente. Com isto, nota-se a tipologia das atividades que serão apresentadas nos capítulos posteriores que constam das atividades econômicas do município, paralelamente às atividades de pesca e maricultura que vem se estruturando no mercado econômico e social do espaço de estudo.

Frente a estas mudanças no espaço em estudo, o mais importante não é mais definir a sociedade e as relações ideais que queremos, mas sim gerar nesta sociedade os mecanismos de regulação que permitam ir se transformando e reconstruindo de acordo com seus desejos e necessidades. O

que estamos propondo aqui é recuperar as implicações práticas de um objetivo social que seja razoável entre a mão-de-obra disponível ativa e os meios de produção existentes no município, dando a todos a oportunidade de trabalho e inclusão social.

CAPÍTULO I

1 - A FORMAÇÃO SÓCIO – ECONÔMICA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

1.1 - Da Pesca da Baleia à Manufatura dos Engenhos

Em 1747, o Conselho Ultramarino de Lisboa determinou a aplicação de editais nas Ilhas do Arquipélago de Açores e, a quem quisesse vir estabelecer-se no Brasil, o governo facultava o transporte às custas da Fazenda Real. Saindo de sua terra natal, açorianos e madeirenses, poderiam se transformar em pequenos produtores, em áreas cedidas no espaço catarinense, em meados do Século XVIII, (1747 – 56) que, por orientação daquele Conselho, deveriam acomodar-se nos setores correspondentes entre São Francisco do Sul até São Miguel, atual distrito do município de Biguaçu.

Desse modo instalaram-se vários povoados, nos núcleos de São Miguel como Armação Grande, Ganchos, Bombas, Zimbros e Tijuquinhas, além da Enseada do Brito, São José, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba e Vila Nova, mais para o Sul. A partir daí poderemos descrever a ocupação econômica do atual município de Governador Celso Ramos, ex-Ganchos, que teve seu assentamento populacional a partir de Armação Grande, sendo chamado posteriormente de Nossa Senhora da Armação da Piedade e hoje Armação da Piedade, conforme figura 01.

mandioca e açúcar, ainda de forma artesanal sem os processos das manufaturas dos engenhos. Com a decadência da pesca da baleia, a população de Armação da Piedade diminuiu significativamente. Existem dados que indicam que em 1883 apenas 42 (quarenta e duas) pessoas lá ficaram em detrimento de 149 (cento e quarenta e nove) moradores em 1824. A Comunidade de Ganchos contava com 208 (duzentos e oito) moradores.

As pessoas se mudaram, estabelecendo-se em outras comunidades vizinhas fortalecendo-as como núcleo de produção de gêneros agrícolas. A partir daí surgiram as grandes plantações e intensificaram as manufaturas de mandioca e de cana de açúcar, principalmente nas comunidades de Palmas, Ganchos do Meio, Canto dos Ganchos e Jordão.

No período compreendido entre 1847/51, mudanças ocorriam no espaço mundial, com lutas, principalmente no continente europeu, para disputar o controle político-econômico, despontando a Inglaterra como liderança, configurando-se um novo centro hegemônico internacional. Segundo GUIMARÃES (1982), em 1876, a Inglaterra já dispunha de um Império colonial de 22,5 milhões de quilômetros quadrados de território e 252 milhões de habitantes.

No mesmo período a crise agrária mundial espalhou-se por toda a Europa e já havia atingido também os Estados Unidos. Mas, ao analisar essas crises nos países europeus e americanos, GUIMARÃES (1982, p.13 a 22), argumenta que: “Em todos os países mais desenvolvidos da Europa e da América, a crise geral, que já se tornava crônica, não chegou a constituir um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo”. O contrário ocorreu nos países subdesenvolvidos, pois a sobrevivência pré-capitalista e conseqüentemente as resistências às novas mudanças, impediram que a produtividade aumentasse. Desse modo, no Brasil, as Oligarquias Cafeeiras, principalmente caracterizadas pelos cafeeiros do estado de São Paulo e do leite de Minas Gerais permaneceram ditando as regras da economia nacional até o início do Século XX, quando houve a substituição da política do café com leite pelo processo das indústrias de manufaturas internas em função da crise

mundial de 1929. O Governo Vargas, 1930, determinou o corte da maioria dos pés de café e mandou queimar 80 mil sacas de todo o estoque interno pela falta de compradores no exterior.

Toda essa crise na agricultura mundial e nacional refletiu na estrutura local do município. O declínio das manufaturas (engenhos) foi sentido na medida em que a industrialização do campo se acentuou juntamente com os problemas advindos de técnicas totalmente obsoletas do uso do solo e as pragas que assolaram a região. Segundo dados coletados por SILVA (1992), entre 1917/18, o Município possuía 46 engenhos de farinha e açúcar, distribuídos conforme tabela 01.

Atualmente não encontramos nenhuma dessas manufaturas em atividade, apenas resquícios de construção e de peças em algum local ou museu. Tanto a farinha de mandioca, açúcar e a cachaça consumida no município vêm de outros municípios de Santa Catarina.

Tabela 01: Manufaturas de Engenhos de Farinha e Açúcar

Localidade	1917/18	1936
Jordão	16	11
Caeira da Armação	06	-
Areias	03	01
Armação da Piedade	09	-
Palmas	07	-
Ganhos	05	
TOTAL	46	13

Fonte Prefeitura Municipal de Biguaçu. Adaptação de SILVA. – 1992.

A crise agrária local também teve problemas com o tratamento do solo e de pragas, como explica LAGO & GOUVEIA, (1961) com relação à atividade agrícola na Ilha de Santa Catarina, quando se referiu sobre a evasão das atividades agrícolas para a pesca. Tal fato também ocorreu em Governador Celso Ramos, pela facilidade da ligação entre a Ilha de Santa Catarina com o lado norte de Governador Celso Ramos, próximo à localidade de Armação da Piedade. Esta ligação era efetuada pelo mar por lanchas a remo e a vela

através da Baía dos Golfinhos que separa a Ilha do município, facilitando o contato entre os dois locais. Em segundo lugar a troca existente de mudas de plantas traziam consigo os problemas advindos das doenças (pragas) que se proliferavam nas lavouras dos dois locais. Por último, o esgotamento do solo causado pelas técnicas obsoletas utilizadas. Além disso, a baixa renda que era auferida pela atividade da agricultura não mais satisfazia as necessidades tanto da economia quanto da sobrevivência desses agricultores. Desse modo, as pessoas se transferiram para a atividade pesqueira. Esse processo se deu dentro de um espaço em constante transformação, seguindo as diretrizes e volatilidade da economia mundial, onde as mudanças eram constantes nas relações de produção.

1.2 - As Salgas

No Século XIX, sobretudo no período compreendido entre 1873-1896, surgiram no litoral de Santa Catarina e acanhadamente no antigo Ganchos, as *salgas*, que eram manufaturas utilizando o sal para conservação do pescado em tanques. Naquele período, houve uma reorganização econômica da localidade, pois grande parte do excedente de mão-de-obra dispensada do setor agrícola se transferiu para a atividade da salga. Como esta atividade de manufatura de pescado foi crescendo ao longo do tempo, houve uma poupança financeira para fortalecer um novo segmento social.

Devemos levar em consideração que a atividade era artesanal, tanto na manufatura como na forma de captura. Havia o processamento de matéria prima do mar como bagres, tainhas, anchovas, corvinas, mangonas (uma espécie de tubarão), sardinhas e camarão, entre outras. O dono da salga comprava o produto da pesca do pescador artesanal e o processava em sua pequena unidade. Às vezes isso era feito no rancho destinado ao abrigo de canoa e, no período de repressão e fiscalização, quando ocorreu a industrialização da pesca, em sua residência.

Toda a produção das manufaturas pesqueiras, *salgas*, era vendida através do porto de Tijucas e Florianópolis, isto até a década de 1950-60. Com a abertura e melhoramento das estradas e com a construção da BR-101, o produto processado nas *salgas* começou a ganhar os mercados do interior do Estado de Santa Catarina e Região Sul.

A produção artesanal da pesca contava com dois setores. Um, referente a venda do produto capturado aos “pombeiros”, como eram chamados os donos das *salga*. O outro setor; o pescador que produzia os seus meios de produção. Neste caso, a divisão do pescado era efetuada entre os demais trabalhadores e o produto era destinado ao consumo ou vendida a parte excedente. Também trocavam por produtos que necessitavam. Às vezes, o pescador artesanal salgava uma parte do seu produto para vendê-lo no momento em que o tempo não permitia sua ida ao mar.

A composição da família definia os limites de sua atividade. Nesta análise WILKIMSON, (1986 p. 10), com relação à atividade familiar de agricultura e que transpomos para a atividade familiar da pesca, pois é a família que define o número de horas trabalhadas e o número de membros necessários à execução da atividade, coloca que: “Desta maneira, no âmbito da exploração familiar, o trabalho não tem preço fixo por unidade, uma vez que seu valor só pode ser determinado em relação ao resultado do balanço global trabalho-consumo”. A família definia os limites de sua capacidade de produção. A força de trabalho da unidade de pesca artesanal familiar era determinado pelo número de membros que se encontravam capacitados para a produção, trazendo, desse modo, os benefícios materiais essenciais à sobrevivência.

Todavia, torna-se necessário salientar que as *salgas* perduraram até a década de 1960. Segundo SILVA (1992), eram em número de 17 no período compreendido entre 1957-1962 e, com a modernização da indústria pesqueira, apenas 03 (três) sobreviveram. Naquele período, houve um aumento populacional nas comunidades localizadas junto ao mar. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no final da década de

1960, mais de 52,61%, da população de Governador Celso Ramos, já viviam na área litorânea.

Desse modo, acerca das *salgas*, alguns estudiosos inclusive a própria autora citada acima, afirma que essas unidades, em sua maioria, foram se extinguindo na medida em que novas técnicas foram implementadas pelo processo modernizante da atividade pesqueira, ocorrido no município referido. Mas também algumas dessas pequenas unidades sobreviveram à modernização, bem como à perseguição e fiscalização patrocinada pelo Governo Federal e imposto ao pequeno produtor artesanal familiar, a partir da década de 60.

Conforme alguns donos de *salgas* e pescadores artesanais, quando não podiam manufaturar seus produtos nas unidades de *salgas*, o faziam escondidos em suas residências ou em edículas atrás de suas casas. O resultado de sua produção era transportado em ônibus em caixas de isopor, e vendido no Mercado Público de Florianópolis ou, como informaram dois donos de manufatura, (um com 86 e o outro com 82 anos), que até hoje ainda atuam no mercado de pescado, *esperávamos anoitecer e levávamos até Tijucas onde havia um comprador*. O horário sempre era depois das vinte e duas horas e, muitas vezes, à meia noite. O informante de 86 anos, já aposentado, ainda mantém a atividade de comprar e vender camarão no mercado local e em Florianópolis. Toda a sua família, desde então, sempre esteve atrelada à pesca industrial e artesanal, inclusive sua mulher. Já o informante de 82 anos, também aposentado, desde aquele período ainda ajuda o filho na *salga*, e tem um outro filho que processa o produto em casa e vende em vários locais. Ambos disseram que essa era uma praxe de todos que possuíam *salga* no período de repressão.

Em entrevista com um ex-funcionário do extinto Departamento de Caça e Pesca, este afirmou que havia repressão, mas que pequenas manufaturas e pescadores artesanais conseguiam burlar a fiscalização. Falou de alguns casos em que um pescador ficava no mar como “isca” para que a fiscalização retirasse e prendesse seus petrechos, enquanto os demais pescadores que se

encontravam espreitando, avançassem sobre a fiscalização, fazendo-os recuar. Muitas vezes não foi possível a fiscalização no mar, pois os barcos eram inadequados, com motores pifados ou até com buracos em seus cascos, tendo que colocar o pé para não afundar. A área fiscalizada abrangia o litoral de Florianópolis se estendendo até Joinville. Em função da extensão e o número reduzido de funcionários para dar conta do trabalho da fiscalização no mar, favorecia a manutenção da atividade pesqueira artesanal clandestina. O que corrobora o discurso de SILVA, (1992 – p.176):

“Por volta de meia noite vieram com lanchas baleeiras e uma lancha. Gritaram para que parássemos a pesca, enquanto isso cortei o cabo da rede para fugir, mas não adiantou. Armados de pistola, revolveres e porretes e até facas, 11 civis e 2 soldados da Polícia Militar, começaram a bater e só foram embora depois de meia hora de pancadaria. Quebraram o leme do barco e ameaçaram colocar fogo nos barcos, caso continuássemos pescando”.

Não ignoramos o fato de que no período citado havia a repressão institucionalizada implementada pelo Poder Público. Mas também não podemos ignorar os relatos do fiscal citado e de outras entrevistas com os pescadores e donos das *salgas*. Havia uma desobediência civil que quebrava toda a rigidez da proibição pública. E, corroborando com o discurso do fiscal, afirmamos que o pescador artesanal se estruturava naquele momento e se defendia dos ataques da fiscalização e continuava com a sua atividade. Em outra entrevista com a esposa de um pescador artesanal que vivenciou aquele momento, ela nos contou que, além de burlarem a perseguição implementada, também fizeram manifestação na porta do Palácio do Governo exigindo a retirada da fiscalização, o que veio a abrandar a perseguição.

Ainda complementando, nos livros da Colônia de Pescadores Z-9 e Z-10, estão registrados que a cada ano daquele período houve um aumento do número de pescadores artesanais. Segundo informação do Presidente da Colônia de Pescadores, com 60 (sessenta) anos de idade e que trabalhou na pesca artesanal e industrial desde os 15 anos, naquele período (tabela 02), havia obrigatoriedade de registro de pescador artesanal e do pagamento de

taxa anual. Esta obrigatoriedade permaneceu até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, atualmente, essa obrigatoriedade do pagamento não existe, sendo cobrada uma taxa anual no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) em 2005, para a manutenção da Colônia.

Tabela 02: Progressão do Aumento do Número de Pescadores Artesanais do Município de Governador Celso Ramos/SC, ex – Ganchos – período compreendido de 1963 até 1979.

1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
198	600	429	429	627	650	726	726

1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
759	858	990	1.000	1.122	1.088	1.221	1.177	1.245

Fonte: Livros de registro dos Pescadores da Colônia de Pescadores de Governador Celso Ramos.

Os dados da tabela 05 apontam uma progressão no aumento do número de pescadores no Município. Entre os anos de 1965-66, houve uma estagnação desse número. Este fato ocorreu quando houve maior perseguição ao pescador artesanal. O aumento de quase 300% do número de pescadores artesanais nos anos de 1963-1964 ocorreu em função da instalação das primeiras indústrias no município, que passaram a exigir um maior número de pescadores com o aumento da produção, principalmente as empresas LA SERENA e SILVA/FILHOS, que trabalhavam preferencialmente com o processamento de camarão, instaladas as duas em Canto dos Ganchos.

E ainda, SILVA, (1992, p.175) ao colocar que: “Expropriados das condições objetivas de seu trabalho, estes pescadores passaram a se submeter aos interesses mercantis, deparando-se, então com outros conflitos, entre os quais se pode destacar a redução do produto a ser capturado”. E também argumenta:

“Esta redução não está relacionada com o” falacioso“ discurso de esgotamento dos recursos, mas com a desigual concorrência que se estabelece, de forma conflituosa, com a pesca industrial, visto que a

potência das grandes embarcações permite a realização do processo de captura em alto-mar, enquanto que as condições tecnológicas das pequenas embarcações não permitem a extrapolação das proximidades do litoral”.

No entanto, é preciso ressaltar que a redução do produto capturado, naquele período, não significou a extinção absoluta da produção artesanal. Outro fato a ser ressaltado é que, se o esgotamento dos recursos foi “falacioso”, havia matéria prima suficiente tanto para a indústria quanto para a pesca artesanal, pois a afirmativa nos leva a crer que enquanto um pescava dentro de baías em baixa profundidade, o outro pescava em alto mar. Desse modo, contrariando a afirmação de que a pesca industrial extinguiu os recursos naturais locais em função da pesca predatória.

Outro fato constatado no trabalho de SILVA, (1992 - p. 175) também contraria as recentes pesquisas quando salientou que:

“É neste espaço marítimo, portanto, que o trabalhador “repousa”, à espera de pescado, há muito capturado. Na década de 1980, estes homens já não conseguiam nem mesmo pagar o fisiologismo “emprestado” pela Associação de Créditos e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARESC, que lhes destina redes cobrando um aluguel em forma de produto: 2 quilos de Camarão”.

A pesca artesanal existia paralela à pesca industrial, mesmo sob condições adversas. E, quanto aos recursos destinados pela ACARESC, eram a fundo perdido. Muitos pescadores mais antigos entrevistados, nunca pagaram os empréstimos recebidos para aquisição de redes e outros petrechos. Por isso interpretamos como fantasioso este tipo de pagamento, mesmo porque o pagamento deveria ser executado junto à instituição e não a servidores da mesma. Naquela época e até pela grande quantidade de pescados capturados, era de praxe e inerente ao pescador artesanal dar como presentes peixe e camarão a amigos, vizinhos e visitantes, principalmente se este lhe prestasse algum favor. E vale ressaltar como exemplo, que no período em análise, uma funcionária do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS,

conhecida como Dona Maria, que facilitava o acesso rápido a fichas para consultas médicas, evitando o enfileiramento das filas em Florianópolis, semanalmente era presenteada pelos favores prestados. Ou, ainda, todos aqueles que iam com a citada senhora a Ganchos, pois se tornavam partes integrantes dessa amizade consolidada.

1.3 - O Desenvolvimento da Atividade Industrial Pesqueira.

Não pretendemos aqui fazer um resgate ou discutirmos a reorganização da formação econômica do Brasil, e nem tampouco tentarmos explicar as mais diversas teorias econômicas. Faremos uma análise do que foi não somente o desenvolvimento da indústria e a estagnação da agricultura que sofreram os reveses da modernização implantada a partir de 1950, mas também a pesca no Brasil, Santa Catarina e em Governador Celso Ramos. Desse modo, propomos a discussão sobre a falência da indústria pesqueira, a manutenção da pesca artesanal, a chegada da maricultura e as mudanças que se processaram a partir dessa reorganização espacial local a partir do processo histórico econômico.

Para entendermos melhor estas mudanças, tentaremos resgatar as realizações acontecidas na economia do município com a ascensão da indústria pesqueira até os momentos atuais. Como coloca SANTOS, (1980): O espaço pode ser considerado como um conjunto de relações que tem como testemunho uma história que foi escrita no passado e no presente. Por isso resgataremos o processo histórico econômico local para entendermos o presente.

Logo após a Segunda Guerra Mundial ocorreram mudanças no espaço e nas articulações das relações de produção da economia mundial, o seu desenvolvimento estendeu-se para as economias dos países subdesenvolvidos. No território brasileiro, em particular, ocorreu modificação na estrutura econômica com mudanças radicais no processo de substituição das importações, principalmente a partir de 1950. As grandes multinacionais se

instalaram no território brasileiro e a produção de bens duráveis como máquinas e tecnologias teve seu grande impulso, pois seriam usadas na modernização do setor produtivo nacional.

Naquele período expandiram-se consideravelmente as indústrias básicas como siderúrgica de metais ferrosos pesados, petróleo, papel e celulose. Mas, para que isso ocorresse, o Estado teve que aumentar a carga tributária e o déficit fiscal como fontes de financiamento, e assim, em curto prazo, atrair investimentos estrangeiros diretos, crédito oficial subsidiado para estimular a acumulação do setor privado. Este momento econômico vigoroso de grandes expansões que começou em 1967, sob a influência da política do segundo governo militar teve seu término em 1973, em confronto com o processo anterior que compreendeu o período de 1956-1961. O Estado esteve a serviço das classes dominantes na busca do controle e apropriação dos meios de produção, como coloca MENDEL, (1978 – p.22): “Se o aparecimento de um Estado permite às classes dominantes conservarem a apropriação do subproduto social, esta apropriação do subproduto social permite, por sua vez, pagar aos membros do aparelho do Estado”.

Desse modo foi a indústria manufatureira que, segundo SERRA, (1992, p.35), cresceu a uma taxa de 12,7%, nos anos de 1960 e nos primeiros anos de 1970, sendo que os setores mais dinâmicos eram os da indústria de bens de consumo duráveis e o de bens de capital. Quanto ao desenvolvimento da produção agrícola, nos períodos, manteve-se modesto embora sendo muito mais elevado do que acontecia antes da Guerra.

Inicialmente, foram pequenos os investimentos na agricultura e um aumento sensível da produção industrial que se instalava nas áreas urbanas, principalmente nas Regiões Sudeste e Sul. Houve também um remanejamento da mão-de-obra da agricultura para a indústria, o que levou a um aumento gradativo da população urbana naquele período. Mas também a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários que se instalavam através de incentivo governamental, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, o que OLIVEIRA, (1999 p.85), ao analisar o crescimento dos latifúndios no Brasil

escreveu que: “O traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o de caráter concentrador da terra e, contraditoriamente, o crescimento/formação do campesinato brasileiro”. Essa concentração nas duas pontas do processo está expressa na distribuição da terra no Brasil que compreendeu o período de 1950 e 1985. E, ainda analisando as desigualdades na distribuição regional brasileira. OLIVEIRA, (1999 - p.83), argumenta que:

“A Região Sul conheceu no período entre 1970-85 um grande declínio dos mais variados tipos de produtores, ficando assim estabelecidos os dados. O total caiu 6%(seis por cento); os arrendatários, menos 17 %(dezessete por cento); os parceiros, menos 28% (vinte e oito por cento); e os posseiros, menos 2%(dois por cento). Com essa análise na região Sul o processo de expropriação do homem da terra foi praticamente absoluto”.

Além de ocorrer um aumento na expulsão do homem da terra, houve também uma grande concentração de grandes latifúndios. Mais à frente o autor coloca que Santa Catarina teve um processo inverso ao da região, ou seja, houve um grande aumento nas relações de pequenos produtores. O Estado é conhecido por não ter grandes concentrações de terra. Predominaram os pequenos e médios produtores, intensificando as relações de produção. Em Governador Celso Ramos, o setor agropecuário sofreu um declínio na medida em que a pesca teve seus incentivos. A tabela 03 apresenta dados sobre a condição de produtor de acordo com o número de estabelecimentos.

Tabela 03: Condição do Produtor de Acordo com o Número de Estabelecimentos – Governador Celso Ramos -1975-1995

Município	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL	
	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995	1975	1995
G.C.R.	154	85	12	06	-	-	21	05	187	92

FONTE: Anuário Estatístico do IBGE – Censo Agropecuário

Como observamos nos dados acima, no período compreendido entre 1975 a 1995 na medida em que a pesca foi crescendo no município, a atividade de agricultura foi decaindo, dando lugar ao desenvolvimento de atividade mais rentável para o homem que vivia nas localidades rurais. Neste sentido foi a revolução agrícola que deu impulso para que a indústria se estabelecesse no Brasil. E no presente a indústria vem revolucionando a agropecuária. Mas também não podemos deixar de relatar que este crescimento do campo através do processo de mecanização patrocinado pelo desenvolvimento tecnológico proporcionou também a exclusão do pequeno produtor do campo para a atividade agrária pesqueira.

Atualmente, quanto mais cresce a população mundial, maiores estímulos são dados para que a agricultura se desenvolva. Para Malthus parecia uma tarefa difícil alimentar a população mundial na medida em que essa fosse crescendo, mas, atualmente, a tecnologia inventa e reinventa formas de produção no campo, aumentando a quantidade de alimentos além do necessário para alimentar a população mundial.

1.4 - O Desenvolvimento da Indústria Pesqueira no Brasil

Dentro de uma análise histórica de políticas adotadas junto às atividades pesqueiras no Brasil, duas situações se apresentam: Num primeiro momento, todo o processo se deu pelo estudo e regulamentação do setor, e, em segundo, a atividade pesqueira cresceu através dos investimentos na produção. A regulamentação da atividade pesqueira data de muito tempo, e, principalmente no governo Vargas em 1930, que regulamentou o setor extrativista animal, mineral e vegetal. A regulamentação autorizava a extração de madeira, extração mineral, principalmente o carvão mineral e a inclusão da atividade pesqueira, como atividade extrativa, na costa brasileira, como forma de aumentar a produção de alimentos para consumo interno.

Mas foi a partir da década de 1960, que os estudos tomaram corpo e em 1967 o Governo Federal criou um órgão específico, a Superintendência de

Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, com a finalidade de desenvolver o setor pesqueiro no país. O setor tomou impulso através de incentivos fiscais e tecnologias desenvolvendo toda a atividade no litoral brasileiro.

A partir do Decreto-Lei nº. 221/67 iniciou-se a política de incentivos à produção pesqueira. Vale lembrar que até meados dos anos de 1960, predominou no litoral do Brasil a atividade pesqueira artesanal e basicamente voltada ao consumo interno. Desde então, através daquela política governamental implementada, promoveu-se à chamada pesca industrial, voltada para o abastecimento da indústria nacional e do mercado externo.

O Decreto-lei instituído trouxe aos industriais da pesca incentivos como deduções tributárias para investimentos em projetos pesqueiros. Houve também a isenção de impostos e taxas federais, principalmente para as importações de máquinas, equipamentos e todos os tipos de petrechos, como radares, sonares, entre outros, necessários à modernização da produção pesqueira. Os incentivos fiscais atuaram durante o período compreendido entre 1967 a 1986, que veio contribuir para ampliar a quantidade da captura de pescado no Brasil. Como consequência dessa atuação governamental, houve um aumento expressivo do parque industrial tanto na captura da matéria – prima, quanto das estruturas de terra para processar o produto.

Segundo dados da SUDEPE, entre 1967 a 1972, do total dos recursos que foram captados, seja em forma de incentivos governamentais ou de empréstimos ao setor privado, 91% foram investidos na indústria, captura, administração e comercialização. Os outros 9% foram investidos em bens pessoais. E em momento algum encontramos dados quanto a investimentos em pesquisa científica no sentido de dimensionar os ecossistemas e suas capacidades produtivas, bem como seus estoques ao longo do processo de captura. Diante dessa análise, o governo, ao incentivar a indústria pesqueira a desenvolver grandes estruturas de pesca, não levou em consideração a capacidade de suporte do ecossistema aquático. Adentrando nas baías e enseadas pescavam com suas redes todos os tipos de peixes, jogando ao mar, já mortos, os pequenos não servíveis para a industrialização. Assim, houve

alteração do ecossistema local diminuindo a quantidade de pescado no município.

Mas mesmo assim, a SUDEPE, por desconhecimento ou por não investir em pesquisa, autorizou os grandes barcos a se lançarem no mar, e foi sensível o aumento da produção pesqueira no Brasil. Com isso houve uma desorganização da sociedade agrária pesqueira, com o aparecimento de um excedente enorme de ex-agricultores pescadores que foram viver exclusivamente da pesca industrial.

Assim ocorreu também na pesca industrial com as traineiras e camaroeiro, parelhas que, instrumentadas com tecnologias empregavam grande parte dessa mão-de-obra que chamamos de artesanais, iniciando um sistema pluriativo na produção da pesca. O pescador artesanal divide sua atividade no trabalho formal industrial da pesca seja nas estruturas de terra como no mar nos grandes barcos. Ainda na pesca industrial temos os atuneiros e os que pescam tubarão com linhas. Mas esta atividade de pesca somente acontece em águas profundas em alto mar.

A pesca industrial se fez com o desenvolvimento dos armadores e dos grandes industriais que se inseriram na atividade tendo um crescimento sem precedentes. Um exemplo de grandes investimentos no setor pesqueiro é citado por DIEGUES (1982, p. 129), “são as empresas multinacionais como a Atlantic S/A e a Wolkswagem do Brasil”. As duas empresas, em 1975, detinham mais de 50% de todo o capital investido através dos incentivos fiscais dos setores pesqueiros, oferecidos pelo Governo Federal.

Mas o que chama atenção refere-se à extensão dessas empresas que ultrapassaram os limites do Estado de São Paulo, abrindo escritórios nos principais portos brasileiros, como no Rio Grande/RS, Itajaí/SC, Salvador/BA e Recife/PE. A finalidade desses escritórios era a compra da produção dos pequenos armadores e até de pescadores artesanais para abastecer a indústria pesqueira de processamento e a exportação.

O citado Decreto-lei 221/67 tinha a finalidade de ativar os incentivos fiscais, inclusive com a aplicação de 25% do Imposto de Renda na compra de tecnologias. A proposta do governo era acelerar outros tipos de investimentos na pesca como a compra de equipamentos modernos e dar ao setor privado a velocidade e aumento da produtividade da pesca. Na medida em que as empresas eram beneficiadas com os incentivos fiscais, o número de barcos pertencentes a elas aumentava consideravelmente. A frota pesqueira em Santos/SP, maior porto do País tinha entre os anos de 1944 e 1975, a seguinte estrutura de pesca, conforme tabela 7. Essa estrutura foi aumentando na medida em que, a partir da década de 1960, os incentivos eram oferecidos e facilitados pelo governo. No período compreendido entre 1944 e 1950, houve o aumento do número de barcos pela grande quantidade de matéria-prima encontrada no mar e, com a revenda desse produto no mercado, aumentou a poupança desses ainda considerados pequenos empresários da pesca. Somente após a década de 1960 foi que o governo investiu maciçamente no aumento da produção pesqueira, incentivando a compra de barcos de grande porte equipados com tecnologias de ponta para época.

Tabela 04: Estrutura (barcos) na cidade de Santos nos anos de 1944, 1950 e 1975.

Barcos	1944	1950	1975
Pequenos: menos de 11 m	25	50	100
Médios: entre 11 m e 20 m	51	106	222
Grandes: maiores de 20 m	00	02	14
Total	76	158	366

Fonte: Adaptado de DIEGUES – Instituto de Pesca

Percebemos na tabela 05 que, diferentemente do que acontecia nas décadas anteriores, os dados aqui apresentados se caracterizam por estruturas de pesca bem maiores, com tonelagem para trabalho e alcance de dias de pesca em grandes profundidades.

Tabela 05: Embarcações acima de 20 Toneladas Brutas por Região – Proprietários - 1977

Região	Proprietários com 1 barco	Armadores	Empresas c/barcos acima de 20 toneladas	Média
Norte	11	06	07	04
Nordeste	29	02	28	03
Sudeste	142	35	53	04
Sul	06	01	43	03
Total	188	44	131	14

Fonte: Dados coletados em documentos da SUDEPE.

O que se evidencia foi que naquele ano as empresas aparecem todas com frotas de barcos próprios e ainda que a concentração aconteceu em grande escala nas regiões Sudeste/Sul. Isto demonstra que essas empresas foram as que mais se beneficiaram dos incentivos fiscais. Desse modo, podemos citar alguns estados que mais captaram recursos como Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

E, complementando nossas informações sobre a industrialização da pesca no Brasil, através da tabela 06, verificamos os recursos captados em dólar de cada Região Brasileira através de incentivos fiscais em 1977.

Tabela 06: Incentivos Governamentais – da SUDEPE– por Região (*)

Região	Nº. de Empresas que receberam incentivos	Valor em dólar	Produção desembarcada em (t)
Norte	03	26.765	62.000
Nordeste	01	2.197	157.000
Sudeste	62	624.240	191.000
Sul	51	375.708	231.000
Total	117	1.046.910	641.000

Fonte: SUDEPE – 1977

(*) Valores também incluem a pesca artesanal

Nos dados da tabela acima constatamos que houve uma grande concentração de capital nas regiões Sul e Sudeste, refletindo o fato de que a aquisição dos barcos de pesca necessitavam das grandes estruturas de terra como cais de atracação, fábricas de gelo, câmaras de congelamento, etc.

Ressaltamos que parte dos investimentos, mesmo que ínfimos, eram destinados à pesca artesanal. Em Santa Catarina muitos desses pequenos empréstimos para compra de petrechos para a pesca se dava através da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina – ACARESC.

Como percebemos, em nível de Brasil, estes investimentos foram se particularizando para as mais diversas regiões. Desse modo, modificaram o espaço social outrora concebido apenas como espaço de subsistência. A partir da inserção desse capital disponibilizado pelos órgãos governamentais e capital privado, levou estas comunidades pesqueiras a terem uma participação global na sociedade mais externa, com a movimentação do produto pescado nos mais diversos cantos do Brasil e exterior. Essa participação, positiva ou negativa, teve seus reflexos em locais como nos municípios de menor porte. Do ponto de vista positivo, os investimentos na pesca industrial trouxeram dividendos ao município estudado, como o aumento na arrecadação de impostos, infra-estrutura como luz elétrica, aberturas de estradas, colégios, aumento do comércio. No sentido negativo, podemos afirmar que a indústria da pesca tornou mais difíceis as relações na produção artesanal, mas não a sua extinção.

1.5 - O Desenvolvimento da Pesca em Santa Catarina e em Governador Celso Ramos

Como vimos, a política governamental nacional tinha como objetivo o desenvolvimento da pesca em todo o território nacional, sendo que as regiões Sudeste e Sul receberam maiores incentivos em detrimentos de outras. Essa política se fez no sentido e como proposta de aumentar a produção pesqueira, dando impulso à indústria de processamento da produção além da exportação de produtos in natura e de pequenos manufaturados.

Em Santa Catarina, além da Política Nacional para a pesca, através da SUDEPE, se fez concomitantemente das ações implementadas pelo governo

estadual. O Plano de Metas do Governo (PLAMEG), no período de 1961/65 tinha como objetivo seguir paralelamente as políticas desenvolvimentistas de planos econômicos do Governo Federal. Em Santa Catarina, como disse (COSTA - p. 301), se fez como:

O planejamento estadual pode ser concebido com o objetivo de manter um ritmo de desenvolvimento considerado satisfatório, ou desenvolver o desenvolvimento, ou ainda facilitar as relações com o Governo Federal, quando este age através de planos”.

Como forma de aumentar a produtividade da pesca na década de 1960 foi criado o Centro de Treinamento de Pesca da Penha – CEPASA, com a finalidade de habilitar o maior número de pescadores para atender a atividade da pesca que se industrializava. Os cursos eram para habilitar motoristas de pesca e mestres, promovendo o aperfeiçoamento da mão-de-obra exigida pelo novo mercado de trabalho que se instalava. Vale lembrar aqui que muitos pescadores mesmo com formação profissional, também quando estavam em terra desembarcados trabalhavam na pesca artesanal.

Santa Catarina, por possuir uma costa marítima de 531 km de extensão, com baías, enseadas e áreas de mar calmo, tem favorecido a atividade da pesca bem como a construção de estrutura de embarque e desembarque de pescado, além de outras estruturas de terra. Além disso, o litoral catarinense tem se caracterizado pela diversificação de espécies que se presta à comercialização, como sardinhas, enchovas, camarões, cação, tainha, pescadinha, corvina, bagres e outros tipos considerados importantes para a comercialização, seja in natura (congelado ou salgado), ou para atender a indústria de conservas.

A partir da década de 1960 a atividade artesanal sofreu concorrência dos grandes barcos que adentravam nas baías e viam muitas das vezes suas redes e espinhéis sendo arrastados sem que houvesse a quem reclamar. Mesmo assim a pesca artesanal coexistia paralelamente à pesca industrial. Desse modo, o capitalismo, na medida em que deixa as empresas se

organizarem da melhor forma que lhe convier, no caso os grandes barcos de pesca, acabaram por atingir uma eficiência indiscutível. Mas, ao mesmo tempo em que dinamizaram a produção, geraram estruturas de poder que acabaram por tornar inviável a distribuição equilibrada de renda no município, conseguindo com isso reduzir a sua utilidade social.

O desembarque da produção podia acontecer em vários pontos da costa catarinense e muitas vezes serem entregues em horários não convencionais. Tudo isso dependia do grau de fiscalização dos órgãos oficiais. O desembarque do produto da pesca artesanal podia ainda ocorrer no mesmo local onde havia ocorrido a captura e vendido aos “pombeiros”. Quando não podia ocorrer livremente por causa da fiscalização, a venda era feita na residência do pescador.

A pesca artesanal, naquela época e ainda nos dias atuais, tem se caracterizado por embarcações de pequeno porte, que, segundo dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola CEPA/SC, (1977) a pesca acontecia a poucas milhas da costa, utilizando-se de aparelhos como tarrafas, redes de emalhar, de arrasto de portas, espinhéis, linhas, etc.

Já a pesca industrial acontecia com os investimentos e incentivos governamentais ou privados. Em 1975, a frota catarinense, segundo o CEPA, era composta por 189 barcos de pesca entre barcos de grande porte e pequenas embarcações. As mesmas tinham como finalidade atender a demanda das indústrias pesqueiras do estado e a exportação. Enquanto isso, parte da pesca artesanal abastecia a subsistência familiar e o excedente o mercado local. Figura 02.

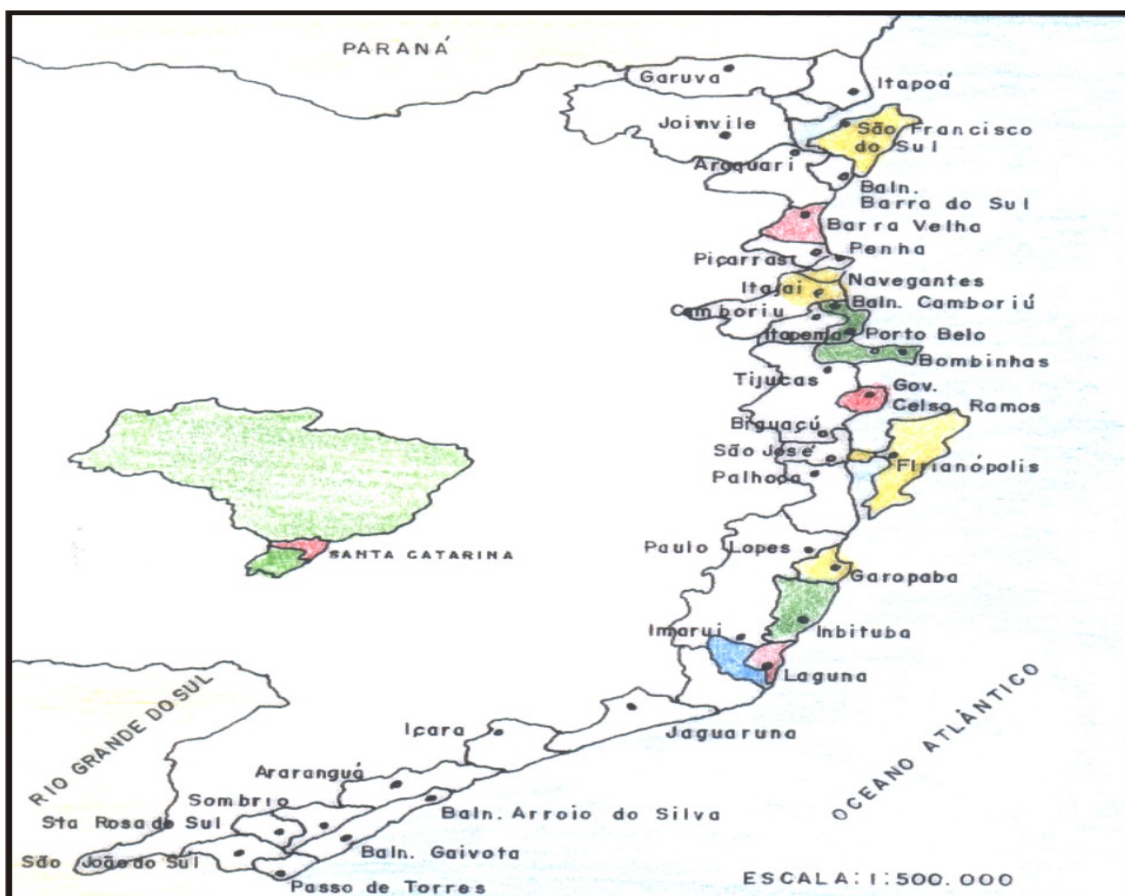


Figura 02: Mapa de Localização dos principais Portos Pesqueiros de Santa Catarina no período.

Fonte: Adaptado do Mapa de Regionalização de Maricultura da EPAGRI.

Todo o produto da pesca era desembarcado através dos diversos portos pesqueiros de Santa Catarina, tendo como principal porto o de Itajaí, seguido de Ganchos, que teve seu nome mudado, em 1967, para Governador Celso Ramos, Navegantes, Penha, Florianópolis, Laguna, Garopaba, entre outros. Mas para entendermos melhor a questão da produção em Santa Catarina apresentamos a tabela 07 com os dados da produção de pescado no período compreendido entre 1966 a 1970.

TABELA 07: Produção de Pescados em Santa Catarina em (quilos) – 1966 a 1970.

MUNICÍPIO	1966 PRODUÇÃO	%	1968 PRODUÇÃO	%	1970 PRODUÇÃO	%
Araquari	-		-		785.213	0,53%
Araranguá	421.491	1,96%	767.460	2,57%	471.163	0,34%
Bal. Camboriú	-		483.374	1,62%	232.240	0,17%
Barra Velha	-		332.914	1,11%	723.757	0,52%
Biguaçu	-		-		389.624	0,28%
Florianópolis	3.437.184	15,97%	4.439.100	14,85%	5.903.267	4,28%
Garopaba	877.271	4,08%	1.448.669	4,85%	2.110.612	1,53%
Garuva	-		-		-	
Gov. Celso Ramos	5.514.882	25,62%	4.109.024	13,75%	7.935.304	5,75%
Içara	-		-		-	
Imarui	616.369	2,86%	1.327.201	4,44%	1.388.154	1,01%
Imbituba	1.040.365	4,83%	1.168.805	3,91%	1.184.870	0,86%
Itajaí	7.299.510	33,91%	10.616.697	35,52%	15.428.933	11,18%
Itapema	-		-		377.866	0,27%
Jaguaruna	114.770	0,53%	153.287	0,51%	97.277	0,07%
Laguna	590.680	2,74%	1.651.793	5,53%	2.167.921	1,57%
Navegantes	-		-		1.784.962	1,29%
Palhoça	279.345	1,30%	577.633	1,93%	-	
Penha	771.613	3,58%	1.898.231	6,35%	3.091.612	2,24%
Piçarras	-		-		-	

Porto Belo (*)	512.847	2,38%	674.903	2,26%	1.454.132	1,05%
São Fco. do Sul	-		164.503	0,55%	683.817	0,50%
Tijucas	48.169	0,22%	69.560	0,23%	-	
TOTAL	21.524.946		29.893.154		137.997.901	

FONTE: Anuários Estatísticos, Florianópolis: SUDEPE.

(*) o Município de Bombinhas pertencia a Porto Belo à época, por isso não aparece na relação.

(-) Dados inexistentes

Conforme demonstram os dados, Governador Celso Ramos, de 1966 a 1970, aparece como o segundo produtor de pescados em Santa Catarina, incluindo a produção artesanal. Itajaí manteve-se na hegemonia da produção de pescado no período e até os dias atuais. É o maior porto pesqueiro de exportação de Santa Catarina e de produção de pescados com frotas de barcos atuando na captura.

Outro dado que chama atenção é o do município de Navegantes que, até 1968, não tinha expressividade como porto pesqueiro, sendo monopolizado por Itajaí, embora o município localiza-se no lado oposto do Rio Itajaí Açu. Atualmente, Navegantes ocupa lugar importante como porto pesqueiro junto com Itajaí, por possuir a infra-estrutura portuária para o desembarque da pesca. Em 2007 estará pronto um atracadouro de navios para importação e exportação de produtos do Estado.

Os dados indicam aumento expressivo da produção da pesca na maioria dos municípios litorâneos do Estado, com a captação de incentivos governamentais para a Região Sul, em que Santa Catarina aparece como um dos estados que foram fortemente beneficiados, DIEGUES, (1992). Conforme a tabela 8 foram poucos os municípios que tiveram um decréscimo na produção.

Desse modo e na medida em que a política industrializante imposta pelo Governo Militar se voltava para o aumento da produção pesqueira do país, eram computados os números do crescimento em quilos dos mais variados tipos de pescados. No município eram desembarcados nos portos pesqueiros, de Ganchos do Meio, Ganchos de Fora, Canto dos Ganchos e Armação da Piedade. Como percebemos, Governador Celso Ramos obteve um crescimento na produção e na captura de pescado no período compreendido entre 1972/74, ficando em segundo lugar na produção da pesca no estado. A partir de 1977, o município começou a conhecer o declínio da atividade pesqueira, que trataremos mais à frente, com suas causas e conseqüências.

Crescia a estrutura de terra, como a construção de trapiches para atracação e desembarque dos barcos, fábricas de gelo, câmeras frigoríficas e estrutura de terra com grandes galpões para a manipulação e o processamento da pesca. Diante disso e como vimos na tabela 08, que Itajaí e Governador Celso Ramos mobilizaram a produção pesqueira do Estado. E nos anos posteriores, compreendidos entre 1972 até 1974, mantiveram o aumento da produtividade como mostram os dados a seguir:

Tabela 08: Produção em (quilos) de Pescados no Período de 1972 – 1974

Município	1972	1974
Governador Celso Ramos	13.610.607	16.341.822
Itajaí	22.311.609	63.377.532
TOTAL	35.922.216	79.719.352

FONTE: Anuários Estatísticos: Florianópolis – SUDEPE

Na medida em que havia uma elevação da produtividade da pesca também ocorria um aumento da qualidade material e social que aconteceu com a distribuição de renda daqueles que trabalharam em barcos e dos que venderam sua mão-de-obra nas unidades industriais de terra.

Os trabalhadores do mar tem tido seus ganhos divididos em partes. Segundo informação de um mestre de pesca que teve como resultado de 22 (vinte e dois) dias no mar pescando camarão, a conta final atingiu a cifra de R\$

60.000,00 (sessenta mil reais) em 2005. Tirando todas as despesas da viagem como o óleo consumido pelo barco durante a pescaria, alimento, gelo, entre outras, 50% é do patronal, dono dos meios de produção, e os outros 50% é dividido entre os pescadores. Na verdade, este tipo de pescador profissional tem sua carteira de trabalho assinada normalmente, sendo que mestre e motorista com três salários mínimos e os demais tripulantes um salário mínimo, apenas para fins de contribuição social. Os ganhos da tripulação embarcada são efetuados de acordo com a produtividade da pesca: quanto maior for a produção pescada, maior será a renda.

De acordo com os valores acima, o resultado da conta para distribuição entre a tripulação foi de 50%, representando uma quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Sendo o barco camaroeiro, a tripulação é de 06 homens e 18 partes, distribuídas da seguinte maneira: uma parte significaria 1.666,70 (30.000,00: 18 = 1.666,70). No caso, o Mestre responsável por toda a estrutura tem direito a 06 partes e receberá a importância de R\$ 10.020,00 (dez mil e vinte reais); o Motorista, que tem direito a 04 (quatro) partes, receberá R\$ 6.666,80 (Seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos); o Contra Mestre (homem encarregado de localizar o cardume), o Gelador, (homem encarregado de gelar a produção pescado), o Cozinheiro e o Tripulante, concomitantemente tem direito a 02 (duas) partes e recebem R\$ 3.333,40 (três mil trezentos e trinta e três reais e quarenta centavos), cada.

Enquanto isso, nas unidades de terra, os carregadores e geladores, com carteira assinada, recebem salários fixos. Os que processam a matéria-prima, como as sardinhas, as anchovas e outros peixes, são assalariados. Se o produto for camarão ou a retirada da carne de siri, o pagamento das (os) descascadeiras ainda é por produtividade, por quilo.

A divisão de trabalho nas unidades artesanais e as suas relações ocorrem, em alguns casos, paralelo à atividade industrial. Principalmente no caso das descascadeiras de camarão e siri. O pagamento tem sido por produtividade, não havendo o registro em carteira, podendo ser um trabalho temporário. Mas nesta atividade nem todos se caracterizam como assalariados,

mesmo porque muitas das unidades de processamento se constituem em ranchos de canoas ou lanchas de praia ou na edícula de casa com a inserção da família no trabalho.

A pesca do camarão de forma artesanal sempre aconteceu dentro das baías, inicialmente em lanchas e, posteriormente, em embarcações chamadas de bateiras a motor, onde normalmente o mestre podia ser ou não o dono da embarcação e sempre levava mais um ajudante que podia ser ou não ser um membro da sua família. A distribuição ainda acontece pelo sistema de partes, retirando aí todas as despesas, principalmente o óleo usado para impulsionar o motor.

No setor de terra, da produção artesanal, o processamento do pescado pode ser executado por familiares ou por contratação de mão-de-obra temporária, que não possui vínculo empregatício. O trabalho ainda vem acontecendo nas unidades de *salgas*, rancho da própria embarcação ou em uma edícula na sua própria residência. Vale ressaltar que no período de maior repressão da fiscalização, o pescado era levado até sua casa em balaios feitos de taquara de bambu, hoje caixas de plástico e processado no fundo do quintal.

1.6 - As Transformações no Espaço de Governador Celso Ramos, de 1960 até Final da Década de 1970.

Governador Celso Ramos se caracterizou pelas atividades extrativas, seja na agricultura de subsistência como o milho, feijão, batata, cana de açúcar e mandioca ou na atividade da pesca. O município, desde a chegada dos portugueses, passou por períodos de crescimento ou estagnação econômica com a decadência da pesca da baleia, sendo um porto importante do Brasil Colônia, das manufaturas dos engenhos e das *salgas*. Dessa forma, alteraram-se as relações sociais na medida em que as atividades produtivas de trabalho se sucediam.

Concomitantemente as técnicas aceleravam as mudanças criando novos fatos no trabalho, no consumo e na renda. Com isso, a sociedade vai criando uma consciência, na medida em que o espaço econômico e social se transforma. Conforme argumenta CORREA,(1995) as mudanças espaciais resultam da consciência que o homem tem dessa diferença de espaço. Também coloca que essa consciência espacial está diferentemente ligada aos padrões de cultura e das possibilidades de técnicas a serem usadas em cada momento evolutivo dessa sociedade.

Assim foi ocorrendo no espaço do município na medida em que novas técnicas se inseriram alternadamente nas relações sociais. Vale lembrar que as mudanças também foram substanciadas por alterações culturais, que foram se firmando com a chegada, dentre outros, do sinal de televisão. A partir daí, há uma mudança na relação de visão de espaço, que não é apenas uma delimitação de território como aconteciam no campo da agricultura e na pesca artesanal.

A visão de espaço, muito mais amplo, deu aos munícipes uma perspectiva, do seu ponto de vista de ver o mundo lá fora, como de ter uma vida melhor, quando aos poucos foi incorporando novas informações. Outra visão é da possibilidade de consumir novos produtos oferecidos pelos mercados. Alguns venderam seus terrenos próximos ao mar a preços irrisórios a empresas de exploração imobiliária. Posteriormente, empresários do turismo começam a investir naquele município no final da década de 1970, principalmente nas localidades de Palmas e Armação da Piedade.

Dessa forma o sistema produtivo, a tecnologia e todas as orientações se encaminharam para investimentos de grandes grupos dominantes, com base na acumulação de capital. Desse modo a classe trabalhadora local, ao incluir novas informações, alterou a sua consciência, tendo o moderno e novo como progresso e desenvolvimento. Isso corroborado com o discurso e as práticas políticas do governo municipal. Assim o espaço local foi se produzindo dentro das relações econômicas, articulando mudanças no espaço natural com aberturas de estradas, ruas, nova arquitetura, etc. Principalmente na alteração

espacial e na organização das novas formas de fixar o homem. As atividades nas relações produtivas vêm modificando o espaço como afirmou BERNARDES, (1995, p.247):

“A desigualdade espacial se vincula a divisão do trabalho, a qual é um meio para articular as relações sociais, sendo esse mecanismo socialmente utilizado de forma distinta em sua adaptação a cada momento histórico em sua articulação social do espaço”.

Na medida em que as técnicas artesanais iam sendo substituídas pela máquina com motores mais potentes, aparelhos de localização do pescado, e em terra com infra-estrutura moderna como indústrias com frigoríficos entre outros, novos espaços foram aflorando nas relações sociais do trabalho. Enquanto a produção artesanal usava pequeno barco com pouco alcance, com motor de pouca potência e mão-de-obra familiar, e em algum momento contratava pessoas sem vínculo empregatício para o processamento, a indústria proporcionava trabalho assalariado a grande parte dessa mão-de-obra.

Para entendermos este processo de mudanças, alguns pontos devem ser levados em consideração: o crescimento econômico gerado pela indústria pesqueira, os problemas enfrentados pelas pequenas manufaturas, a movimentação tanto de “Gancheiros” que venderam suas áreas de terra junto ao mar (como é o caso específico de Palmas), como aqueles que viviam da agricultura e se transferiram para a pesca, aumentando a população dessas localidades litorâneas. Destacam-se ainda os problemas ambientais sem precedentes causados aos ecossistemas locais.

Na década de 1960, a BR-101 atravessou os limites de Governador Celso Ramos. E com isso mudanças ocorreram nas relações econômicas e sociais no município. O comércio anteriormente era efetuado pelo mar através de lanchas e pelas estradas de barro, cortando morros, com os municípios de Tijucas, Biguaçu e Florianópolis. A rodovia tornou-se um facilitador do

escoamento da produção. Na época, Ganchos era apenas um distrito de Biguaçu e somente em 1963 passou á categoria de município. Em 1967, o tradicional nome de Ganchos foi mudado para homenagear o então Governador do Estado Celso Ramos. Até os dias atuais a alteração não tem sido bem aceita pela comunidade. Há uma discussão no sentido de se fazer um referendo para retornar ao nome de Ganchos. Os empresários da área do turismo têm também interesse no antigo nome por achá-lo mais forte como logomarca.

Entre a década de 1960 e até final da década de 1970 o Município tinha 08 (oito) indústrias pesqueiras instaladas nas localidades de Ganchos do Meio, Ganchos de Fora, Canto dos Ganchos, Calheiros e Armação da Piedade, tornando-se o segundo produtor pesqueiro do Estado, como citamos anteriormente. Naquele período o comércio teve um crescimento gradativo, e as relações de consumo também. O município se supria dos meios de transporte que se instalaram, facilitava a ida e vinda à Capital do Estado, que possuía um comércio variado. Dessa forma, o pescador adquiria eletrodomésticos, principalmente o aparelho de televisão e a geladeira após a instalação da energia elétrica, no final da década de 1960.

O crescimento industrial da pesca e a reorganização espacial trouxeram como ponto de vista negativo a expropriação das pequenas manufaturas, no sentido legal das atividades, não no seu desaparecimento como produção clandestina. A perseguição foi um fato e isto criou sérios problemas para as pequenas manufaturas, mas não afastou os pequenos produtores artesanais das atividades no mar. Este fato também causou uma mudança interna da população. Os que venderam suas terras próximas às áreas litorâneas, buscaram uma mudança de vida e se afastaram da praia perdendo seus meios de produção e acabaram por vender sua mão-de-obra na pesca industrial, ou em outros municípios próximos.

Mas também houve uma movimentação interna de trabalhadores da agricultura para a pesca, que como já foi demonstrado anteriormente pelos

dados, aumentou sensivelmente a ocupação das encostas, com mais de 50% da população local, neste período, vivendo próximo ao mar.



Figura 03: Foto aérea de Canto dos Ganchos mostrando e a tênue ocupação das encostas no ano de 1938. A estrada de barro cortando o morro e as plantações de café.
Fonte: DEGE (1938), aerofoto 398.

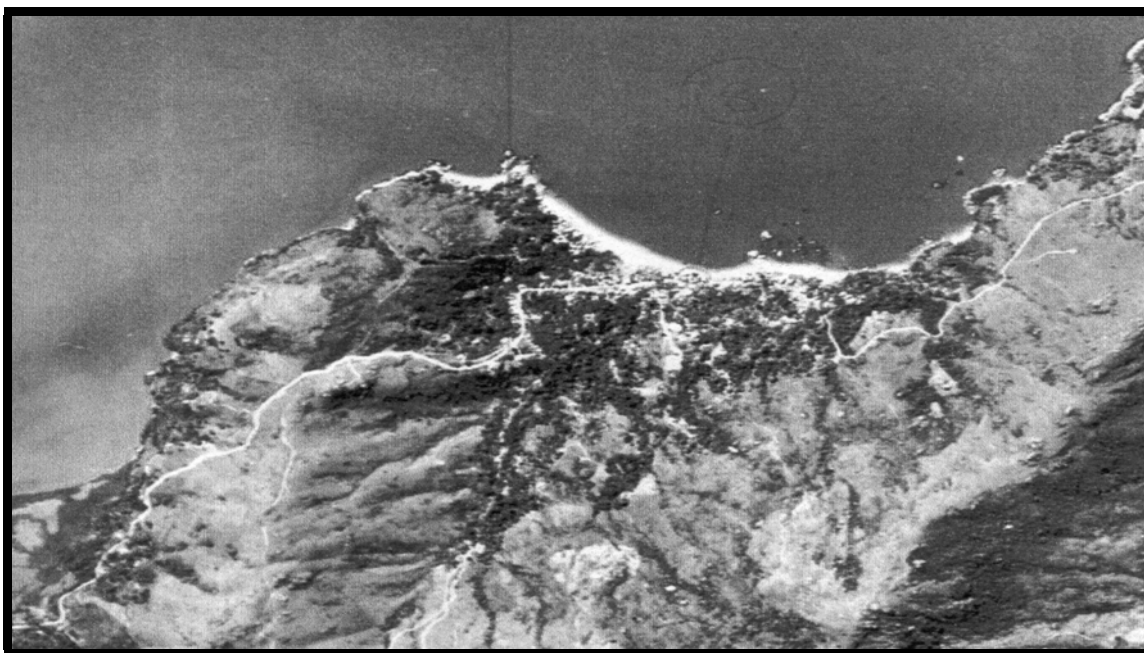


Figura 04: Foto aérea de Canto dos Ganchos (1957) - neste período a agricultura entrou em decadência em detrimento da ascensão da pesca.
Fonte: Foto DEGE (1957), aerofoto 1624.

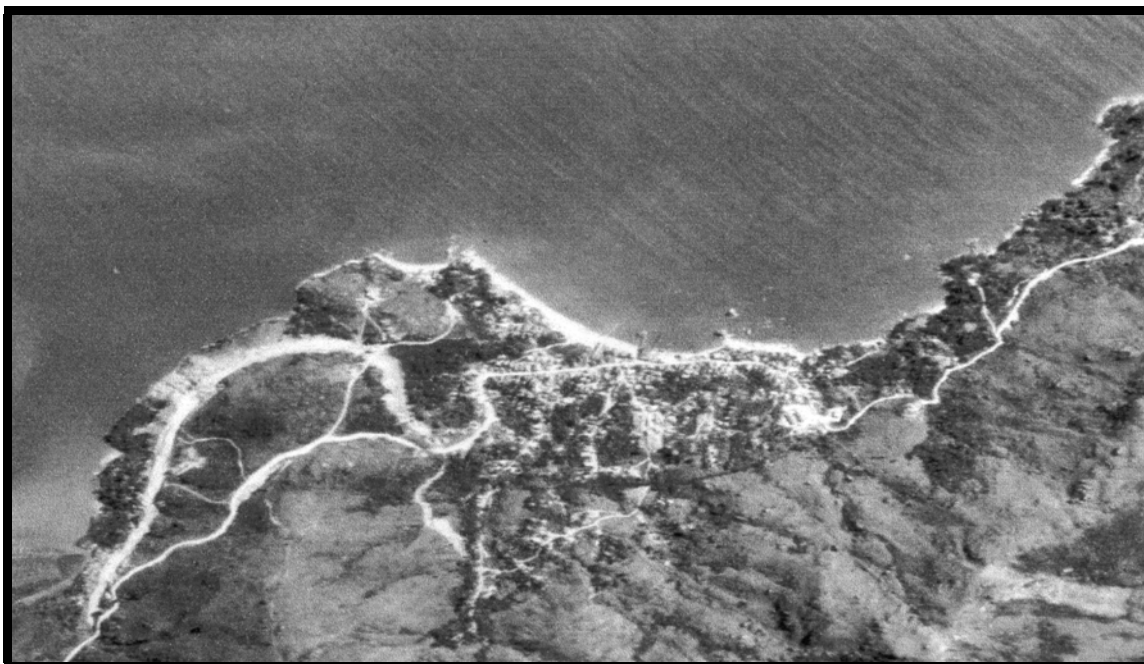


Figura 05: Foto aérea de Canto dos Ganchos (1979). Naquele ano a pesca industrial encontrava-se no seu auge. As encostas foram ocupadas desordenadamente com a abertura de ruas.

Fonte: DEGE (1979), aerofoto 39-01.

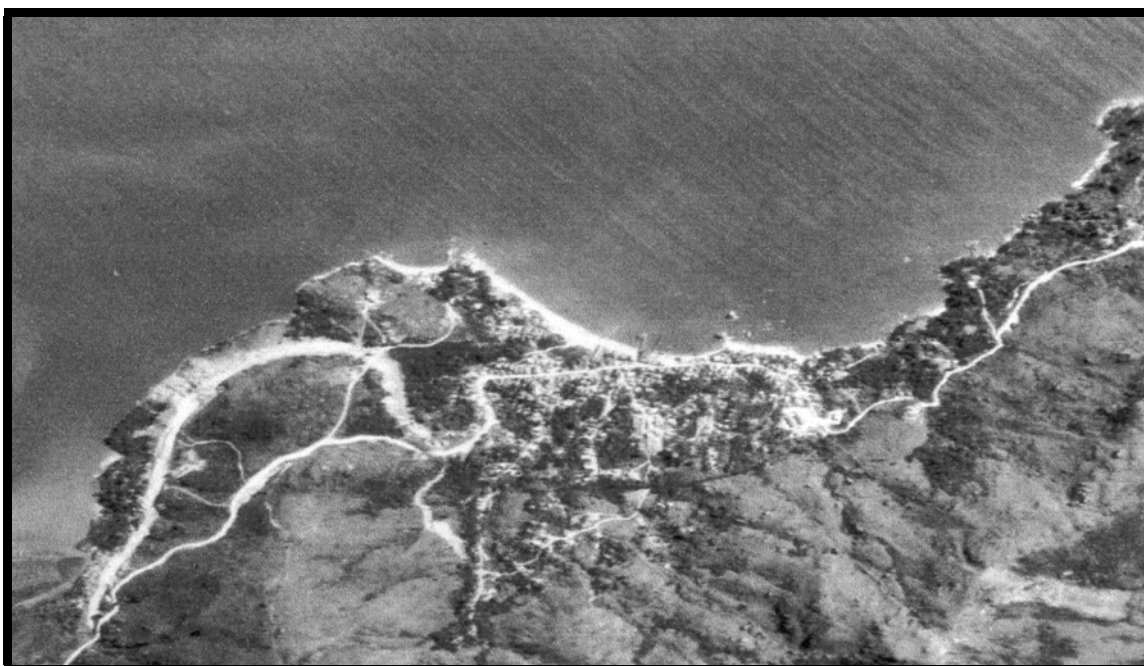


Figura 06: Foto aérea Canto dos Ganchos (2000). Aqui o asfalto tomou o lugar da estrada de barro e a expansão urbana subiu as encostas.

Fonte: DEGE (2000), aerofoto 39-01.

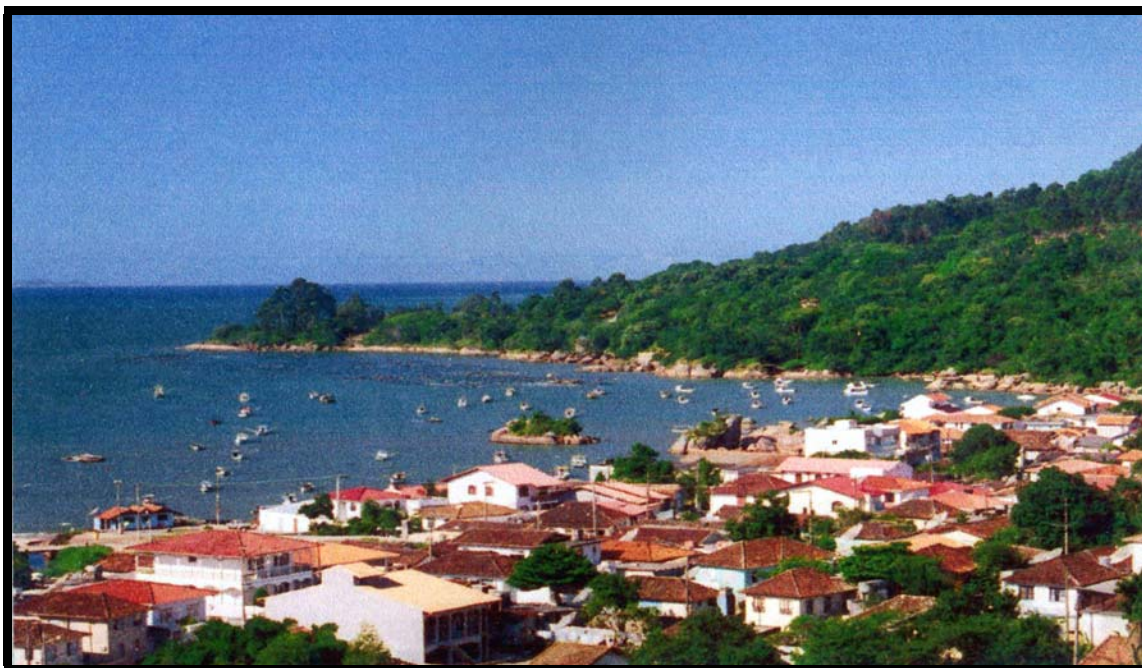


Figura 07: foto atual do adensamento populacional nas encostas dos morros em canto dos ganchos – 2005.

Fonte: Foto cedida por Wiliam Wollinger

Por último, os problemas ambientais advindos do crescimento do número de indústrias e da população junto ao mar desse município, trouxeram problemas na produção de pescado. As instalações das indústrias criaram ali grandes índices de poluição, nas baías e enseadas. Com esta pressão urbana, todos os dejetos residenciais foram jogados ao mar, além dos resíduos da produção industrial, como vísceras, escamas, casca de camarão e sangue de peixe e tudo que era inservível para a manufatura. A introdução de maquinaria e técnicas predatórias fez com que a produção da pesca fosse escasseando, além da pressão urbana com seus dejetos lançados ao mar provocaram a eutrofização das águas, que significa a redução de oxigênio.

Estes efeitos ainda são sentidos em algumas localidades de Governador Celso Ramos, tendo em vista o descaso do poder municipal em implementar políticas de saneamento básico, tratando os dejetos residenciais que ainda são jogados ao mar. Tanto que quando perguntamos a um extensionista da EPAGRI sobre a qualidade da água, nos referindo à produção de mariscos, a resposta foi a seguinte; “*Não posso te disponibilizar os dados da coleta e análise da água*”. Lhe perguntei: por quê? Disse-me que havia problemas na

qualidade da água e esses dados não poderiam vir a público, pois criariam óbices à comercialização dos moluscos, vindo a afetar as famílias que produzem e vendem.

Este fato foi sentido como forma negativa desse crescimento econômico desordenado nas áreas onde houve maior aporte de indústrias de processamento, bem como um grande aumento populacional. Isso nos faz lembrar um morador que quando foi interpelado, jogando lixo no mar, respondeu: “**o mare dá conta meu filho**”.

1.7 - A Falência da Indústria Pesqueira em Governador Celso Ramos.

Na década de 1980, houveram problemas advindos da economia nacional. Os índices de inflação foram elevados, chegando em 1987, oficialmente a 87% ao mês. Os Planos Cruzados I e II, o dólar subindo a patamares proibitivos dificultando a compra de novas tecnologias, e ainda outros fatores, que veremos mais a frente, levaram a falência as indústrias pesqueiras em Governador Celso Ramos.

A atividade pesqueira encontrava-se fundamentada na extração predatória, sem se preocupar em preservar as espécies através da obediência das espécies, da época indicada para a captura, contribuindo assim, para o decréscimo gradativo do volume capturado e concentrando a produção. Tal qual aconteceu no Brasil e Santa Catarina, o município também apresentou problemas com a falta de preservação das espécies, como analisou DIEGUES, (1992, p. 135), com relação à queda do produto para a manutenção da indústria pesqueira, quando diz:

“Se analisarmos as artes de pesca desses grandes barcos, notadamente observamos um outro tipo de concentração: aquelas exercidas sobre determinadas espécies de recursos marinhos (camarões, lagostas, pitanutabas, etc.)”.

Trata-se de espécies vendidas no mercado externo. Efetivamente, após os incentivos fiscais acentuou-se ainda mais a depredação de algumas espécies de alto valor de mercado e que não se destinam ao consumo interno. Na ânsia de recuperar o capital investido nos meios de produção, as empresas, de uma só vez, lançaram-se na captura de camarão, sardinhas entre outros tipos de peixes, que em poucos anos sofreu os efeitos dessa sobre pesca. Das 131 empresas que se estabeleceram no litoral brasileiro e receberam incentivos fiscais, nos dez anos entre 1970/80, cerca de 40%, foram à falência na década de 1980. Ocorreu também à falta de formação de recursos humanos que possuíssem conhecimento mais detalhado sobre espécies existentes e ainda, a falta de conscientização e educação no sentido da preservação.

Para tanto a Secretaria de Estado da Agricultura do Abastecimento, através da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARPESC desenvolveu trabalhos na tentativa de alertar e alterar o modo de produção do pescador artesanal, principalmente realizando cursos de aperfeiçoamento e especialização, com a intenção de valorizar e congregá-lo mostrando-lhe a importância da preservação do meio com o respeito ao defeso bem como do seu papel junto à comunidade.

Foram criados cursos com a finalidade de inserir na cultura do pescador artesanal, a preservação e a exploração mais racional das espécies. Com isso, a SUDEPE, através da Coordenadoria Regional, estabeleceu o “defeso” principalmente para a captura de sardinha, produto representativo economicamente, do setor pesqueiro industrial, entre os meses de dezembro a janeiro. O defeso procura preservar a desova dessa espécie.

A ACARPESC órgão criado em 1979, para ser consultor da pesca artesanal, ao longo de seus 15 anos de atuação, não correspondeu com a finalidade para o qual foi criado. Segundo a SUDEPE que tinha por finalidade supervisionar as atividades do órgão citado, constatou a deterioração na qualidade da Assistência Técnica, uma vez que não cumpria sua finalidade, ou seja, de assessorar o pescador artesanal. Por questões políticas, segundo a

SUDEPE, direcionou-se mais para a “aquicultura continental”, o que foi verificado mais de 56 escritórios no interior, contra 19 no litoral. Sendo que no período compreendido, havia um escritório no município de Biguaçu que atendia toda a Região da Grande Florianópolis, incluindo Governador Celso Ramos.

Entretanto, não havendo a receptividade esperada e o êxito nas suas medidas corretivas, no estado catarinense, principalmente porque tinha muito mais cunho eleitoral, a SUDEPE, em 1984, suspendeu o convênio com a entidade por entender que não atendia mais os objetivos propostos e por alterar definitivamente suas tendências para as quais foi criada. Com a falta de uma política adequada para a pesca em Santa Catarina, e em Governador Celso Ramos, vimos a produção decaindo passo a passo. Ainda segundo a SUDEPE, (1980) afirmou que:

“Particularmente, desde 1980, assistimos a decadência acelerada de seus serviços, junto as Comunidades Pesqueiras: Primeiro, pela ineficácia de suas atividades junto aos problemas vitais pela classe principalmente no que se refere à sua organização político - social e econômica”.

Além da ineficiência do órgão público responsável por melhorar a vida do pescador, observamos, por outro lado, a falta de organização dos pescadores que, pela sua ascendência étnica (portuguesa), mantiveram um caráter de desconfiança em tudo que é apresentado como novo. Desse modo, apresentaram suas próprias deficiências por não perceberem a importância de melhoramentos na atividade da pesca, que os cursos podiam proporcionar. Também houve uma preocupação com a exploração constante do intermediário, sejam os “pombeiros” que sobreviveram à perseguição governamental, assim como o Mercado Público de Florianópolis, onde alguns pescadores comercializavam o pescado. Ao longo dos anos, estes pescadores se transformaram como um segmento sem força e representação política para defender seus interesses mínimos. Sempre estiveram sujeitos às ações paternalistas, geralmente de políticos que se aproveitam da situação, prestando pequenos favores, em troca de votos.

Um outro fato ocorrido em Governador Celso Ramos foi que muitos dos empresários ali instalados não tinham tradição na pesca. DIEGUES (1992 – p. 139) chamou de “aventureiros”, que se aproveitaram do dinheiro fácil da SUDEPE, e considerou Santa Catarina como um dos Estados em que mais surgiram empresas com o dinheiro distribuído pelo órgão. Salienta, contudo, que no Estado foi onde ocorreu o maior número de falências. Das oito indústrias instaladas no município, com toda a estrutura de terra e barcos de pesca, todas entraram num processo de falência. A NAPESCA, unidade de Ganchos do Meio encontra-se arrendada para os Pescados Chico da Peixaria Chico de Florianópolis; a NAPESCA, unidade de Ganchos de Fora atualmente funciona um laboratório da UFSC, onde trabalha com o processamento de casca de camarão na produção de remédio; a NAPESCA, estaleiro desapareceu completamente. A estrutura física da Silva & Filhos ficou inativa por muitos anos e foi comprada por empresário da pesca do Município de Biguaçu e passou a Chamar-se Florimar Comércio de Pescados S/A. Nos dias atuais as empresas, a Pescados Chico e a Florimar, para sobreviverem, tem buscado o pescado, como peixes e as vezes camarões em outros portos pesqueiros para manufaturar, trazendo de caminhão baú até as localidades do município.

As grandes empresas que faliram, como a *Indústria e Comércio de Pescados Ltda.* – NAPESCA, com uma unidade em Ganchos do Meio e outra em Ganchos de Fora, com grandes barcos de pesca e manufatura, foi a maior do município e captou grandes investimentos no mercado. Não podemos precisar valores, pois não nos foi informado. Após o falecimento de seu proprietário, seus filhos decidiram investir em bens pessoais ao invés da produção. Aos poucos foram depredando todo o patrimônio, sendo arrendado o espaço físico, conforme citamos. Vale ressaltar que o proprietário dessa empresa, desde a idade de 16 anos, foi pescador artesanal, trabalhou na pesca industrial e posteriormente foi dono de *salga*.

Esta empresa de pesca e manufatura, a NAPESCA, possuía estrutura de terra de grande porte, como atracadouros, fábrica de gelo, frigorífico e toda

a técnica e maquinário para o processamento do pescado, conforme relacionamos abaixo:

- a) Pescado refrigerado – compreende o pescado inteiro ou não conservado através do gelo e comercializado nessas condições.
- b) Pescado congelado – Está enquadrado nesta categoria o pescado inteiro, descabeçado e eviscerado que pode ser em postas, filés com ou sem pele (individualmente ou em blocos), camarão nu descabeçado, camarão descabeçado individual ou em bloco, carne de siri congelada ou em bloco, etc.
- c) Pescado Salgado – Trata-se do pescado proveniente da salga úmida (em tanques) e salga seca (em pilha). No comércio, esses produtos podem ser apresentados de forma espalmada, que são os peixes magros provenientes da salga e os prensados, como a sardinha que é vendida a granel ou envolta a vácuo em embalagem de polietileno, como sacos plásticos, a partir de 1960. Existe ainda sardinha em salmoura, acondicionada em latas, e os cações que se apresentam em mantas ou pedaços já pesados e envoltos em embalagens de polietileno.
- d) Conservas de pescado – As conservas mais comuns são as de sardinhas, tendo como líquido de cobertura o óleo de soja e o molho de tomate, em latas que podem variar de 130 a 140 gramas, ou ainda, de 500 gramas. Também se produzem sofisticações desses produtos, aos quais podem ser acondicionadas cebolas, limão, pimentão, mostarda, entre outros. O produto abastece o mercado regional e nacional.
- e) Farinha de pescado – Trata-se de produto destinado à elaboração de farinha de vísceras de peixe que servem de fertilizantes na agricultura ou como alimento para o gado.
- f) Óleo de pescado – Esse produto foi vendido diretamente a outras indústrias para seu aproveitamento, principalmente, na produção de tintas.

Localizada na comunidade de Ganchos do Meio, a Indústria de Pescado Rocha Ltda., constituiu-se numa das grandes empresas de pesca do Município. Possuía toda a estrutura de terra como atracadouro, grande espaço físico de manufaturas, frigoríficos, e tinha na sardinha sua matéria-prima. Como as demais empresas, recebeu também incentivos fiscais do Governo Federal para investir na produção. Tivemos dificuldades de conseguir informações e detalhes sobre a empresa, tendo em vista não localizarmos a família que não reside mais no município.

A empresa Pescados Ganchos – PEGAN, instalada em Canto dos Ganchos, possuía atracadouro e frigoríficos, e um posto de gasolina para abastecer as pequenas embarcações que trabalhavam com camarão. Processavam sardinhas, atuns e todos os tipos de peixes e camarões, que vendiam congelados. Também recebeu investimentos da SUDEPE, conforme nos informou o ex-gerente da empresa. Disse-nos que a empresa fechou as portas porque a produção não correspondia em valores aos investimentos que foram efetuados na estrutura de processamento, nem tão pouco para o pagamento de salários da mão-de-obra contratada, e que a concorrência com outras empresas na obtenção do produto capturado foi muito intensa. O proprietário era um grande empresário do ramo imobiliário e político de Florianópolis e que não tinha nenhum conhecimento no ramo da atividade pesqueira.

A SILVA E FILHOS teve sua origem na produção familiar. Pai e filhos trabalharam na pesca artesanal, inicialmente. Posteriormente conjugavam a pesca artesanal e a industrial até que surgiu a manufatura da pesca a salga. Com o advento da industrialização da pesca, essa pequena manufatura captou recursos incentivados pelo governo e transformou a sua salga numa empresa de porte médio. Possuíam atracadouro, e trabalhavam com peixes e camarões congelados que eram levados até São Paulo para revenda. Dessa maneira, para fazer o comércio do pescado em São Paulo, montaram um escritório e transferiram dois filhos para a capital paulista, aumentando as despesas da empresa com aluguel, alimentação, carros, pagamentos dos empréstimos. Os demais membros da família dependiam dos rendimentos da empresa. Como a

produção de pescado não correspondia aos gastos que a empresa incorporou, acabou por falir. Também o informante nos disse que houve apropriação indébita, de valores, pelo gerente geral, o que gerou um processo e condenação desse gerente.

Outra empresa que surgiu em Canto dos Ganchos foi a LA SERENA. O proprietário já trabalhava no ramo de alimentos no Rio Grande do Sul. Esta empresa inicialmente recebia o camarão e o transportava em caminhões com gelo até Florianópolis. Posteriormente, captando recursos, comprou um terreno onde tinha uma casa e um rancho de lancha e construiu uma unidade de processamento com frigorífico, atracadouro, processando unicamente os camarões pré-cozidos e crus descascados. Segundo informações do ex-gerente, também pescador artesanal, que já trabalhou na indústria da pesca, foram vários os motivos que levaram a falência dessa empresa. Em primeiro lugar, por ter deslocado capital da empresa da pesca para uma outra empresa de alimentos. Em segundo, por ter feito investimentos pessoais e, por último, à concorrência das demais empresas na aquisição da matéria-prima.

A Indústria Sul Brasileira de Pescado – SULBRAS encontrava-se localizada em Armação da Piedade. Como as demais, não resistiu aos reveses do mercado. Possuía toda estrutura de uma grande empresa, mas a concorrência na compra da matéria-prima fez com que fechasse suas portas. Segundo as informações, seus bens ficaram indisponíveis pela justiça. O proprietário não tinha conhecimento sobre a atividade da pesca. A outra, Indústria de Pescado Hoepcke Ltda., também localizada em Armação da Piedade, não conseguimos informações sobre sua falência. Apenas que foi uma grande empresa e que tinha fábrica de gelo.

Por último, a Indústria de Pescados Silveira, na localidade de Calheiros, mantinha a família na estrutura de trabalho e contratavam empregados. Possuía atracadouro com água para abastecer os barcos, fábrica de gelo e sua matéria-prima, em maior escala, foi a sardinha. Trabalhavam também com enchovas, corvinas, bagres, tainhas e camarão. Esta empresa também captou recursos financeiros no mercado. Aos poucos foi desativando suas unidades de

produção até fechar por completo. Segundo informação do próprio filho do empresário, a falta de matéria-prima não justificava os custos de manutenção da estrutura daquele porte. Ressaltamos também que essa empresa começou com seu dono na pesca artesanal, posteriormente a salga e, finalmente, com a indústria pesqueira. Hoje todos os filhos trabalham no emprego formal.

A falha na política de incentivos adotada pela SUDEPE, que não empreendeu um estudo detalhado e acompanhamento das estruturas, partindo da capacidade de produção e da preservação de algumas espécies dos ecossistemas marinhos, levaram a maioria das empresas no município a “quebrarem”. Também houve uma concentração de grandes empresas em um espaço de pequena escala, e todos retirando matéria-prima do mesmo local, principalmente a sardinha e o camarão.

Outro fato relevante que ocorreu em Governador Celso Ramos, conforme os dados apresentados, no período que compreendeu 1967 a 1972, referem-se aos investimentos que foram captados no mercado e tiveram sua divisão da seguinte maneira: Industrialização 51%; captura do pescado, entende-se aqui tecnologia e aumento do tamanho dos barcos, 29%; administração 13% e comercialização 7%. Nota-se que a importância com gastos na estrutura dos processos de industrialização pesqueira constituiu mais da metade dos recursos captados para a atividade, não levando em consideração as possibilidades de aumento da matéria prima, que aos poucos foi se esgotando, na medida em que a pressão aumentava sobre os recursos naturais.

O aumento desenfreado da pesca seletiva de peixes de alto valor comercial criou um grande problema na produção, pois, os peixes que não eram servíveis para comercialização, pelo seu tamanho, eram jogados ao mar. Dessa maneira a depredação de certas espécies ajudou a causar o esgotamento do ecossistema. Outro fato levantado e que se explica pela política de aumento da produção pesqueira foi a depredação de certas espécies através da cadeia alimentar. Como exemplo: a sardinha verdadeira serve como “isca viva” para a pesca do peixe, bonito e atum. Ao serem

pescadas, são depositadas vivas em tanques com água em grandes barcos. O atum, por ser um peixe de alto valor comercial, vem ao longo do período estudado abastecendo a indústria de transformação, como a de enlatados, contribuindo dessa forma para a diminuição da quantidade de alimentos de outras espécies. Além de não respeitarem o defeso da mesma, com a conseqüente diminuindo de sua reprodução e acarretando a extinção de outras espécies por falta de alimento, podendo favorecer alteração todo o ecossistema, além de criar problemas econômicos para os pescadores artesanais.

Este fato gerou inclusive conflitos entre a pesca do bonito e do atum e a pesca artesanal da sardinha verdadeira, levando os mais diversos órgãos como: Colônias de Pescadores de Governador Celso Ramos Z-9, do Município de Bombinhas Z-22, que compõem a Baía do Tijucas, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Ambiental, IBAMA, Centro de Ciências Tecnológicas de Terra e do Mar da Universidade do Vale do Itajaí – CTTMar/UNIVALI a reunirem nos períodos de 21 e 22 de novembro de 2003, na cidade de Itajaí, no auditório do Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul – CEPSUL. Posteriormente, no dia 04 de dezembro de 2003, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de onde saiu a “Carta de Itajaí”. O documento regulamentou o uso de (isca viva) sardinha verdadeira na pesca dos peixes, atum e bonito, na perspectiva do aumento desse tipo de peixe que já começava a se tornar escasso no litoral.

Além dos fatos levantados e que teve conseqüências na desestruturação da pesca, as várias crises do aumento do petróleo também ajudaram a criar problemas, conforme foi levantado por DIEGUES – (1992 p. 140): “A pesca seletiva aumentou os custos operacionais, sobretudo os dos combustíveis, que representam mais de 60% dos gastos totais de uma viagem de pesca”. Também podemos anotar como uma das conseqüências da desestruturação da pesca, que, em 1973, tivemos a primeira crise internacional do petróleo e, posteriormente da década de 1980, com reflexos na economia interna, atingindo diretamente a atividade da pesca no município. O preço do produto

teve aumentos expressivos, agravando ainda mais os problemas de uma indústria mal dimensionada. Dessa maneira, os barcos atuneiros e camaroeiro têm em média 22 dias de pesca em mar aberto, às vezes muitas milhas longe da costa, para conservar o pescado, o motor tem que ficar ligado 24 horas por dia. O consumo do óleo combustível é intenso e sai caro, principalmente no caso dos barcos frigoríficos. Mas mesmo os barcos que não possuem frigoríficos como os de camarão, trabalham sem parar em períodos de revezamento de turnos da tripulação.

Os barcos de 20 (vinte) até 90 (noventa) toneladas pescavam em águas profundas, principalmente os atuneiros, o que trouxe o insucesso, pois as águas tropicais e subtropicais são de limitada produtividade natural. Em contrapartida a pesca exploratória, artesanal, era feita por pequenos barcos, próximo à costa, tripulados por força de trabalho familiar. Além do que não possuíam tecnologia como sonares, radares e que era usada pela pesca industrial.

Esse tipo de atividade pesqueira tinha e tem como fundamento o fato de que os pescadores são proprietários dos meios de produção como redes, espinhéis, anzóis, linhas, entre outros petrechos. Tem como objetivo a captura de pescado para comercialização, associado à ajuda da família e de seus participantes, ou ainda grupos de vizinhança. A embarcação da pesca artesanal não é exclusivamente um meio de produção, mas foi um dia, também, um meio de locomoção.

Já a frota pesqueira considerada industrial, ou empresarial, é composta de subfrotas especializadas que atuam na exploração de determinados grupos formados por uma ou mais espécies de pescado com alto valor comercial e de grande aceitação nos mercados especializados. Essa frota também atua sobre os recursos costeiros (camarões, lagostas, sardinhas, etc.) como também sobre os recursos considerados oceânicos, tais como atuns, peixe sapo, além de outras espécies de profundidade.

A pesca industrial desenvolvida por armadores de pesca, pessoas físicas ou jurídicas, caracteriza-se pelo fato de os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca, no caso os armadores, não participarem de modo direto do processo produtivo. Tal função é delegada ao mestre da embarcação. Estas embarcações são de grande porte com um raio maior de ação para a atividade de pesca que pode ser em milhas e em profundidade. Exigem uma certa divisão de trabalho entre os tripulantes: mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador. São motorizadas, e dispõem, ainda, de equipamentos auxiliares para a pesca, exigindo algum treinamento formal para determinadas funções. A mão-de-obra é remunerada pelo sistema de partes, ainda que, para algumas funções, possam existir formas de pagamento do tipo assalariado. Na pesca industrial ou empresarial, a empresa é proprietária, tanto das embarcações, como dos petrechos de pesca. É organizada em diversos setores e, em alguns casos, congrega verticalmente as etapas de captura, beneficiamento e comercialização do pescado.

As embarcações dispõem de mecanização não somente para o deslocamento, mas também para o desenvolvimento das fainas de pesca como o lançamento e recolhimento de redes, e, em alguns casos, beneficiamento do pescado a bordo, o que não acontece com as artesanais. A mão-de-obra, embora recrutada, em sua maioria, entre pescadores de pequena escala, ou nos barcos armadores, necessitam de treinamento específico para a operação da maquinaria que vem substituir o conhecimento adquirido pela tradição. Neste caso é comum o regime de salário mensal ou semanal, embora ainda predomine o pagamento de partes calculado sobre o valor da produção.

Havia uma exploração da mão-de-obra embarcada no sentido da busca dos mais qualificados, como mestres e motoristas, que tinham como finalidade fazer com que os demais tripulantes trabalhassem até o esgotamento físico, chegando a trabalharem 24 horas por dia. A finalidade era a busca em quantidade máxima de pescado e o aumento do lucro das empresas que contratavam essa mão – de - obra.

Como vimos, as transformações econômicas do setor pesqueiro e dos outros setores, influenciaram e afetaram a pequena pesca artesanal. No município, isso se traduz na saída de pescadores artesanais para a pesca industrial em outros portos como o de Itajaí/SC, Rio Grande/RS, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ. Desse modo, os problemas advindos da falência das indústrias locais deixaram “órfãos”, não somente os que dependiam da grande produção industrial onde vendiam sua mão-de-obra, mas também o pescador artesanal que ao retornar às suas atividades, não encontrava muito a capturar.

Assim sendo, o município passou por uma reorganização espacial traduzida na busca de alternativas como forma de sobrevivência. Os problemas econômicos e sociais provocados pela falência da indústria pesqueira afetaram muito mais a questão de sobrevivência do pescador artesanal na busca de sua subsistência do que a ascensão dessas mesmas empresas industriais.

Dessa maneira, com a falência da indústria pesqueira, principalmente as estruturas de terra que compravam a produção do pescador artesanal, provocou um excedente de mão-de-obra, bem como para aqueles que trabalhavam no processamento do produto. A pesca artesanal encontrou-se prejudicada, não houve uma efetiva política de desenvolvimento para a atividade, as baías e enseadas encontravam-se poluídas e os ecossistemas afetados. A pesca artesanal encontrava-se insuficiente. Um ou mais membros da família foram buscar a complementação de renda embarcando em barcos das indústrias pesqueiras em portos de outros Estados ou ainda em outros municípios portuários de Santa Catarina. Quando, por algum motivo estão em descanso da pesca industrial, os pescadores retornam à pesca artesanal, mantendo desse modo o caráter pluriativo da família.

Mestres e motoristas de barcos, que tem seus ganhos traduzidos em partes, venderam suas propriedades e mudaram para as cidades onde tinha portos de descarga da pesca, principalmente Itajaí/S e Santos/SP. Jovens romperam a tradição de seus pais na pesca, pela falta de expectativa do setor, complementando a renda familiar buscando emprego formal em centros como Biguaçu e Florianópolis. Também se matricularam no ensino médio, criado no

final da década de 1960 no município, com a expectativa de, futuramente, trabalhar em outras atividades. Foram poucos os que conseguiram dar continuidade após terminarem os estudos na escola local tendo em vista as dificuldades de transporte e horários compatíveis para vir até Florianópolis. Continuaram a ter na pesca, seja artesanal ou industrial, a sua melhor forma de sobrevivência. Outro fato a ser destacado é que estes jovens, pela falta de oportunidade de diversão, casam cedo e constituem família, aumentando ainda mais as dificuldades e a oportunidade de estudar e conseguir trabalho em outro local.

Pequenos pescadores artesanais que conseguiram acumular alguma poupança financeira passaram a investir em comércio como padarias, mini-mercados, lojas de conveniência, restaurantes e bares, entre outros. Enquanto a família cuidava do comércio, o chefe da mesma estava na pesca. A atividade turística tem trazido uma população flutuante ao município, com uma exigência de um comércio mais variado. Vale lembrar que essa mão-de-obra inicial no comércio foi eminentemente familiar e pesqueira.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, foi inserida no Município a atividade da Maricultura, que tem como objetivo a busca do resgate da dignidade econômica e social dos pescadores artesanais.

CAPITULO II

2 - A MARICULTURA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL.

2.1 – Atividade no mundo e no Brasil

Desde os tempos pré-históricos, o homem vem utilizando-se dos moluscos indivíduos que apresentam corpo mole, não segmentado, protegido ou não por uma concha (calcárea) que, ao longo dos tempos, tem servido como fonte de alimentos. Este fato pode ser observado pela existência de grandes sambaquis, palavra como marisco que deriva do Tupi, e Ki = amontoado. Segundo PROUS, (1992 – p. 204): “Trata-se, portanto, de uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos”. Os sambaquis datam de 8000 a 2000 anos a.C. e ainda hoje são encontrados como fonte de renda e de alimentação para as populações carentes, nas mais variadas regiões do mundo. Na América do Sul, especialmente no sul do Brasil, a quantidade é bastante significativa.

A maricultura, ou seja, o cultivo de mexilhões (termo utilizado na língua portuguesa para denominar as diversas espécies de moluscos bivalves da família Mytilidae) recebe várias denominações populares como marisco da pedra, sururu e ostra-de-pobre. O termo marisco tem significado literal mais amplo, incluindo diversos invertebrados. O cultivo de mexilhões teve início, na Europa, há cerca de 760 anos. Em 1235, um náufrago holandês, Patrick Walton, instalou redes com estacas de madeira na Baía de L'Àiguilon (França), para capturar gaivotas. Com o tempo, observou a fixação de mexilhões que lhe serviram de alimento. Esse modo de produção com estacas tem sido praticado na Bretanha e na Normandia.

Na Europa e Ásia essa atividade vem sendo desenvolvida há centenas de anos e é caracterizada como atividade industrial. Dos vários tipos de mexilhões encontrados na natureza, dois são produzidos na Europa: o “*Mytilus edulis*” e o “*mytilus galloprovincialis*”. A primeira espécie é encontrada de Portugal até o mar do Norte, e ocupa as costas da França, Grã Bretanha, Irlanda e Holanda e também

encontramos no Brasil. Já a segunda espécie é cultivada em todo o Mar Mediterrâneo, que vai de Marrocos, Portugal até a Galícia, na Espanha, entre outros países. Na América Latina, países como o Chile e o México possuem tecnologia avançada no cultivo e produção de moluscos. Várias espécies têm sido cultivadas, mas as ostras e os mariscos são mais os produzidos no Brasil.

Como atividade de valor econômico e social, a maricultura está incluída nos programas de desenvolvimento dos principais países, pois utiliza técnicas simples de cultivo com baixo investimento. Podem ser produzidas em bateias – que são sistemas de produção ou plataformas flutuantes, em que são colocadas as cordas para fixação das sementes dos mexilhões, proporcionando a fixação de uma grande quantidade de bolsas de sementes. Mas foi somente a partir da metade desse século XX, que a maricultura se tornou uma das atividades mais econômicas e produtivas, sendo intensificada em vários países, tanto da América Latina, como na Europa e Ásia, conforme dados contidos na figura 08.

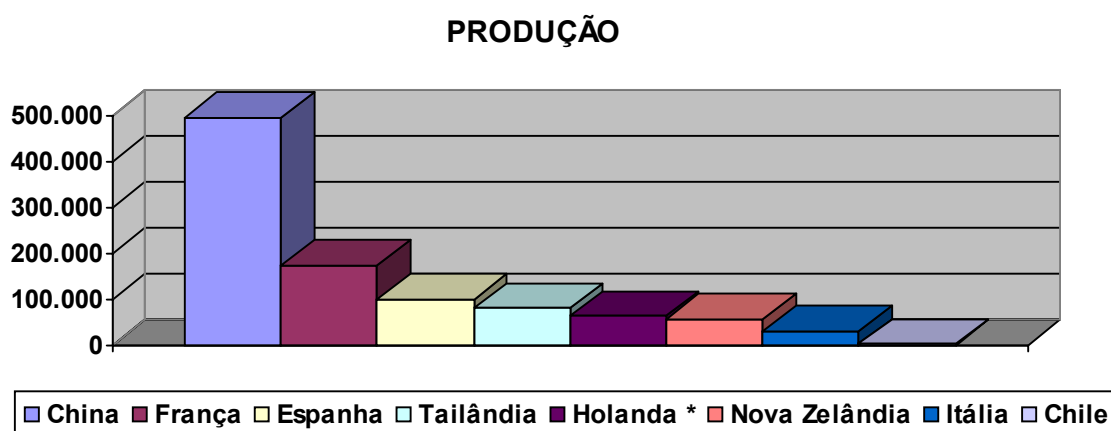


Figura 08: Gráfico dos Principais Países Produtores de Mexilhões Cultivados 2004 (em toneladas).

Fonte: Manual de Cultivo do Mexilhão Perna-Perna editado pela EPAGRI

A figura 08 apresenta os maiores produtores de mexilhões do mundo. O potencial da maricultura é inegável. A grande produção internacional, principalmente da China, tem repercussão econômica e social. Também no Brasil, se for adotada uma política de expansão da atividade, poderá tornar-se o grande filão econômico das comunidades pesqueiras artesanais do litoral.

O Brasil não aparece entre os grandes produtores mundiais por ser uma atividade ainda em desenvolvimento. Sua produção ainda é bastante insignificante em comparação aos países que dominam a tecnologia, como em águas profundas. No Brasil, a maricultura é recente e teve seu início na década de 80, por institutos de pesquisas, universidades e secretarias de agricultura de diversos estados.

A atividade de maricultura no Brasil, em sua grande maioria, se caracteriza como uma atividade extrativa. A produção pode ser subdividida em dois grupos distintos:

1 - Comercial: feita principalmente por familiares, para complementação da renda familiar.

2 - Subsistência: Complementação da dieta alimentar dos membros da família, mas no presente pouco praticado, tendo em vista que os estoques são utilizados como sementes, muitas vezes não conseguindo chegar à maturidade.

A maricultura ainda é pouco representativa no Brasil, desde a implantação até a representação do produto final em sistema industrial. Alguns resultados são obtidos por alguns grupos de pesquisa que buscam conhecimento na biologia das espécies cultivadas, como também o desenvolvimento e adaptação de tecnologias de cultivo. Os pesquisadores levam em consideração condições ambientais e a disseminação da pesquisa dos produtores.

A tendência da maricultura no Brasil é crescer nas próximas décadas, tendo em vista os investimentos que os governos federal e estadual tem buscado em tecnologias para a produção, principalmente da Nova Zelândia e Espanha. Mas esta importação de tecnologia não tem o intuito de atender aos pequenos pescadores artesanais, pois os seus altos custos dificultam o acesso dos mesmos.

Segundo o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, a maricultura tem atendido a proposta para a qual foi implementada, gerando empregos diretos e indiretos bem como o aumento de renda do pescador artesanal. Em algumas

áreas do litoral brasileiro, a maricultura encontra-se totalmente capitalizada, não tendo mais nem resquício de atividade artesanal. A tabela a seguir apresenta a evolução do programa da cadeia de produção de moluscos bivalves cultivados no Brasil. Entenda-se aí a produção de mariscos (Perna perna), ostras, vieiras, entre outros. Todos os moluscos bivalves são moluscos que possuem duas conchas.

Na tabela 09, os dados nos remetem à importância da atividade na geração de renda e empregos, diretos e indiretos. Se a atividade fosse atendida por incentivos governamentais e um planejamento racional na cadeia produtiva, poderia se tornar uma fonte de divisas no mercado internacional. Como percebemos, somente a partir de 2002, que a produção tomou um caráter industrial, ainda que insignificante, tendo em vista a extensão do litoral brasileiro.

Tabela 09: Índice de Desempenho do Programa da Cadeia de Moluscos Bivalves Cultivados no Brasil. (*)

	1998	2000	2001	2002	2003
Produção (t)	8.300	11.000	14.000	17.000	20.000
Empregos diretos (nº)	4.500	6.000	7.600	9.200	10.800
Empregos indiretos (nº)	18.000	23.800	30.300	36.800	43.300
Área implantada (há)	150	170	200	250	320
Renda da cadeia mercado interno (US\$1.000)	6.111	8.300	9.800	11.000	13.500
Renda total (US\$1000)	6.111	8.300	9.800	12.850	16.650
Divisas (US\$1000)	-	-	-	1.850	3.150

Fonte: Ministério da Agricultura e do Abastecimento – 2005.

(*) Os dados de 2004 e 2005 não estão disponíveis.

Como demonstram os dados da tabela 12, a atividade é um grande gerador de empregos diretos e indiretos. Mas o que nos chama a atenção são os empregos indiretos, principalmente quando o produto deixa o seu local de produção e começa a atividade do atravessador. Desse modo a geração de empregos na cadeia produtiva nem sempre vem atender a demanda de trabalhadores disponíveis. A maricultura teve seu início no final de década de 1980, e somente a partir de 2002 é que o produto começa a ser exportado,

enquanto países como o Chile tem toda a sua produção de moluscos vendida para o exterior, principalmente ao Japão.

Outro ponto a ser destacado no Brasil é que, mesmo com sua vantagem de produção de 8.300 toneladas em 1988 e tendo aumentado progressivamente, importou no mesmo ano 550 toneladas de mexilhão (principalmente da Espanha, Nova Zelândia e Chile), sem exportar um quilo sequer. Conforme dados do Ministério da Agricultura, o Chile exportou 700 toneladas, totalizando US\$ 1,98 milhões. Em alguns casos, o preço do mexilhão importado se iguala aos preços do produto produzido no Brasil. A vantagem alegada pelos importadores é que o produto comprado no exterior apresenta uma qualidade superior caracterizada por uma certificação sanitária de reconhecimento internacional (HACCP), tamanho padronizado, embalagem apropriada e oferta regular. Além disso, para que o produto nacional chegue a este mesmo nível de qualidade, estima-se a adição de um custo de processamento (congelamento e embalagem) de aproximadamente US\$ 0,41/kg ao preço do nosso produto, mais a incidência de impostos, o que vem aumentar substancialmente seu preço no mercado.

2 . 2 – Santa Catarina e Governador Celso Ramos

Atualmente Santa Catarina se destaca como o primeiro produtor nacional, seguido dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. As principais pesquisas tiveram início no ano de 1986, no Laboratório de Moluscos Marinhos (LCMM), vinculado ao Departamento de Biologia com o Laboratório de Mexilhões (LAMEX), da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Em 1989, a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina – ACARPESC, atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, repassou tecnologia de cultivo de mexilhões aos moradores das comunidades pesqueiras. Através dos funcionários extensionistas foram introduzidos cultivos experimentais em áreas piloto determinadas. Os resultados iniciais foram animadores. Assim sendo, o órgão estatal criou escritórios de assessoria técnica em vários municípios do Estado.

Com resultados altamente favoráveis, a atividade da maricultura vem crescendo significativamente no litoral do Estado. O pólo catarinense de maricultura compreende a linha de costa à qual a EPAGRI denominou de Zona Costeira Catarinense, que mede cerca de 561,4 km de extensão, iniciando ao norte do Estado em 25° 58' 41" e 29° 23' 55" de latitude sul e 49° 42' 57" e 53 de 50' 00" de longitude oeste.

O referido pólo engloba 28 municípios que se limita com o Oceano Atlântico ou com lagoas, lagunas, baías e enseadas com alta produtividade natural, caracterizando como uma formação espacial diferenciada do restante do estado. Com isto, os elementos físicos favorecem o ingresso de inúmeras pessoas interessadas na atividade do cultivo de moluscos.

Tendo em vista as peculiaridades e oportunidades da área para o desenvolvimento da aqüicultura maricultura, a EPAGRI dividiu a Zona Costeira em três grandes regiões, a do Litoral Norte, Litoral Centro e Litoral Sul, conforme veremos na figura 09.

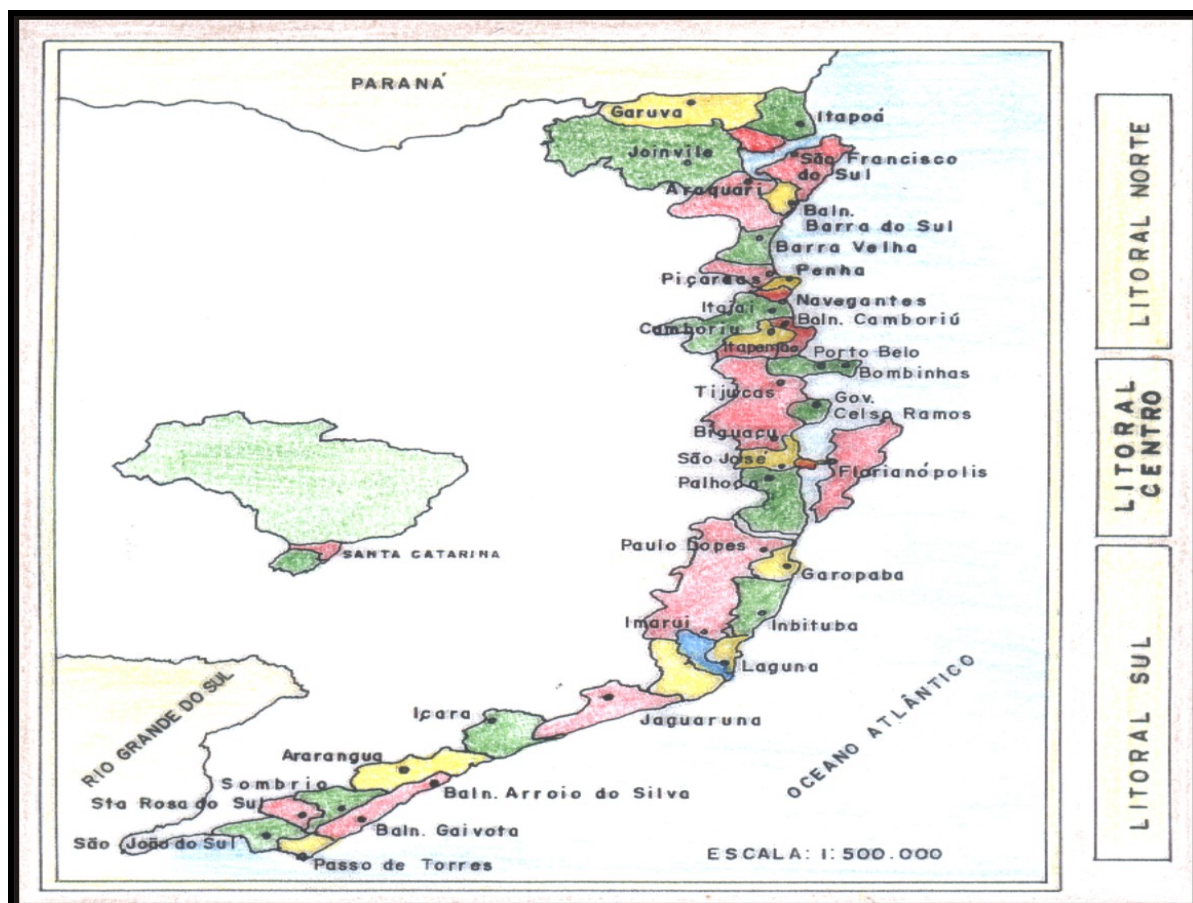


Figura 09 – Mapa do Pólo de Aqüicultura (Maricultura) do Estado de Santa Catarina.

Fonte: Adaptado do Pólo de Maricultura de Santa Catarina – EPAGRI.

Essa expansão deu a Santa Catarina um novo e considerável destaque na atividade da maricultura no Brasil. Na metade dos anos de 1990, ainda não tinha uma expressividade e nem representava uma fração de importância comercial. No final desta década a maricultura teve novo impulso, inclusive nos Municípios de Florianópolis, Palhoça e Bombinhas, onde a atividade tornou-se industrial.

O Estado ostenta sua superioridade a nível nacional quer na produção de ostras quer na produção de mariscos do tipo **Perna perna**. Este fato tem colocado Santa Catarina na imprensa brasileira, como uma atividade lucrativa, despertando o interesse de vários estados da Federação na busca de informações por esta atividade econômica.

Ainda segundo ICEPA, (2005) e LCMM, (2005), Santa Catarina continua sendo o maior produtor de mexilhões do Brasil, tendo um crescimento na sua produção de mexilhões Perna perna, no período, de cerca de 1,72% com relação a 2004. A atividade da maricultura tem se transformado em uma importante fonte de proteínas para as populações pobres, como também de empregos em grande quantidade. No período relativo a 2005 os empregos totalizavam aproximadamente 2000 diretos e 5000 indiretos. Estes dados são oficiais, não constando neste trabalho os que são clandestinos na produção, e que não são contabilizados pelos órgãos que controlam a produção de mariscos. Segundo as estimativas da EPAGRI, os produtores clandestinos podem chegar a 50% dos números constantes dos dados oficiais. No caso do município em estudo, temos 34 (trinta e quatro) produtores clandestinos. Se levarmos em consideração uma família média local de 04 (quatro) pessoas, composta por pai, mãe e 02 (dois) filhos, teremos 136 (cento e trinta e seis) pessoas no trabalho clandestino, representando uma média de 20% dos produtores cadastrados. Neste caso, não foi possível contabilizar os empregos indiretos. Na figura 10, apresentamos os principais municípios produtores de mariscos no Estado.

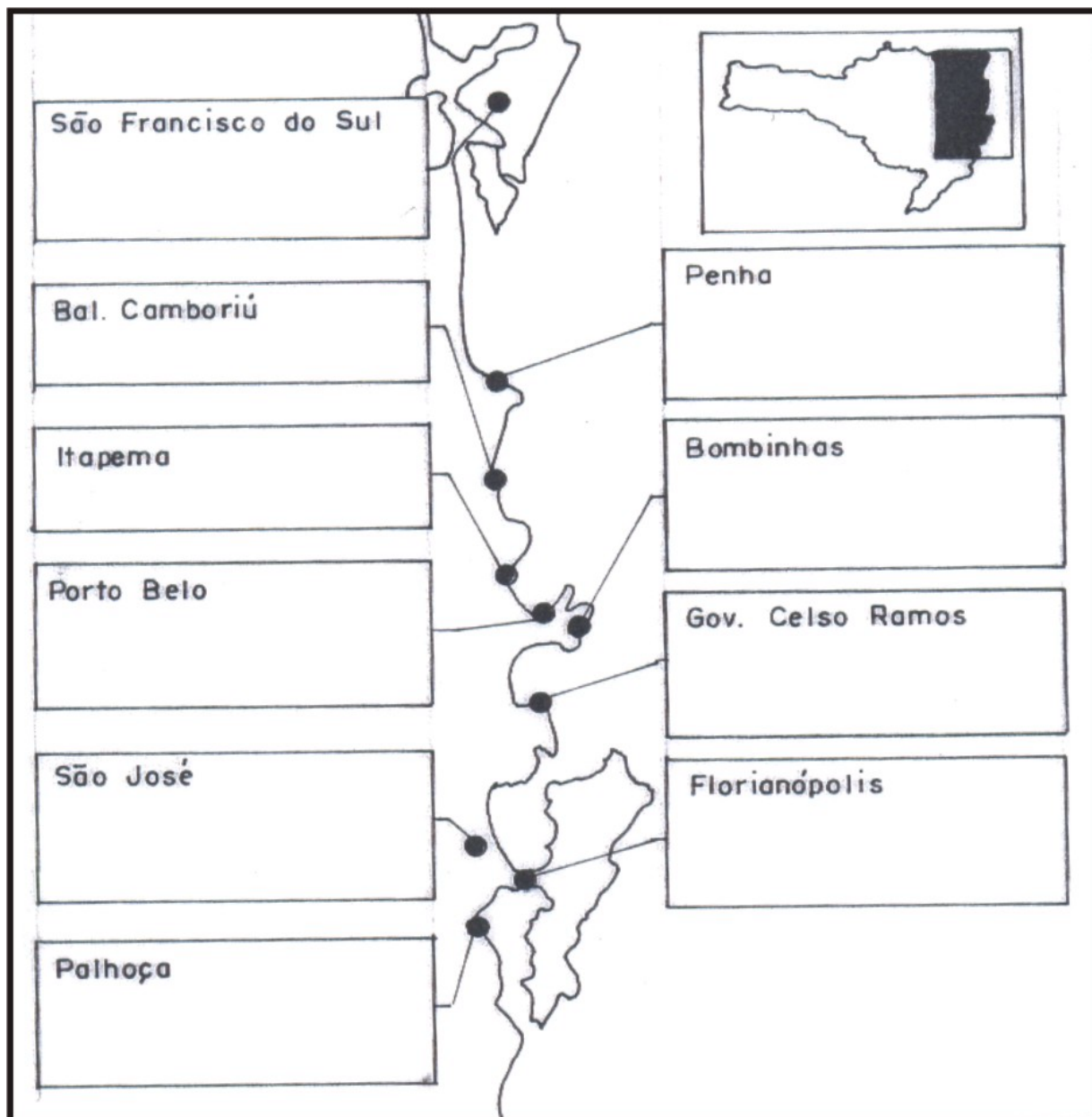


Figura 10: Mapa da Distribuição Geográfica dos Principais Pólos de Maricultura em Santa Catarina – 2004.

Fonte: EPAGRI – www.intergate.com.br/macologia

Conforme coloca VINATEA, (2000) o crescimento de mexilhões em águas catarinenses tem um ritmo diferenciado de alguns países. As condições de nossas baías e enseadas são favoráveis, e fazem com que os mariscos cresçam num período de 6 a 11 meses de dois para oito centímetros. Para obter o mesmo desempenho, na Espanha, é necessário o tempo de 18 meses, de 24 na França e 36 na Holanda.

O autor alerta que existe a possibilidade de que as superpopulações em algumas áreas de produção podem trazer problemas de poluição das águas, devido ao acúmulo de dejetos, distúrbios das comunidades naturais dos fitoplâncton e contaminação dos estoques. Dessa maneira, deve-se tomar os devidos cuidados com os indivíduos, pois podem vir a morrer ou levar mais tempo para crescer, em função da grande quantidade deles num mesmo espaço aquático. Ainda segundo o autor, em Santa Catarina os impactos ambientais são relativamente inócuos, exceto quando há uma prática intensiva e desordenada das áreas de cultivo. Este fato precisa ser revisto pelos órgãos responsáveis, pois detectamos que, junto aos maricultores autorizados existem pessoas que implementam a atividade no mesmo parque aquícola, sem controle das autoridades. Esta prática irregular no futuro poderá trazer problemas, tanto para quem está regulamentado quanto para aquele que é clandestino, podendo trazer como consequência a diminuição da produção.

Para chamarmos atenção para a gravidade desse problema na cadeia produtiva, se não houver um redimensionamento dos espaços de produção no município, provavelmente a atividade poderá vir a se esgotar. Desse modo, usaremos como exemplo as experiências negativas ocorridas nas áreas dos maiores produtores mundiais. A Espanha, país de maior tradição no cultivo de mexilhões, iniciou seu cultivo há cerca de 50 anos, tendo alcançado uma produção de 245.500 (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentas) toneladas em 1987. Entretanto, devido a problemas causados pela superação da capacidade de carga do ambiente, levando a um afloramento de marés vermelhas, sua produção baixou para 90.500 (noventa mil e quinhentas) toneladas em 1993. Nos últimos anos vem se recuperando e redimensionando os espaços de produção. Outro exemplo é a China que, por não observar as limitações de carga do ambiente, em 1992 produziu 538.895 (quinhentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e oito) toneladas, reduzindo gradativamente até o presente para 361.261 (trezentos e sessenta e um mil e duzentas e sessenta e uma) toneladas. Um exemplo de caráter positivo e observância na cadeia produtiva, com respeito aos limites do ecossistema é o da Nova Zelândia, que tem apenas 20 (vinte) anos de atividade. Vem aumentando gradativamente sua produção e, inclusive, exportando tecnologia para o Brasil e demais países.

Ainda com relação à maricultura, um aspecto importante a ser levantado é o envolvimento de um órgão estatal com relação à organização dos produtores em associações e em cooperativas. Segundo dados da EPAGRI, (2004) Santa Catarina apresenta 18 associações de produtores de moluscos, distribuídos ao longo da costa catarinense, entre a região da Grande Florianópolis até São Francisco do Sul, no extremo litoral norte. Alguns desses municípios possuem várias associações, como São Francisco do Sul e Florianópolis.

Vale assinalar que o tamanho de cada uma das associações é variável, pois depende do interesse do produtor em assimilar que a melhor forma de se manter a atividade é impedindo a interferência de grandes grupos econômicos na produção. O município de Governador Celso Ramos possui uma única Cooperativa, com a unidade física de processamento instalada na localidade de Fazenda da Armação, com 230 produtores cadastrados oficialmente, trinta e quatro produtores clandestinos, totalizando 264 produtores. Três municípios produtores não constam da tabela 13, como Biguaçu, Itapema e Balneário da Barra do Sul, por começarem a produzir somente em 2004 e não terem disponíveis dados como: número de associados, unidades de beneficiamento, entre outros. Ainda conforme dados da tabela, o município de Penha que possui 250,82 hectares de área para a produção de moluscos, não se caracteriza como o maior produtor do Estado. Tabela 10.

Tabela 10 – Associações e Cooperativas com Unidades que possuem Beneficiamento-(UB) de moluscos em Santa Catarina – dados de 2004 da EPAGRI. (*)

Município	Associação	Associados	Unidades de Produção (Nº. de Lote	Parque Aquícola (área total	Cooperativa com (UB) er 2004
Florianópolis	03	106	119	225,21	01
São José	02	82	56	109,66	00
Palhoça	02	147	182	203,27	00
Gov. Celso Ramos	02 (**)	230	110	106,95	01
Porto Belo	01	56	18	57,85	00
Bombinhas	02	107	54	88,35	01

Balneário Camboriu	01	03	04	3,90	00
Penha	01	102	112	250,82	01
S. Fco. do Sul	05	78	49	66,40	01
TOTAL	18	915	709	1.112,41	05

Fonte: Os dados foram computados pelo autor com base em dados da EPAGRI – 2004.

(*) – Os municípios de Jaguaruna e Itapoá tem área disponibilizada para produção, respectivamente, 60,00 e 34,08 hectares, mas não possuem ainda produtores interessados.

(**) No município os produtores se congregam em 01 (uma) associação e 01 (uma) cooperativa.

Na localidade da Fazenda da Armação foi construída uma unidade de beneficiamento com investimentos financeiros do Canadá. A finalidade era congrega o maricultor e sua cooperativa, fazendo com que houvesse a oportunidade de melhorar a qualidade do produto, através da decantação e manuseio dos mexilhões, mas não funciona há mais de 10 (dez) anos.

Com a pressa de inaugurar as instalações, o governo municipal da época recebeu o empreendimento sem que a obra estivesse concluída, com a conivência do órgão estadual fiscalizador, o Departamento Edificações e Obras Hidráulicas – DEOH. Também houve a questão da localização da estrutura física, por estar distante da área de produção cerca de 05 quilômetros. Assim, o marisco teria que ser transportado em algum tipo de caminhão até a unidade de processamento, acarretando em aumento de custo da produção.

A Maricultura no município de Governador Celso Ramos teve seu início no final da década de 1980 e início de 1990, quando um projeto em conjunto da EPAGRI (na época ACARESC) com a UFSC criou técnicas para a implementação da maricultura junto às famílias dos pescadores artesanais. Os técnicos decidiram instalar essa nova atividade econômica, sendo pioneira no Município. O município de Governador Celso Ramos foi contemplado com a instalação de um escritório de atendimento ao produtor, que funciona na localidade de Canto dos Ganhos, junto ao prédio da Colônia de Pescadores Z-9. Desde então, os pescadores puderam contar com a criação e transmissão da idéia do cultivo de mariscos.

A princípio houveram grandes dificuldades de encontrar pescadores artesanais interessados na idéia do cultivo de mariscos. Havia uma incredulidade a respeito da “nova” atividade econômica proposta. Para o pescador artesanal, o marisco encontrava-se disposto a qualquer momento e hora, em quantidade, nos costões. Conforme expressão usada pelo pescador local, não havia necessidade de “plantá-los”. Eles não acreditavam que seria possível cultivar algo que a natureza benevolmente os dispunha. Assim não seria necessária a intervenção humana.

Após várias tentativas, os técnicos conseguiram convencer apenas 03 (três) pescadores de comunidades diferentes do Município. Um deles residia na comunidade de Calheiros, outro na de Ganchos de Fora e, o último, em Armação da Piedade. Com esses três pescadores interessados, os técnicos implantaram experimentalmente o projeto. Após oito meses, ocorreu a primeira colheita com 0,03 toneladas de mariscos cultivados. No ano seguinte, em 1991, a produção atingiu a marca de 0,30 toneladas e, nos anos seguintes, aumentou significativamente, até 1997. Nos anos de 1997/99 a produção manteve o mesmo patamar de crescimento com 2.300 toneladas e em 2000 atingiu a 2.600 (duas mil e seiscentas) toneladas. Caiu para 1500 (mil e quinhentas) toneladas no período de 2001 a 2004, voltando a crescer, sendo que em 2005 a estimativa é de aumentar 1,72%. Este fato ocorreu em função da falta de uma política de investimentos na atividade, principalmente do governo municipal, uma vez que, por ser uma atividade artesanal extrativa, o maricultor é isento de imposto.

De acordo com a pesquisa, a comunidade que mais tem prosperado e otimizado em termos de produtividade, é a de Ganchos de Fora. Cerca de 90% dos membros desta comunidade trabalha na nova atividade econômica paralelamente à pesca artesanal.

Na época da implantação, a EPAGRI encontrou problemas para desenvolver seu projeto. Além de encontrar a resistência do pescador, ainda bastante incrédulo com que estavam lhe oferecendo, ou seja, “plantar mariscos”, o órgão estatal não encontrou, na época, respaldo municipal e estadual. Não havia uma legislação que regulamentasse a atividade do cultivo de mariscos, que ao longo dos anos foi sendo criada.

Este fato foi “correndo de boca em boca”, pois as comunidades são bastante pequenas e de fácil comunicação entre as pessoas. A partir da primeira experiência começaram a aparecer pescadores interessados em aderir ao programa de cultivo de mariscos. Na época, a pesca artesanal passava por uma reestruturação tanto do ponto de vista de sua organização quanto da quantidade de peixes e camarões existentes a ser capturado. Outros membros das comunidades, antes com seus pescadores incrédulos, como Canto dos Ganchos, Ganchos do Meio, Fazenda da Armação e Costeira, passaram a adotar o novo processo de produção familiar.

No período, da sua implantação até meados de 1990, a EPAGRI teve que fazer negociações com o Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Capitania dos Portos (Ministério da Marinha) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA. Na década de 1990, através de Decreto-Lei, o Serviço do Patrimônio da União – SPU, regulamentou as áreas com mais de três anos de atividade de produção. A seguir, na figura 11, estão assinaladas as áreas onde se encontram os parques aquícola do município de Governador Celso Ramos.

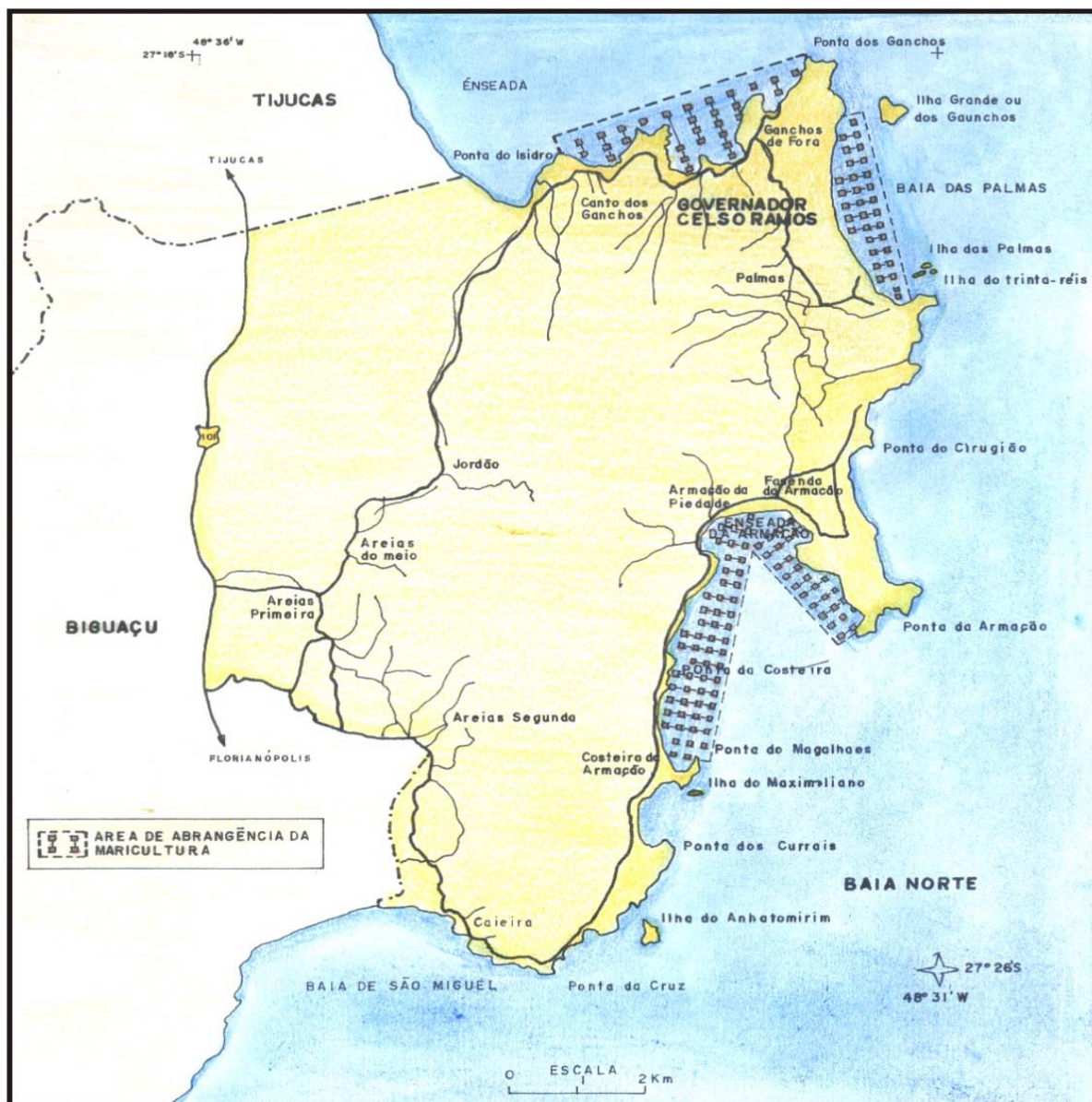


Figura 11: Mapa de localização dos Parques Aquícola em Governador Celso Ramos – 2004, EPAGRI

Fonte: Mapa adaptado do município, para mostrar as áreas de produção de mariscos em Governador Celso Ramos.

Em Governador Celso Ramos encontramos duas situações adversas. Uma, corresponde à cooperativa e a outra, à Associação de Maricultores. A associação precede a Cooperativa, sendo que os associados se integram à cooperativa. A diferença entre a associação e a cooperativa é que somente esta poderá, caso um dia vier a funcionar, ter o direito legal de comercializar os produtos (mariscos) para outros estados e para exportação, conforme estabelecido por legislação do SIF e Sanitária. Os cooperados são os detentores da unidade de processamento.

Em 2004, se a unidade de processamento estivesse funcionando, poderiam ser processados em torno de 05 a 06 toneladas/mês, e com isso haveria o recolhimento de ICMS, aos cofres municipais. Havia 80 cooperados e 230 aqüicultores oficialmente cadastrados, e mais de 34 sócios produtores não cadastrados, que atuam em uma área de 106,950 m², distribuídos nas mais diversas localidades litorâneas, conforme tabela 11.

Tabela 11 – Áreas de Produção de Mexilhões em Governador Celso Ramos em 2004 por Localidade.

Localidade	Área de Cultivo (m²)	Aqüicultores oficialmente cadastrados	Maricultores não Cadastrados
Canto dos Ganchos	17.900	16	02
Calheiros	25.600	14	00
Ganchos do Meio	37.800	34	12
Ganchos de Fora	60.00	63	05
Palmas	11.150	06	01
Armação da Piedade	28.500	14	02
Fazenda da Armação	14.000	77	10
Costeira da Armação	12.000	06	02
TOTAL	106.950	230	34

Fonte: Dados fornecidos pela EPAGRI – 2005. Pesquisa de campo efetuada nos meses de janeiro e fevereiro de 2005.

2.3 - A Caracterização e Legitimação da Área de Cultivo de Mexilhões (mariscos).

Para entendermos todo o processo de legitimação do uso do mar, bem como o uso comum para o cultivo de mexilhões marinhos, há a necessidade de se analisar a legalidade do Estado de Direito. Mesmo que as ocupações das áreas se concretizem, levando em consideração a concessão do uso de direito, como ocorre na liberação de áreas para a agricultura, o uso somente pode ocorrer com a devida autorização, para que não caracterize domínio privado. Dessa forma, isso terá que ser analisado em função das áreas marinhas serem um bem público

e ao longo dos tempos ter sido explorado por pequenos pescadores e maricultores. MACHADO, (2002, p. 34) coloca a respeito:

“A idéia central é a de que, sendo as águas brasileiras públicas, a sua incorporação ao patrimônio privado poderá implicar em sua privatização para uso futuro como ocorreu com as terras brasileiras desde a colonização”.

Outro fator, com relação à legalidade de uso de áreas de cultivo está implícita ao adensamento dos parques de produção, que vão sendo ocupados por pessoas não cadastradas. Para o maricultor existe a necessidade de legalizar o uso das áreas onde implantarão o Parque Aqüícola. Ao pescador artesanal, ao se interessar pelo cultivo de mariscos, é recomendado procurar o escritório da EPAGRI, órgão estadual, que tem a função de orientar e delimitar as áreas potenciais.

O fato de o interessado estar junto a um extensionista da EPAGRI se faz necessário, pois o mesmo, conhecendo o local pela prática da pesca artesanal, ajuda a identificar as áreas onde ainda se processam a pesca, o tráfego marítimo e a atividade turística. A atividade do cultivo não deve entrar em conflito com outras atividades já existentes. Assim, o extensionista e o produtor interessado, fazem o mapeamento da área e levam para análise e parecer do Ministério da Marinha. Este órgão dará o retorno com aprovação ou não do uso daquela área, principalmente no que tange a questão do transporte marítimo. Após a aprovação pelo Ministério da Marinha, a EPAGRI encaminhará a documentação necessária para que o pescador artesanal interessado em lote marinho possa efetivamente construir sua estrutura. No início da atividade cada produtor artesanal de mexilhões podia utilizar no máximo 03 (três) hectares, após a sua legalização e a necessidade de aumentar o espaço produtivo, passou para 05 (cinco) hectares.

Após a escolha do local, para a atividade obter êxito, torna-se necessário levar em consideração alguns itens importantes que vão muito além do tráfego marítimo como a atividade da pesca ou a atividade turística. Com relação à atividade turística em hotéis, alguns reclamaram de que as bóias utilizadas para manter os *long lines* (espinhéis), acima da linha de água deixa o ambiente

marinho com um aspecto feio. Com relação a essa crítica o Presidente da Colônia de Pescadores Z-9, localizada em Canto dos Ganchos, informou que em uma reunião no Município de Porto Belo com autoridades municipais e estadual, para discutir a atividade de maricultura, na baía do Tijucas, que o Prefeito a época, estava em conflito com os maricultores, pois havia queixa dos turistas com relação ao aspecto que deixava no mar, das bóias de sustentação dos espinhéis. Entendemos com uma represália aos pescadores artesanais que tem na maricultura o aumento de renda. O local por ser uma região com atividades turísticas e a mesmo sendo sazonal, não consegue dar conta da manutenção dessa mão-de-obra crescente que se insere na produtividade da maricultura.

Também há a preocupação por parte de órgão estatal de se verificar se o ambiente encontra-se livre de poluição, como efluentes domésticos e industriais, metal pesado, agrotóxico, longe de desembocadura de rios, pois os mexilhões são por natureza grandes filtradores de todas as impurezas que encontram no mar. A atividade a princípio tem sido praticada em locais abrigados como baías e enseadas, com pouca correnteza marítima. Outro item a ser levado em consideração é a profundidade natural exigida, no mínimo de 02 (dois) metros de profundidade para instalação da estrutura de cultivo, evitando dessa maneira que as cordas toquem o fundo do talude.

2.4 - Da legalização do parque aquícola

Outro item importante para a instalação da área de uma unidade de produção e cultivo de mariscos, refere-se à legalização. O cultivo deve ser legalizado junto aos seguintes órgãos competentes, que exigem uma série de documentos:

- a) Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio-Ambiente – FATMA;
- b) Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- c) Ministério da Marinha – via Capitania dos Portos.
- d) Patrimônio da União – Caso concessão de uso.

Junto a FATMA, a emissão de Certidão ou Licença Ambiental Provisória - LAP, está relacionada ao tamanho das áreas de cultivo. A certidão definitiva é expedida quando as áreas não ultrapassem a 0,5 ha. (5.000 m²).

O valor para obtenção de cada documento está fixado em Unidade Fiscal de Referência (UFIR), estabelecido pelo Governo Federal, ficando estipulado os valores da implantação de um Parque Aquícola junto a FATMA:

- Certidão – 30 UFIR.
- Licença Ambiental Prévia – LAP – 75 UFIR.
- Licença Ambiental de Instalação – LAI – 225 UFIR.
- Licença Ambiental de Operação – LAO – 150 UFIR.

Além da exigência pela FATMA dessas Licenças e Certidão, a um custo elevado, para que o maricultor obtenha a LAP é exigida a seguinte documentação:

- a) Registro Cadastral em duas vias;
- b) Declaração da Prefeitura Municipal, comprovando que a atividade a ser implantada está de acordo com o Plano Diretor e não fere o Código de Postura do Município;
- c) Declaração da Colônia de Pescadores comprovando que a localização de sua unidade de cultivo não interferirá na atividade de pesca do município;
- d) Laudo de análise da água do local de cultivo, principalmente referente aos índices (coliformes fecais), que é emitido pelo Ministério da Agricultura ou laboratório por ele credenciado;
- e) Memorial descritivo da unidade de cultivo indicando espécie(s) a ser (em) cultivada(s); área ocupada por espécie; sistema de cultivo; método para obtenção de sementes necessárias; quantidade de sementes necessárias; período de cultivo dos mexilhões e descrição da área. No caso do cultivo ser orientado pela EPAGRI, o memorial é assinado pelo extensionista de pesca local, através da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- f) Planta de localização da Unidade de Cultivo dentro das áreas mapeadas;

- g) Croqui de modelo de cultivo pretendido;
- h) Croqui do(s) modelo(s) de coletor(es) artificial(is) de sementes de mexilhão, quando for o caso. Muitas vezes este item não é solicitado ao candidato a aqüicultor, por já vir discriminado no memorial descritivo.

A legalização de uma unidade de cultivo de mexilhões, junto ao IBAMA, refere-se às condições ambientais já assinaladas pela FATMA, mediante a emissão de Certidão ou Licença Ambiental, anexada na documentação. Segundo as Resoluções de Conama de nº 01/86; 237/97; 312/2002, para que o pequeno produtor instale seu parque aqüícola, as Resoluções regulamentam: “localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, quando consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes de causar degradação ambiental”.

Junto ao IBAMA o aqüicultor recebe a emissão do registro e os valores são estabelecidos em UFIR, dependendo da área cultivada:

- áreas com até 02 (dois) ha. – fica isento de pagamento;
- áreas de 02 (dois) a 05 (cinco) ha. – 08 a 12 UFIR;

Quanto à documentação exigida para obter o registro de aqüicultor, é necessário obedecer ao estabelecido na Portaria nº 95 de 30 de agosto de 1993, do IBAMA:

- a) Preenchimento de formulário de Cadastro (modelo do próprio IBAMA);
- b) A cópia da Certidão de Licença Ambiental expedida pela FATMA;
- c) Apresentação de projeto que permita a identificação da unidade de cultivo (pode ser a mesma da FATMA);
- d) Quando se tratar de pessoa jurídica, apresentar cópia de documento que comprove a existência jurídica da empresa.

Com relação à legalização do cultivo marinho, o Ministério da Marinha, através da Capitania dos Portos, exigem documentos comprobatórios de que a

atividade de aqüicultura não implicará em falta de segurança para a navegação marítima local. Dessa forma, regulamentando a atividade, temos a Portaria de Portos e Costas (DP/MM) nº. 52 de 30/10/95 que define as normas para emissão de pareceres sobre atividades em áreas sob fiscalização do Ministério da Marinha; Decreto Federal nº 1747 de 22/10/96 que regulamenta a exploração de aqüicultura em águas públicas pertencentes à União; Lei Federal nº. 7.661 de 16/05/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Decreto Federal nº. 2.869 de 09/12/98, que regulamenta a cessão de águas públicas pertencentes à União para a exploração da Aqüicultura. Para isso, exige-se que sejam cumpridas algumas formalidades, tais como:

- a) Requerimento ao Ministério da Marinha;
- b) Planta de localização, com escala entre 1:100 e 1:50 especificando dimensões e confrontações do imóvel em relação aos logradouros próximos, como ruas, estradas, etc. E com distâncias conhecidas, indicando, se for o caso, claramente os acessos públicos às praias;
- c) Planta de situação, com escala entre 1:500 e 1:2000, estabelecendo a posição do imóvel em relação á área mais ampla, que possa ser influenciada ou influenciar na obra projetada;
- d) Planta de construção, com escala entre 1:50 a 1:200;
- e) Memorial descritivo da obra pretendida (deve ser o mais abrangente possível) discriminando as coordenadas geográficas da região de acordo com a Carta Náutica da Área;
- f) Cópia do contrato de aforamento ou autorização para ocupação ou similares, expedidos pelo Serviço do Patrimônio da União, ou documento habitual de comprovação ou posse (escritura de compra e venda registrada em cartório, certidão de registro de imóveis, etc.);
- g) Três fotos tamanho postal, mostrando o terreno;
- h) Uma pasta de cartolina, com elástico;
- i) Os documentos exigidos nos itens b, c, e, deverão ser assinados por engenheiro responsável pelas obras, deles contendo seu nome e registro do Conselho Regional de Engenharia – CREA, sendo que as plantas não poderão apresentar correções que alterem sua originalidade. O requerimento deve ser assinado pelo proprietário da

obra e seu representante legal, anexando cópia da procuração ou contrato social (no caso de firma)

j) Uma Carta Náutica da Região.

Também é exigido pelo Ministério da Marinha que todos os documentos sejam originais, e, no caso de cópias, devem ser autenticadas e em três vias. Como vimos, há uma grande burocracia a ser cumprida e custos elevados na implantação de um Parque Aquícola. Ter que reunir os documentos exigidos pelos órgãos da esfera federal e estadual torna-se difícil para o entendimento de um pescador. O máximo permitido por área de cultivo é de 05 hectares. No início da implantação, toda a documentação ficava por conta da EPAGRI. A Capitania dos Portos exige uma distância mínima para a implantação desse Parque que corresponde de 500 a 800 metros, partindo da Linha do Preamar em direção ao Oceano.

Caso o produtor aumente sua área cultivada, estará fugindo ao previsto na implantação do projeto pela UFSC e EPAGRI, que tem como princípio a não entrega da atividade a indústrias, mas sim manter a produção familiar, inclusive incentivando a criação do sistema de cooperativas. Também é meta do projeto proteger o pequeno produtor da concorrência com o grande empresário para não ser excluído da atividade. Para ser maricultor, é exigida a carteira de pescador artesanal e a inscrição na Colônia de Pescadores. Este é o princípio básico da implantação da maricultura, a de atender o pescador artesanal, na complementação de renda. Em pesquisa na área produtora, encontramos como maricultores, além dos pescadores artesanais, um Vereador, um Corretor de imóveis e um Funcionário Público Estadual.

Outro aspecto importante que foi levado em conta pela UFSC e EPAGRI refere-se à possibilidade da atividade de maricultura evitar o êxodo dos habitantes. Como a atividade é familiar, os componentes trabalham em conjunto na produção mantendo-os na comunidade. Além disso, evita que se intensifique a atividade predatória da pesca já bastante prejudicada ao longo dos anos.

2.5 - Mexilhão produzido no Município de Governador Celso Ramos – espécie Perna perna

A partir da implantação dos cultivos em Governador Celso Ramos, tem sido possível observar grande evolução dessa produção, desde a sua implantação até o primeiro semestre de 2005. Todo o cultivo é da espécie Perna perna, proveniente de pequenos produtores familiares, geralmente pescadores artesanais. O cultivo de moluscos no Brasil é responsável por 22% de toda a produção aquícola mundial. Os mexilhões tipo Perna perna representam cerca de 40% da produção geográfica mundial por serem, na maior parte do seu ciclo de vida, organismos sésseis – que se locomovem sobre superfícies consolidadas duras, compactas e, na maioria das vezes, ocorrem na zonas entre marés. Esse tipo de mexilhão é encontrado na costa Atlântica da América do Sul, da Venezuela ao Uruguai, na costa Africana do Mediterrâneo Ocidental, de Gibraltar ao Cabo de Bom (Tunísia), costas Europeias do Mediterrâneo Espanhol, na região de Málaga, Costa Atlântica da África do Norte (Senegal, Mauritânia e Marrocos) e na costa da África do Sul e Angola, Costa Índica da África do Sul, conforme demonstrado na figura 12.

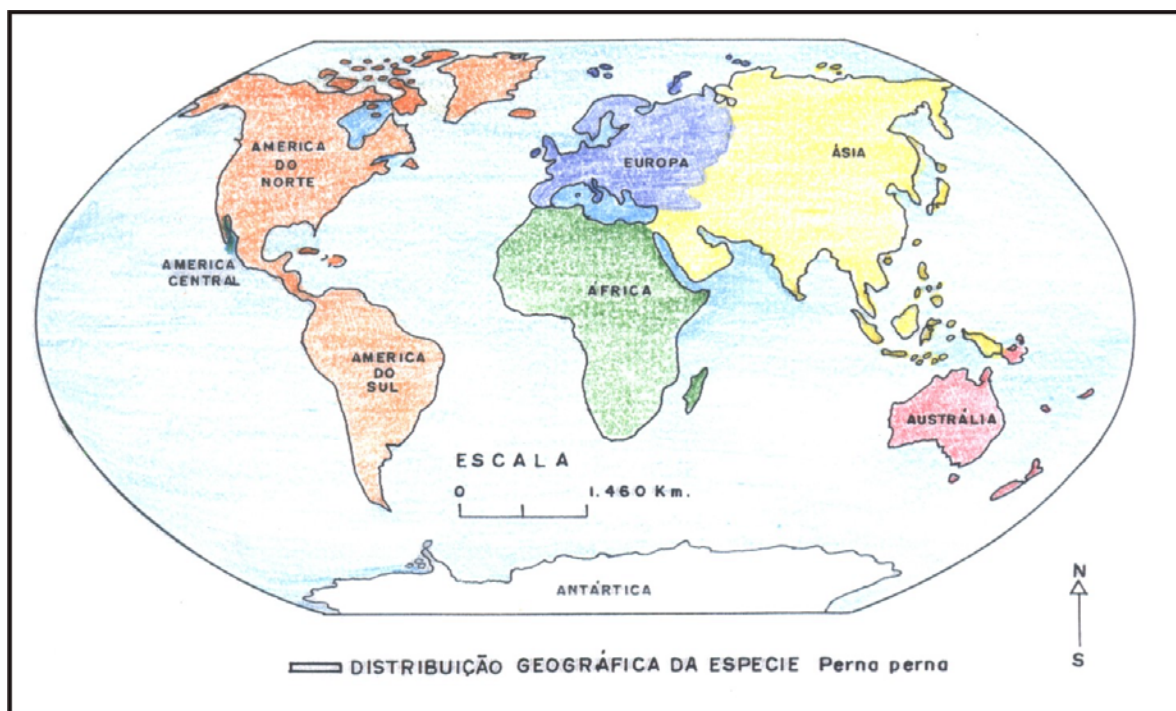


Figura 12: Mapa da Distribuição Geográfica no Mundo da Espécie do Mexilhão *Perna perna*.

Fonte: Manual de Cultivo do Mexilhão *Perna perna* – EPAGRI.

2.6 - Reprodução e Desenvolvimento da Larva

O mexilhão *Perna perna* é o grupo de indivíduos que apresentam sexos diferenciados. Externamente não há como distinguir o macho da fêmea. No entanto, após a abertura das conchas, a separação entre macho e fêmea torna-se possível graças à diferença de coloração das gônolas dos animais sexualmente maduros. Nos machos, as gônolas apresentam uma coloração branca leitosa e, nas fêmeas, vermelho alaranjado.

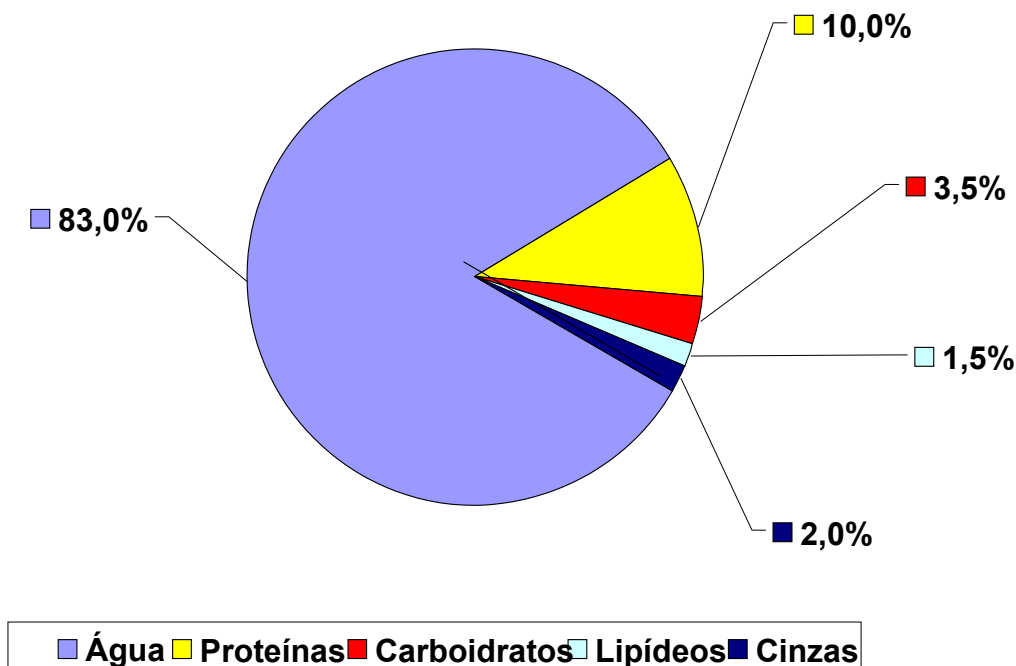
A fecundação é externa, com os mariscos produzindo grandes quantidades de gametas e eliminando-as na água. As fêmeas eliminam ovócitos e, os machos, espermatozoides. Normalmente a eliminação ocorre pelos estresses ambientais, entre eles a temperatura da água. A primeira clivagem ocorre cerca de meia hora depois e a larva está formada cerca de 6 horas após. A larva pode ser observada 24 horas após a fecundação. A partir desse ponto a larva apresenta uma concha rudimentar e passa a formar mais estrutura como pé (predivéliger) para formar um jovem mexilhão. Esta fase dura de 22 a 40 dias, dependendo, principalmente, da

temperatura da água do mar. A dispersão das larvas ocorre de acordo com as correntes marinhas, os ventos e as marés. Após essa fase, o mexilhão, com a forma mais característica, tem capacidade de procurar ativamente o substrato e se fixar.

2.7 - Composição Bioquímica do Mexilhão Perna perna

A composição bioquímica do mexilhão Perna perna, como em muitas espécies, varia com o sexo e a fase do ciclo produtivo em que os indivíduos se encontram. As fêmeas, quando ovadas, tem um teor de proteínas superior ao dos machos.

Os mexilhões, no estágio em que estão repletos de gametas, apresentam teor protéico significativo, em torno de 10%, importante para a complementação alimentar, conforme demonstra o gráfico 13. Este gráfico representa os componentes químicos do mexilhão Perna perna, apresentando os teores de sua composição química. As fêmeas possuem teor protéico em maior quantidade que os machos, representando uma fonte de alimentos nutritiva em glicogênio, servindo de complemento alimentar para as famílias carentes em várias regiões do planeta.



Fonte: Mexilhões – Biologia e Cultivo/UFSC – 1997.

Figura 13: Gráfico da Composição Bioquímica Relativa (%) Mexilhão Perna perna.

Fonte: Mexilhões – Biologia e Cultivo/UFSC – 1997.

Nas figuras 14 e 15 salientamos a morfologia externa e externa do mexilhão Perna perna. Entretanto, na figura 14, na morfologia externa, um ponto importante a ser observado é o das linhas de crescimento – que representam etapas mas ainda é desconhecida sua relação com o tempo de vida do animal. Essas linhas são mais demarcadas em animais que sofrem estresse ambiental e, quando em locais protegidos, são suaves ou até difíceis de serem identificadas. O Bisso serve para se fixar no substrato e para seu deslocamento - é o ligamento que é constituído de material com consistência fibrosa que tem a função de manter as duas valvas unidas e o umbo, que se localiza na região anterior junto ao vértice. As valvas ou conchas depois de desmariscadas tem se constituído num dos grandes problemas ambientais, pois são jogados no mar ou nas encostas dos morros.

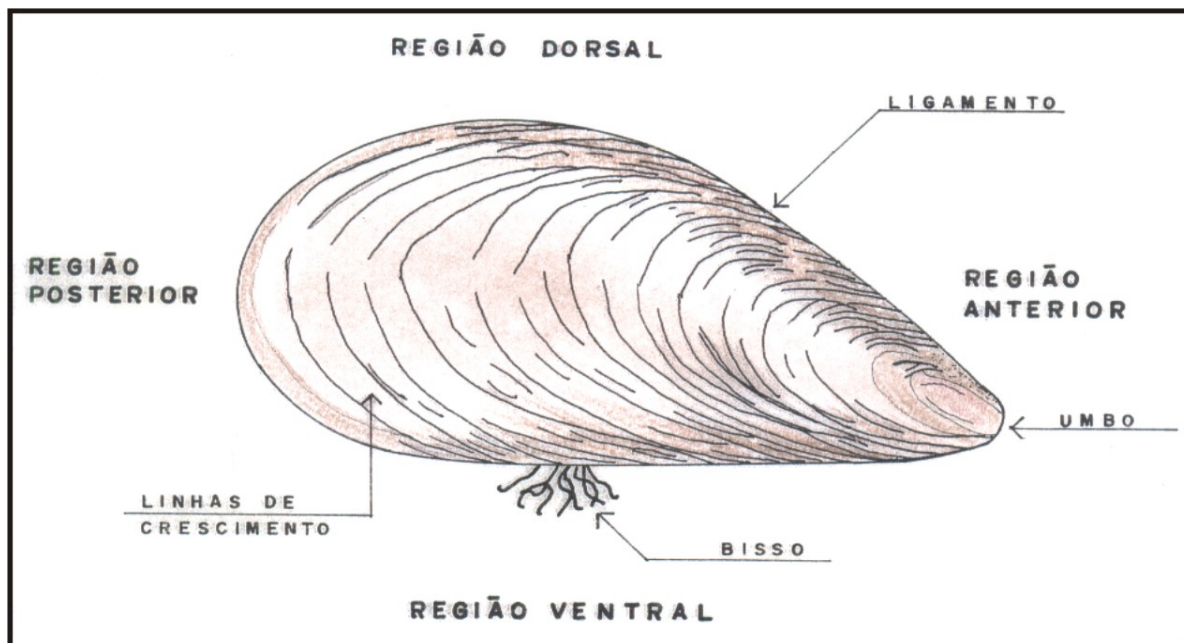


Figura 14: Morfologia Externa do Mexilhão Perna perna
 Fonte: Manual de cultivo do mexilhão Perna Perna/Epagri – 1994.

A figura 15 apresenta a parte interna do mexilhão Perna perna. Para a obtenção de alimentos esses animais dependem do batimento dos cílios branquiais, criando correntes de água do mar no seu interior e de um sistema de seleção das partículas que serão encaminhadas ao tubo digestivo. As partículas de alimentos são envolvidas por muco, produzido na brânquia, que selecionam e regulam a quantidade de alimento que passa para a boca. O material aí rejeitado é lançado ventralmente para o meio externo, sendo chamado de fezes. Estudos já efetuados indicam que estas fezes que se depositam no fundo do mar causam problemas ambientais com a sedimentação, principalmente quando os parques aquícolas são superpovoados. O que não é o caso, ainda, da área de estudo.

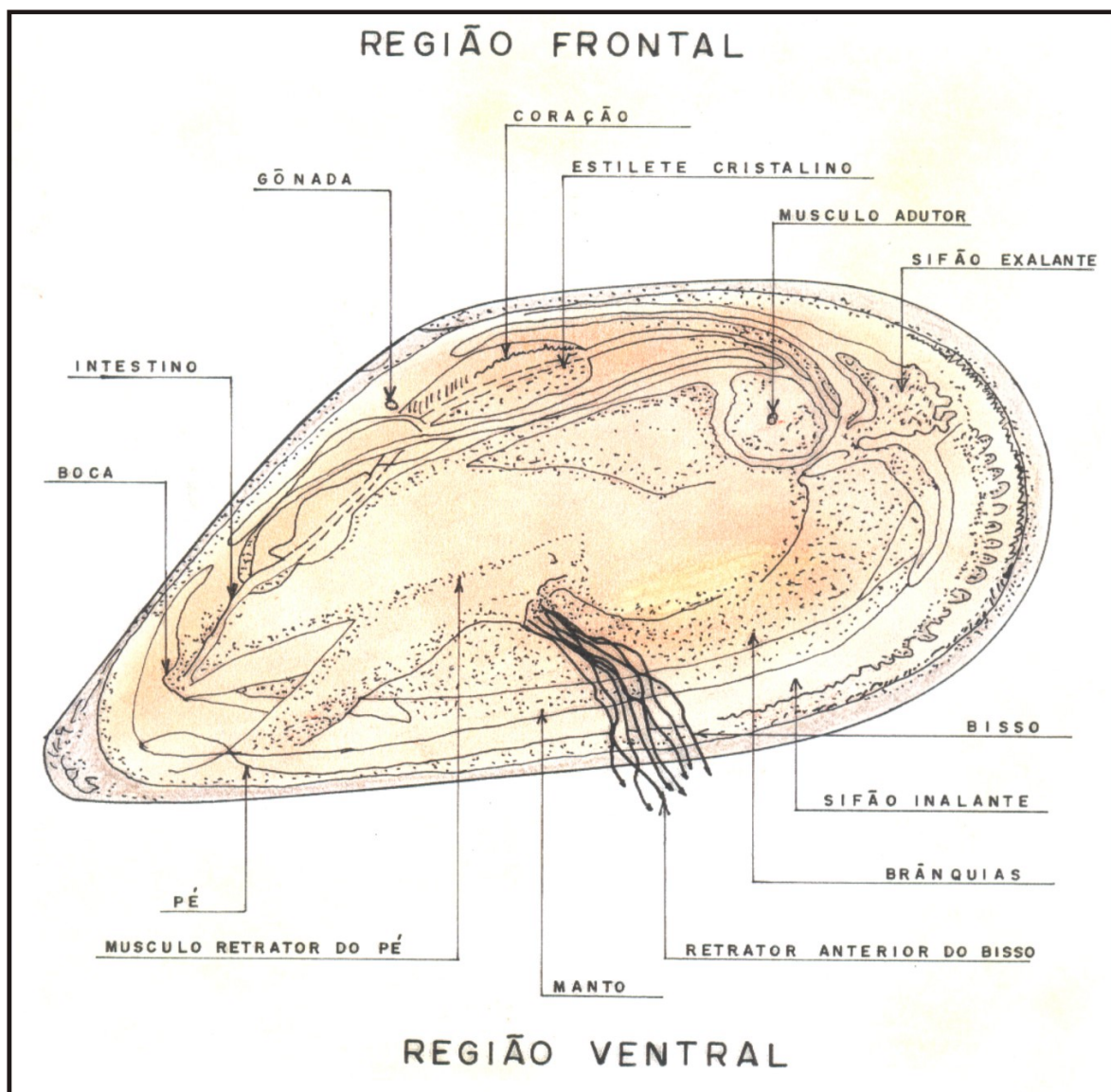


Figura 15: Morfologia Interna do Mexilhão Perna perna
 Fonte: Manual de Cultivo do mexilhão Perna perna/Epagri – 1994.

2.8 - Fixação do mexilhão Perna perna

A fixação do mexilhão, especialmente o Perna perna, objeto de nossa pesquisa, ocorre em duas etapas:

a) - Fixação Primária – O marisco se fixa em substratos, filamentos e macios que contenham algas. Estes filamentos com algas podem ser rochas, madeira, plásticos, nylon e outros materiais. Essa fixação depende ainda da existência desses materiais e de uma camada de microorganismos que parece ser

fundamental como atrativo químico e ponto de apoio para a formação de filamentos do bisso;

b) – Fixação Secundária – em substratos duros, considerados como a fixação “definitiva”, embora o mexilhão seja capaz de pequenos deslocamentos ou mesmo o total desprendimento do substrato, na tentativa de alcançar um local com melhores condições de vida.

Uma vez estabelecidos os bancos de mexilhões, os mesmos têm crescimento gregário como também crescimento individual. O mexilhão tem uma capacidade dinâmica de mover-se extensivamente sobre o substrato, mesmo após a colonização inicial. Os mexilhões, na parte superior do substrato, crescem mais vagorosamente do que aqueles encontrados mais ao fundo. Tal fato reflete o reduzido tempo disponível para a alimentação e a exposição ao ar durante os períodos de baixa-mar.

Este fator provavelmente determina também a extensão vertical dos mexilhões somente se um dos pontos for atingido onde a demanda de energia para o metabolismo durante a exposição exceda as calorias obtidas durante o período de alimentação. Este nível varia de um local para outro, dependendo das condições existentes. O seu crescimento diz respeito ao borrifo das ondas e as formas de retenção da água, características da praia, constituição das rochas, dos sedimentos, existência de gretas de contrações, entre outros.

O nível de maré possui também uma marcante influência entre a concha e o peso dos tecidos. O tempo de exposição ao ar influi, pois o peso da concha geralmente incrementa seu tamanho, mas o peso do tecido diminui. Do ponto de vista do cultivo, o conhecimento das épocas em que ocorrem os picos de fixação primária em bancos naturais ou coletores artificiais é importante. Nestas épocas ocorre a adaptação das larvas em estruturas coletoras e que mais tarde serão utilizadas no cultivo, constituindo-se sementes. Ainda há outros fatores naturais que podem influenciar no crescimento dos mexilhões como: luz, temperatura, salinidade, exposição à poluição, grau de exposição ao ar, quantidade de alimento, competidores e parasitas.

2.9 - Disponibilidade da Produção de Sementes

Segundo o Manual de Mexilhões: Biologia e Cultivo, UFSC/1997, na mitilicultura chamam-se de semente ao jovem mexilhão que é utilizado no sistema de engorda. O tamanho desse jovem varia dependendo do local e método de obtenção. De maneira geral, pode-se considerar como animais entre 20 e 30 mm de comprimento.

Existem três formas básicas de obtenção de sementes de mexilhões. A primeira corresponde à produção em laboratório, que depois de induzida a fecundação e criação das larvas, o estágio vai até a sua fixação. A segunda maneira seria em coletores de sementes e, por último, extração e monitoramento a partir de estoques naturais, como a produção em costões. Essa última forma é regulamentada pela Portaria IBAMA nº 808 de 01/06/90, que disciplina a extração de mexilhões em bancos naturais ou na própria estrutura montada para a produção do molusco.

A extração a partir de estoques naturais pode trazer sérios prejuízos para esses estoques e, conseqüentemente, para as comunidades em geral. Desse modo, para que não ocorra prejuízo torna-se necessário o monitoramento constante da reprodução desses animais. Um dos grandes conflitos no início da produção de mexilhões em cativeiro aconteceu entre os produtores de mariscos e os moradores das localidades costeiras do município. Essas comunidades tinham nos mariscos, ostras e caramujos uma fonte de alimentos e não os encontrava nos costões em função da extração desordenada. O produtor de mariscos em cativeiro extraía as sementes nos costões e não se preocupava em deixar para atender as necessidades comunitárias.

Desde a implantação da atividade, até 1990, não havia uma regulamentação do uso de estoques naturais, quando então a Portaria nº. IBAMA nº. 808 de 01/06/90 e, posteriormente, a Portaria IBAMA nº. 009/03-N, de 20 de março de 2003, que em seu art. 1º. regulamentou a extração de sementes em estoques naturais, quando disse:

“Proibir, anualmente, a extração de mexilhão nos costões naturais, sob qualquer método, da espécie Perna-perna (marisco), no litoral dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no período de 01 de setembro a 30 de novembro e de 01 de janeiro a 28 de fevereiro de cada ano”.

E, ainda essa Portaria, além de limitar a quantidade a ser extraída das sementes, por produtor, também legislou sobre a quantidade e a necessidade da autorização (licença) do IBAMA. Essa quantidade não permite ultrapassar os 70% (setenta por cento) da quantidade de sementes de mexilhão prevista no projeto aprovado. Os demais 30% (trinta por cento) deverão ser conseguidos por meios artificiais.

Estes 70% colhidos em bancos naturais, somente acontecem no momento em que é constituído o seu parque aquícola. Numa segunda necessidade de sementes a quantidade normatizada diminui, passando para 40% (quarenta por cento) em estoques naturais e 60% (sessenta por cento) artificialmente. Caso haja o descumprimento da norma, os infratores serão penalizados de acordo com o previsto no Decreto nº 3.179 de 21 de setembro de 1999, que “dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”. E em seu art. 2º, fala sobre as infrações administrativas para aqueles que infringem ou maculam o meio ambiente com as seguintes sanções: I – advertência; II – multa simples; III – multa diária; IV – apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e da flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; V – destruição ou inutilização do produto; VI – suspensão de venda e fabricação do produto; VII - embargo de obra ou atividade; VIII - demolição da obra; IX – suspensão parcial ou total das atividades; X – restritiva de direitos; XI – suspensão dos danos causados.

Nem sempre estas punições, constantes do Decreto acima citado e também da Lei nº. 9.605 de 12/02/98, conhecida como Lei da Vida ou dos Crimes Ambientais, são respeitadas. A pena estabelecida pode chegar a até R\$ 10.000,00 (dez milhões de reais) para aqueles que disseminam doenças por transferências

de espécies aquáticas para fins de cultivo. Mesmo assim, muitos dos maricultores, ignorando a lei, ainda buscam nos estoques naturais as sementes para colocar nas bolsas de cultivo. Como a fiscalização não é efetiva, fica difícil prender ou multar os infratores. A costa catarinense tem 561,4 quilômetros de extensão para ser fiscalizada pelos órgãos responsáveis. Além dessa dificuldade, quando ocorre alguma apreensão, pode ser utilizado o “jeitinho” político de resolver e burlar o que prescreve a lei. Também a prisão ou apreensão é relevada em função do desconhecimento de alguns produtores sobre o que determina a lei. Ainda existe uma característica muito forte na personalidade dos moradores das localidades do município, que os levam à desobediência civil ignorando, inclusive, as leis conhecidas.

Em conversa com produtores, alegaram que o defeso não tem sido respeitado e que os estoques naturais sofrem de carência de sementes, tendo que recorrer à produção artificialmente. Eles podem comprar as sementes de cultivo de laboratório da UFSC, de estoques de outros municípios, ou ainda, importadas do Chile, principalmente quando se trata de ostras.

Como nos explicou um pescador e produtor de mariscos, ultimamente estava investindo mais na produção de sementes para a venda do que em mariscos adultos para comercialização. Ao invés de esperar de 08 a 11 meses pela produção do marisco adulto, informou que as sementes, quando prontas para serem colocadas nas bolsas de cultivo, têm de um e meio a dois centímetros e leva apenas dois meses para estar pronto para a venda. Portanto, prefere essa atividade por ser lucrativa. Uma caixa de plástico com capacidade de 25 (vinte e cinco) quilos é vendida por R\$ 2,50 (dois e cinquenta) o quilo e, nos momentos de escassez de sementes, pode chegar a R\$ 4,00 (quatro reais) o quilo.

De acordo com um extensionista da EPAGRI, se for respeitado o defeso, a própria estrutura artificial pode alimentar os costões de sementes. Os mariscos, depois de fecundados e alcançarem o tamanho de 20 a 30 mm de comprimento, tornam-se livres natante, procurando um local para se fixar. Dependendo das correntes, ventos e ondas, o pequeno marisco chega aos costões se fixando, e dessa forma poderá aumentar os estoques. No município de Governador Celso

Ramos, a produção de sementes ocorre de duas maneiras: através das sementes encontradas nos costões, figura 16, ou fixadas na estrutura de produção como bóias, cordas de nylon, bambus, figura 17.



Figura 16: Banco Natural de Sementes em Governador Celso Ramos

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos, SC. A foto mostra uma das maneiras de obter sementes com a retirada dos costões rochosos, utilizando instrumentos simples como facão, pedaço de madeira, cavadeira, pá e outros.

A figura 17 apresenta uma das formas de coletar sementes artificialmente. No caso apresentado, é feita uma estrutura de cano de PVC, e ao centro será colocada uma rede ou cordas esticadas que com o tempo, na água, vai criando um tipo de limo aonde as sementes de mexilhões vão se fixar. Posteriormente, estas sementes serão retiradas e colocadas em cordas e fixadas nos espinhéis para o crescimento. Este procedimento está se tornando corriqueiro em função da proibição de captação de sementes em estoques naturais.



Figura 17 : Coletor Artificial de Sementes.

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório de Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos/SC. Esta estrutura é feita de PVC, na parte central amarra-se uma rede e é colocado no mar para fixação das sementes.

O mexilhão Perna perna tem apresentado eliminação de gametas e reprodução ao longo de todo o ano, tanto para animais de cultivo quanto de costão. Os mariscos tem três picos mais intensos de eliminação de gametas: maio e junho, setembro e outubro e dezembro e janeiro.

Os entrevistados afirmaram que, desde a implementação dos parques aquícolas no município, nas áreas que outrora eram de pesca predatória, como arrastão de peixes e camarões, além do processo industrializante e aumento de poluição, hoje se pode constatar uma recuperação do ecossistema. Muitas espécies desaparecidas voltaram a coabitar com os mexilhões, pois como organismos filtradores, alimentam-se de todas as impurezas que porventura estejam nas águas, deixando o ambiente livre de contaminação. Segundo informações obtidas, a atividade de produção de mariscos tem trazido contribuição favorável ao meio ambiente.

2.10 - O Sistema de Produção do Mexilhão – Estrutura de Produção

Depois de cumpridas as exigências iniciais, como escolha do local, legalização da unidade de cultivo, infra-estrutura necessária como barco a remo ou a motor, estrutura para manejo (rancho ou outro local), e estrutura para captação de sementes e engorda, além da montagem do long line (espinhel), ocorre a construção da área de produção.

Entre os métodos de produção no município de Governador Celso Ramos o mais utilizado é o long line ou espinhel. Trata-se do método mais indicado para profundidades superiores há 03 (três) metros e, também, para áreas abrigadas. Este método consiste em cabos dispostos na superfície da água, fixados nas extremidades por “poitas”, estacas de ferro ou de concreto. Ao longo do cabo são colocados flutuadores de plástico com tamanho entre 12 a 20 litros e, posteriormente, penduradas as cordas de cultivo e coletores de mariscos. O espinhel deve ficar esticado, reto, obedecendo ao sentido da direção da corrente principal. Os tamanhos dos espinhéis são variados e dependem das condições do local de cultivo, mas geralmente não ultrapassam a 100 metros, ficando a critério do produtor de mariscos. As linhas mestras podem ser simples ou duplas, amarradas paralelamente e, nas extremidades, são colocados os flutuadores, chamados de bóias.

Abaixo, a figura 18 apresenta um long line onde são colocadas as bóias que podem ser as industrializadas ou confeccionadas pelo maricultor com garrafas de refrigerantes PET, para manter suspensas as cordas. Para segurar os espinhéis usam estacas de ferro e poitas (seixos, ou seja, pedaços de rochas que servem para segurar o espinhel na água). O correto seria utilizar estacas de concreto.

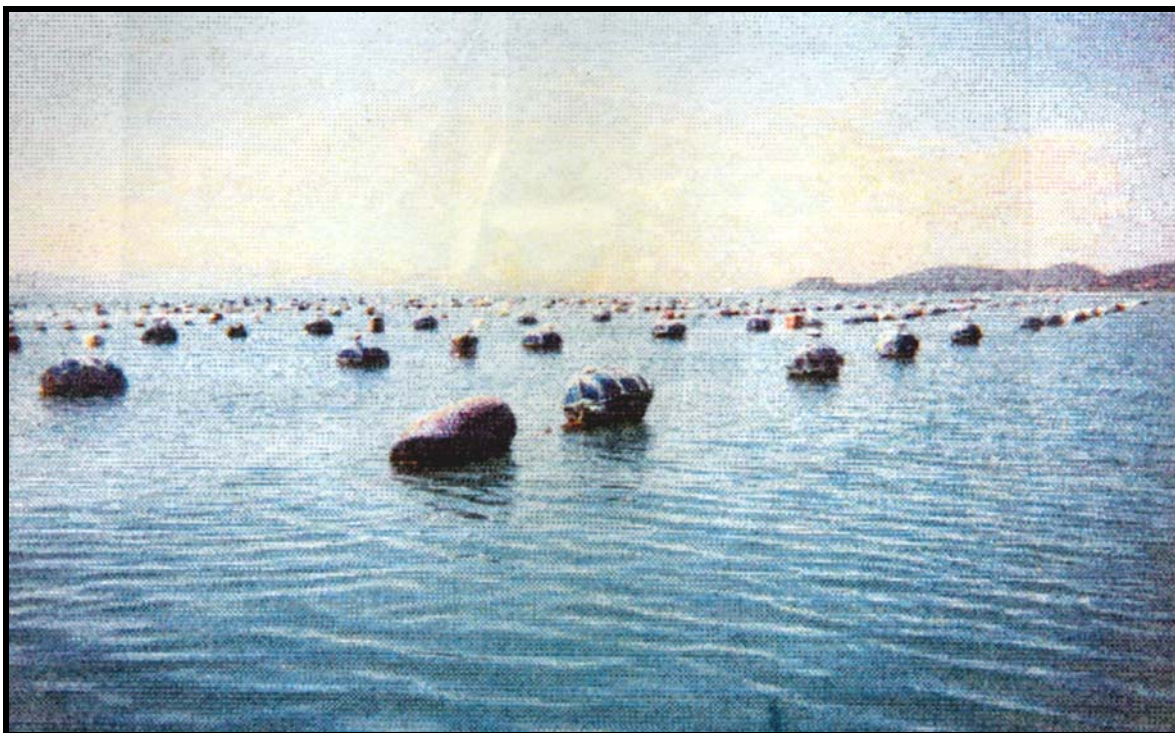


Figura 18: Área de Produção long line (espinhel).

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório de Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos/SC.

Depois de montada a estrutura de produção, ou seja, o espinhel, começa outra etapa, que implica na colocação das cordas com as bolsas de sementes, que devem ficar distantes uma da outra acima de cinquenta centímetros de distância. Estas bolsas são feitas de restos de redes, figura 19, doadas por mestres de embarcações de grande porte ou compradas em casas especializadas, o que é raro. No caso de fabricação caseira, as redes que formam as bolsas são cortadas com 1,50 a 2,00 metros de comprimento e 20 centímetros de diâmetro, sendo costuradas nas laterais e no fundo formando um tubo, mantendo o mesmo tamanho e padrão das compradas no comércio.



Figura 19 – Pedacos de Redes de Pesca usados para fazer Bolsas.

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório de Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos – SC.

Após a colheita da semente nos vários locais, conforme citamos anteriormente, as mesmas são colocadas através de um pedaço de cano de PVC embutido na abertura da bolsa. Colocada a semente e amarrada, a corda é presa no espinhel para crescimento e engorda , conforme apresenta a figura 20.



Figura 20: Corda com sementes prontas para ser colocada no espinhel.

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório de Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos/SC.

O preenchimento dessas bolsas pode ocorrer em qualquer local como na praia, no barco do produtor, na sua própria casa ou ainda em seu próprio rancho de canoas. Percebemos a falta de cuidado com a questão da contaminação que o ambiente pode causar a essas sementes.

Durante o período em que as bolsas estão na água, há a necessidade de cuidados como a visita ao local, que por vezes ocorre diariamente. A visita deve ser mais constante quando o marisco está crescendo, para efetuar sua limpeza. Muitas parasitas e algas se agregam à produção e torna-se necessário extraí-las. A retirada destas possibilita que o marisco cresça sem sofrer ataques dos predadores naturais, (figura 21).



Figura 21: Acompanhamento do Crescimento do marisco e retirada dos predadores naturais.

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório de Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos/SC.

Alguns maricultores freqüentam diariamente a área de cultivo; outros informaram que visitam de duas a quatro vezes por semana, mas que, próximo à colheita, as idas se intensificam, perfazendo um total de 04 a 08 horas por dia. Estas idas ao parque aquícola se fazem necessárias para acompanhamento das bolsas no sentido de retirar os predadores que se alimentam dos mariscos, evitando dessa forma uma grande perda. Uma área maior necessita de cuidados mais intensos até que os mariscos estejam prontos para comercialização, figura 22.



Figura 22: Bolsa de mariscos pronta para comercialização.

Fonte: Foto cedida pela EPAGRI – Escritório de Canto dos Ganchos – Governador Celso Ramos/SC.

2.11 – Custos da Implantação da Estrutura da Produção

Os custos dos módulos de estrutura de cultivo são determinados pela quantidade de alças de mexilhões, capaz de ser administrado por um único produtor. Como exemplo usaremos um sistema de produção suspenso – flutuante do tipo espinhel (long line) com cinco linhas mestras de 100 metros de comprimento cada uma, com espaços entre si de 10 metros de largura, somando 5.000 m², com dados expressos na tabela 15.

Na tabela 12, os produtos apresentados são fáceis de ser encontrados. Mas para o pequeno produtor, dependendo da área de produção, isso pode se ter um custo elevado. Alguns materiais, ao longo do tempo, necessitam ser substituídos, principalmente as redes tubulares e as luvas.

Tabela 12: Custo de produção de um módulo de Mexilhões com 5.000 m² – Sistema “long line”.

Material	Implantaçã	Valor	Reposiçãc	Valor
Estacas de PVC e concreto	12	360,00	-	-
Cabos poliuretano trançados 25 mm	100 kg	700,00	20%	140,00
Cabos poliuretano 41 mm	200 kg	140,00	20%	28,00
Corda poliuretano trançada 10 mm	30 kg	210,00	20%	42,00
Rede tubular externa (**)	1500 m	750,00	20%	150,00
Rede tubular de algodão (***)	20 kg	90,00	100%	300,00
Bombonas plásticas 100 lt	10 unid.	40,00	20%	8,00
Bombonas plásticas 20 lt	125 unid.	437,50	20%	87,50
Luvas (*)	20 pares	60,00	100%	60,00
Total		2.997,5		815,50

Fonte: Pólo de Maricultura do Estado de Santa Catarina/EPAGRI.

(*) a reposição é constante, pois as luvas usadas são confeccionadas em algodão.

(**) Pode ser reaproveitada caso na hora de despençar os mariscos o faça com cuidado. Senão é substituída a cada 8 meses.

(***) Sempre será substituída no período de colocar as bolsas no mar. Os demais materiais dentro dos percentuais indicados são repostos a partir do quinto ano de produção.

Neste orçamento apresentado, estima-se que cada corda em média produzirá em torno de 15 (quinze) a 20 (vinte) kg de mexilhões, num total de 15.000 (quinze mil) kg/ano. Se o produto for comercializado “in natura”, ao preço de R\$ 1,50 (um real e cinqüenta centavos) a R\$ 2,00 (dois) o quilo, obteria uma renda bruta de R\$ 7.500,00 (sete mil, quinhentos reais), não levando em conta a perda de produção, que pode chegar até 15%, ocorrida por intempéries climáticas ou, conforme queixas dos produtores, por roubos.

Além dos materiais citados na tabela 15, outros instrumentos de trabalho são necessários para complementar a atividade da maricultura. Relacionamos os mais importantes, bem como o preço médio levantado em junho de 2005, expresso na tabela 13.

Tabela 13: Outros materiais utilizados na produção de Mariscos.

Materiais	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
Barco a remo (bateira)	01	500,00	500,00
Barco a motor tipo (bateira)	01	5.000,00	5.000,00
Caixas Plásticas	05	15,00	75,00
Fogão a lenha	01	150,00	150,00
Fogão a gás metano (tipo industrial com duas bocas)	01	350,00	350,00
Panelões de alumínio 50 litros	02	150,00	300,00
Roupas plásticas	01	120,00	120,00
Sacos plásticos para embalagens	4.500	0,05	88,50
Tanque ou pia de concreto	01	70,00	70,00
Jato de água tipo doméstico	01	450,00	450,00
Total			7.103,50

Fonte: Dados coletados em 2005 no comércio de Florianópolis.

Dos entrevistados, cerca de 70% possui barcos a motor e 30% barco a remo. Os proprietários de barco a motor gastam em média R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês de combustível, dependendo dos dias em que o maricultor vai até a área de produção. Quando o motor for óleo diesel, os gastos podem ser reduzidos. No caso do maricultor não possuir barco a motor ou a remo, que representa menos de 0,01 dos maricultores, eles usam emprestado de um amigo ou de um familiar.

Um dos instrumentos necessários para carregar os mariscos da praia até o rancho ou a sua casa, são as caixas plásticas que nem sempre são compradas. Elas vieram substituir os balaios feitos de cipó e taquaras de bambu. Dificilmente compram, pois recebem como doação por parte dos donos de barcos de pesca que durante o ano aportam nas localidades. O cozimento dos mariscos pode ocorrer numa edícula no rancho de canoa em fogão a lenha ou gás metano. A prática do fogão a lenha é mínima. Constatamos é 95% (noventa e cinco por cento) dos entrevistados usam o fogão a gás. Quando usa fogão a lenha, o combustível é sempre resto de pedaços de madeira da construção civil.

Alguns possuem painéis de alumínio comprados no comércio. Outros se utilizam tambores de 200 (duzentos) litros de óleo diesel, cortados ao meio e usam como painéis. Quase sempre esses tambores são conseguidos em postos de gasolina ou, se comprados, os valores não são expressivos. Para lavar e escovar os mariscos usa um tanque de concreto, do tipo tanque de lavar roupas. Uma pequena quantidade 10% (dez por cento) utiliza os jatos de água a motor para lavagem e escovação dos mariscos. A limpeza normalmente é efetuada manualmente, com escovas de aço.

Os locais para processar a produção, pode ser o rancho de canoa, a sua própria residência, ou ainda uma edícula muito comum na casa dos pescadores. Com a montagem da estrutura, o maricultor faz seus arranjos para tentar diminuir seus gastos. Também nos materiais necessários empregados para a sua atividade o produtor usa a criatividade. Sempre procurando diminuir o desembolso de dinheiro.

2.12 - Retorno Financeiro

Como já citamos na introdução, tivemos dificuldades em precisar com exatidão os valores de ganhos com a atividade de pesca e maricultura. Ao entrevistarmos os maricultores, um dos itens perguntado foi: quantas bolsas de mariscos o senhor tem implantado na marisqueira. Portanto, tabela 14, expressamos em valores as informações prestadas pelos maricultores com relação à quantidade de bolsas por produtor que podem não apresentar a realidade.

Tabela 14: Produção de bolsas de mariscos produzidos por localidades no município – dados coletados com os entrevistados.

Número de Entrevistados	Localidade	Número de Produtores	Quantas bolsas possuem	Valor geral
25	Ganchos do Meio	01	1.500	1.500
		01	1.180	1.180
		01	800	800
		04	200	800

		04	400	1.600
		12	500	6.000
		01	50	50
		01	50 p/consumo	50
17	Canto dos Ganchos	01	1.500	1.500
		01	800	800
		02	400	400
		05	200	1.000
		03	300	900
		05	Não respond.	Não respond.
40	Ganchos de Fora	02	1.000	2.000
		08	800	6.400
		24	600	14.400
		05	400	2.000
		01	(*)30	30
09	Calheiros	02	500	1.000
		02	700	1.400
		01	800	800
		02	1.000	1.000
		02	2.000	2.000
03	Palmas	01	500	500
		01	800	800
		01	1.500	1.500
04	Armação da piedade	01	1.600	1.600
		01	500	500
		02	400	800
03	Costeira da Armação	01	1.000	1.000
		01	800	800
		01	700	700
45	Fazenda da Armação	01	5.000	5.000
		02	3.000	3.000
		01	1.500	1.500
		05	1.000	1.000
		20	600	12.000
		03	500	1.500
		02	300	600
		01	60	60
146	08	137	-	80.470

Fonte: Pesquisa elaborada no período de Janeiro/fevereiro de 2005.

(*) Começou a plantar mariscos em 2005. Está em experimento.

Partindo dessa premissa e conversando com alguns maricultores, perguntamos quem era o maior produtor de mariscos da localidade e do município. Eles responderam que se tratava do produtor (A), proprietário de 3.000 (três mil) a 5.000 (cinco mil) cordas de mariscos na água. O produtor (A), ao ser entrevistado, afirmou que suas cordas não passavam de 2.000 (duas mil). Assim, com as informações desencontradas, ficamos com dificuldade em mostrar uma contabilidade com dados confiáveis. Posteriormente, através de informações do extensionista EPAGRI, ficamos sabendo que o produtor (A), tinha 5000 (cinco mil) bolsas de mariscos nos long line.

Considerando que o Produtor (A) em 2005 possuía mesmo 3.000 (três mil) cordas de mariscos com 15 quilos cada, e o preço de venda com o menor preço pesquisado, R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) “in natura”, terá no final safra de 45.000 (quarenta e cinco mil) quilos de mariscos o valor na venda da produção de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais). Entretanto, não estamos levando em consideração as perdas da produção por predadores naturais; perdas no período em que ocorre a colheita por manejo inadequado, ou ainda as intempéries climáticas, que podem chegar a 15%. Contabilizamos uma produção de mariscos, cuja área do Produtor (A) produziu em nove meses 45.000 (quarenta e cinco mil) quilos, e teve um resultado bruto de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais), conforme tabela 15.

Tabela 15 : Apuração de resultado – Produção in natura -2005.

Quadro de vendas/custo	Margem de contribuição	Despesas	Resultado Líquido
3000 cordas com 15 quilos cada e custo de R\$ 1,50 o quilo	67.500,00		
Gasolina/Diesel (*)		150,00	
Mão-de-obra		100,00	
Total	67.500,00	250,00	67.250,00

(*) Média entre o preço da gasolina e óleo diesel.

O marisco processado custava, em 2001, em torno de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) a R\$ 3,00 (três reais) o quilo. Em 2005, quando voltamos a campo, pesquisamos os preços do marisco desmariscado, e teve um aumento médio nestes últimos anos de 250% (duzentos e cinquenta por cento), ficando o preço do produto entre R\$ 6,00 (seis reais) a R\$ 8,00 (oito reais). Para produzir 01(um) quilo de marisco limpo (desmariscado) são necessários uma média de 05 (cinco) quilos de mariscos com casca. Se o marisco for vendido ao menor preço, R\$ 6,00 (seis reais) o quilo, a produção de 45.000 (quarenta e cinco mil) quilos do produto chegaria a 9000 (nove) quilos de mariscos processados, conseguindo um ganho médio de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro reais). Tabela 16.

Tabela 16: Apuração de resultado – Produção desmariscado

Quadro de vendas/custos	Margem de contribuição	Despesas	Resultado Líquido
3.000 cordas com 15 quilos cada ao custo de R\$ 6,00 o quilo	54.000,00		
Gás metano 2,1/2 botijões – R\$ 35,00		80,00	
Combustível vegetal – lenha		10,00	
Gasolina/óleo diesel - média		150,00	
4.500 sacos plásticos p/embalagens		88,50	
Contratação de mão-de-obra temporária (*)		1.350,00	
Gelo 30 cx. De 25 kg a R\$ 5,00 cada		150,00	
Total	12.600,00	1.828,50	52.111,50

(*)Contratação de mão-de-obra temporária de 03 (três) pessoas ao custo de R\$ 1,50 por quilo de marisco descascado. No caso 3.000 quilos de marisco cada uma.

Entre os produtores entrevistados, cerca de 95% utilizavam mão-de-obra familiar. A produção vem sendo efetuada pela família, e os ganhos são usufruídos por todos, segundo as suas necessidades. Utilizam muito pouca mão-de-obra de terceiros, 5% no processo de desmariscar o mexilhão. Os produtores reclamaram do preço cobrado por quilo de marisco limpo (desmariscado), que equivale a R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), como também a mão-de-obra disponível é escassa, por ser utilizada na sua própria produção não ficando disponível para

trabalhar com outros produtores. Também esse membro da família pode se inserir, às vezes, em outras atividades como no comércio, turismo, etc.

2.13 – Agregação de Valores na Maricultura e Tributação

Até o momento do término de nosso trabalho, a produção de mariscos era vendida diretamente para comerciantes de várias cidades. A comercialização, no período de verão, época em que os moluscos estão com ótimo rendimento de carne e quando o afluxo dos turistas é intenso, são vendidos a proprietários de restaurantes, hotéis, bares, peixarias, tanto do Município como do Distrito de São Miguel (Biguaçu). O município chega a absorver 20% da produção, aproximadamente. Além disso, fornecem para as indústrias instaladas no Distrito de Santa Luzia (Tijucas); para a AMAREPESCA, situada no município de Imaruí, que, leva ao mercado paulista o produto desconchado e para a MOLUSKUS LTDA, localizada na Praia do Sonho, município de Palhoça, onde os cooperados estão fazendo um convênio com uma empresa norte americana. O Mercado Público de Florianópolis tem sido um dos grandes compradores de mariscos produzidos em Governador Celso Ramos. A maior peixaria do mercado informou que, no verão, chega a comprar 400 (quatrocentos) quilos por semana. As outras peixarias informaram que compram de 250 (duzentos e cinqüenta) a 300 (trezentos) quilos por semana, e que, no inverno, estes valores baixam, pois a procura pelo marisco é menor, ficando em torno de 150 (cento e cinqüenta) quilos.

Outras cidades, tais como Balneário de Camboriú, Itapema, Itajaí, Blumenau e Joinville, também compram os mariscos produzidos no município. Alguns intermediários fazem com que o produto chegue a outros municípios do Estado de Santa Catarina, bem como a outros estados brasileiros. Eles adquirem o produto e vendem clandestinamente para os principais mercados como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Ressaltamos que o mercado regional não consome a produção total na forma de mexilhão vivo (mariscado). Parte dessa produção de mariscos é vendida desmariscada sendo fresca ou gelada. Um dos problemas da comercialização do marisco deve-se ao fato de que não há indústria que beneficie o produto no município. O produto tem um tempo muito curto de prateleira, de 3 a

5 dias, o que exige um esquema de distribuição extremamente ágil e muito bem organizado, que até o momento não existe. Desta forma, o maricultor desmarisca o mexilhão em sua propriedade, em condições precárias, utilizando muita mão-de-obra familiar ou contratada. Fazem isso contra a vontade, pois como nos foi informado por boa parte dos produtores, preferem vendê-los em concha. O produto não possui inspeção federal, impossibilitando a exportação e a colocação, legalmente, em outros Estados. Isto vem ocorrendo através de atravessadores. Como vimos, toda a produção é vendida a intermediários que vão agregar valores, em prejuízo do produtor. Somente a partir do funcionamento da estrutura física de beneficiamento dos moluscos é que os órgãos oficiais, como a Vigilância Sanitária e o Serviço de Inspeção Federal - SIF, darão autorização ao produtor cooperado, para que possa exportar sua produção bem como colocar no mercado nacional. Desse modo agregará valor e aumentará sua renda, acabando por fim com o mercado atravessador.

As alíquotas do imposto, nas operações de venda das mercadorias no Estado de Santa Catarina e na entrada de produtos interestaduais, correspondem a 17%, em relação a tudo que compramos e consumimos. Com relação à atividade artesanal familiar da maricultura, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento firmou com os estados o convênio ICMS 60/91,121/95 e 23/98, isentando de tributação os moluscos, desde que comercializados no estado natural, resfriado ou congelado.

Desse modo, o maricultor pode usar a Nota Fiscal de Produtor, mas são poucos os que os fazem. Com a nota emitida, haveria o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, retornando em benefícios aos cofres do município. Como os produtores de marisco não tem essa praxe por serem isentos, o imposto acaba por ser recolhido à cidade ou município onde o intermediário comercializa. Outro fato a considerar nesta pesquisa, quanto à nota de produtor, é que o fato de o maricultor não usar a nota tem impedido a comprovação de sua renda, muitas vezes dificultando a obtenção de empréstimos junto às instituições financeiras para melhorar seu parque aquícola produtivo. Entretanto, essa falta de interesse também está atrelada ao descaso dispensado pelo poder público

municipal aos produtores, não levando em consideração o potencial econômico que poderia trazer dividendos aos cofres públicos.

Como não há o recolhimento direto do imposto, o município de Governador Celso Ramos tem usufruído o ICMS, por recolhimento indireto com o que os maricultores e sua família consomem nos supermercados, farmácias, lojas de conveniências, lojas de materiais de construção, lojas de revenda de motos, lojas de roupas entre outros. Assim, a arrecadação é feita através do consumo dos produtos comercializados no município.

3 - A PLURIATIVIDADE NA PESCA E MARICULTURA EM GOVERNADOR CELSO RAMOS

3.1 – O Caráter Pluriativo da Pesca e Maricultura Artesanal

Atualmente existe um consenso na literatura especializada de que existem diversas atividades econômicas nos espaços de produção artesanal. Segundo SCHNEIDER, (1999), a literatura sobre a discussão de agricultura em tempo parcial e concomitantemente a pluriatividade encontra-se difundida nos países desenvolvidos, e que seu estudo já ocorriam nos anos 1930, principalmente pelos economistas americanos, que atuavam nos *land grand-colleges*. Neste caso é o estudo dos sistemas de expansão rural estatal que se desenvolveu nas pesquisas agropecuárias nos campos norte americano. Os estudos tinham os formatos tecnológicos pela maneira como treinavam os seus recursos humanos. Ainda coloca que o mesmo ocorreu com a terminologia *pluriactivité* na Europa, onde os técnicos e organismos públicos franceses vem utilizando para caracterizar as propriedades rurais que possuem múltiplas atividades.

No Brasil o assunto pluriatividade é bem mais recente e SACCO DOS ANJOS, (2001, p. 55) argüiu sobre o assunto:

“É sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990 que o tema “agricultura familiar” passa a constituir-se em matéria obrigatória presente, tanto no plano das agendas de pesquisa institucional, como no âmbito das propostas dirigidas ao desenvolvimento da agricultura e do mundo rural do Brasil. Neste sentido, a própria criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) surge como corolário de um amplo debate nacional, que repercute tanto do ponto de vista eminentemente acadêmico quanto político e institucional”.

Desse modo tem sido percebido no Brasil quanto em Santa Catarina, novas formas de relações no campo que vem criando novas integrações nas

relações de trabalho. Famílias que se dividem nas atividades artesanais familiar e nas unidades de produção industrial. Neste caso MATTEI (1999) (resumo), argumentou a respeito do dessa forma de relação no campo:

“Este processo gera novas dinâmicas técnico-produtivas que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho rural. Por outro lado, a modernização e a integração produtiva elevaram a produtividade do trabalho liberando mão-de-obra no interior das famílias. Por outro, aumenta o número de agricultores e de seus familiares ocupados em atividades que não estão mais diretamente relacionadas à agricultura”.

Assim sendo, tanto na agricultura familiar bem como na produção familiar da pesca e maricultura, as relações de trabalho familiar vêm ultrapassando a esfera do mundo agrícola e o mundo das atividades que se desenvolvem no mar. Por sua vez, não podemos mais reduzir este estudo a uma única função, que inicialmente era de produzir alimentos. Entretanto, impõem-se as necessidades de se fazer algumas análises das dimensões que ultrapassam essas atividades especificamente de produção artesanal familiar.

O estudo sobre a pluriatividade somente pode ser tornar relevante a partir das pesquisas das atividades de trabalho das famílias que produzem artesanalmente e a suas relações com as demais funções as atividades formais de trabalho. O que na agricultura familiar esta diretamente atrelada as agroindústrias como coloca SCHNEIDER (1999), no caso: Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial do Rio Grande do Sul, e com outras atividades institucionalizadas. Na pesca e na maricultura, as atividades artesanais familiar estabelecem sua relação de trabalho com a indústria além do turismo, comércio e o setor de serviços. Assim sendo segundo MATTEI (1999), *“surgem as famílias pluriativas”*, que *combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas*, tanto dentro como fora de suas propriedades.

Desse modo, como na agricultura, a idéia que fundamentou a modernização da pesca era de que sua industrialização levaria

necessariamente ao desenvolvimento do espaço em estudo. Desse modo, o crescimento das atividades da pesca seria o resultado obtido mediante implementação de políticas públicas que incentivassem a sua modernização. A partir da década de 1960, o desenvolvimento da pesca no Brasil passou a ser pensado em termos de eficiência dos sistemas técnicos de produção pesqueira. Esses sistemas tecnológicos estavam baseados no uso intensivo dos fatores de aumento da produção, principalmente para exportação. Para tanto, foi necessário o uso da força das máquinas em detrimento da força de trabalho humano. Foram utilizadas tecnologias como radares, sonares para localização de cardumes, aumento das potências dos motores com alcance maior para os dias de pesca em alto mar e outros petrechos. Conseqüentemente visavam conformar economias de escalas cujos objetivos eram a obtenção de uma produção constante, com a massificação da alta competitividade na produção pesqueira.

Neste sentido, faz-se necessário uma análise da articulação entre o espacial e sócio-econômico, o que vem revelando alguns elementos importantes das novas funções do espaço pesqueiro. As articulações ocorrem por um lado pela forma e intensidade do uso das técnicas que foram empregadas na produção da pesca industrial. Por outro lado, pelo intrincamento das práticas sociais que se inserem com a modernidade alterando sobremaneira as relações culturais e econômicas do município de Governador Celso Ramos.

Segundo Gama, (1978), o espaço assume uma dimensão importante nas transformações sócio-econômicas, principalmente quando se trata dos recursos, e ainda como elemento simbólico. Neste sentido, a relação entre a sociedade e espaço pode se expressar através de três aspectos básicos: nas estratégias de sobrevivência criadas pelos atores sociais, na maneira como se processou a produção e, por último, no uso do próprio espaço que se transformou na medida em que as técnicas da pesca industrial foram introduzidas.

Em Governador Celso Ramos essas transformações se processaram da seguinte maneira:

- a) a implementação da indústria pesqueira gerou uma demanda os meios de transportes, permitindo o acesso aos locais de trabalho e aos mercados consumidores, com a criação de infra-estruturas como estradas, linhas de ônibus, etc;
- b) a chegada da energia elétrica, alterou as relações produtivas das comunidades pesqueiras com o mundo exterior;
- c) a implementação dos meios de comunicação, em especial com a chegada do telefone e dos sinais de televisão, que influenciou na vida cultural das comunidades pesqueiras;
- d) a expansão rápida das novas técnicas provocaram mudanças substanciais diretas, influenciando o espaço produtivo pesqueiro. E também outras atividades econômicas no município.

Neste contexto, algumas empresas industriais se instalaram em Governador Celso Ramos visando reduzir principalmente o custo e aproveitando a disponibilidade da mão-de-obra existente. Esse movimento teve uma outra conseqüência, pois com a infra-estrutura instalada para a pesca, redimensionou outras atividades decorrentes das características físicas do município, tais como baías, enseadas e praias. Uma dessas atividades é o turismo, com seus hotéis e restaurantes, além do crescimento do comércio para atender essa nova demanda.

Dessa maneira, a pesca e outros setores surgiram cerzidos através das diversificações do mercado de trabalho que foram surgindo ao longo das últimas décadas e que tem congregado toda a família na produção em busca pelo aumento da renda. Por isso, não é mais possível delimitar o espaço de produção de Governador Celso Ramos, pelos critérios das relações de pesca e maricultura artesanal e pesca industrial, sem analisarmos as relações com as atividades não artesanais. Com isso, o intrincamento dessa sociedade pesqueira deve suas transformações também ao crescimento de outras atividades, através de novas oportunidades de trabalho para os pescadores e maricultores

e suas respectivas famílias. Também não podemos deixar de ressaltar as indústrias que se instalaram nos municípios de Biguaçu e Tijucas, hotéis e restaurantes em Florianópolis que tem buscado mão-de-obra na atividade de pesca e maricultura, regionalizando as atividades.

Entendemos também que a continuidade da pesca artesanal e maricultura não podem mais ser explicado apenas pelo *defeso*, ou mesmo pela desobediência civil deste *defeso*. *Torna-se necessário perceber* conjunto de novas atividades não artesanais que se inseriram na pesca e maricultura e que vem respondendo cada vez mais pela dinâmica populacional em Governador Celso Ramos. E isto nos leva a um outro ponto. Mesmo com as atividades não artesanais reordenando o mercado de trabalho, como aconteceu com a indústria pesqueira gerando novas técnicas produtivas e causando forte impacto sobre a atividade, ainda é premente o trabalho familiar na pesca e maricultura no município.

Por outro lado, a diversificação das atividades em direção ao setor de serviços (comércio, turismo) tende a provocar um crescimento nos índices de informalização do trabalho artesanal, o que MATTEI (1999, p. 2), diz o seguinte a respeito das relações no campo:

“Na verdade, as diferenciações dos processos econômicos e sociais locais e regionais conduzem a uma heterogeneidade muito grande do uso da terra e da ocupação do território rural. Com isso, essas novas formas de utilização do espaço rural provocam a desarticulação dos laços tradicionais da agricultura enquanto uma atividade soberana no mundo rural fazem emergir formas diversificadas de produção, que vão desde a produção agrícola até um conjunto de atividades relacionadas aos serviços de lazer, proteção ambiental e industrialização dos produtos agropecuários”.

Tal fato tem se traduzido em um aumento do número de pescadores e maricultores com seus familiares que vem se ocupando em atividades que não estão mais diretamente relacionadas à produção pesqueira. Surge daí as famílias pluriativas, as quais passam a combinar as atividades da pesca e

maricultura com as atividades formais, tanto interno como externamente ao município, trabalhando em cidades próximas.

Como vimos este processo tem possibilitado as famílias que trabalham na atividade artesanais de pesca e maricultura, conjugar vários papéis, dando aos seus membros um duplo caráter como o de empregado e de trabalhador por conta própria. Neste caso, os trabalhos artesanais e a pluriatividade não são, como coloca MATTEI (1999) *um resíduo, mas um fenômeno*. Assim, podemos considerar que as atividades estudadas estejam diretamente intrincadas aos processos de desenvolvimento que tem se inserido cada vez mais nas localidades pesqueiras do município.

Como já argüimos, nas últimas décadas, o debate sobre a pluriatividade nos países desenvolvidos tem sido analisado por uma série de questões, as quais estão diretamente relacionadas às novas funções da atividade familiar artesanal rural. Desse modo, estamos nos apropriando desse debate para explicar as relações de trabalho familiar artesanal da pesca e maricultura com as atividades formais do mercado. Esta discussão vem acontecendo de forma a explicar as novas funções do rural e as relações técnico-produtivas, que redimensionam o papel dos atores sociais rurais, em especial dos artesanais, considerando a inserção da família nas atividades formais.

Um dos elementos desta discussão é a diversidade de relações com que os processos de trabalho artesanal vêm englobando a noção de pluriatividade. Concordamos com CARNEIRO, (1996), que emprega o termo pluriatividade como uma noção ampla, onde os processos sociais distintos encontram-se referenciados aos contextos sócio-econômicos que ao longo do processo histórico onde foi gerado. Neste caso, a pluriatividade pode ser utilizada para analisar a reestruturação ocorrida no setor técnico-produtivo e as mudanças que se processaram no mercado de trabalho dos pescadores e maricultores a partir do processo da modernização da atividade pesqueira na década de 1960. A partir de sua industrialização no pós-guerra e das alterações que se processaram nos sistemas econômicos. E ainda, conforme

BLANC (1987, p.89-109), que considera a pluriatividade como um rearranjo do setor agrário e as transformações provocadas no setor *macroeconômico* e nas relações *macrosociais*, em que as famílias têm procurado diversificar suas fontes de rendas, diversificam suas atividades e com isso, aumentando sua jornada de trabalho nas atividades formais.

Neste caso, as economias de mercado aonde as unidades familiares vêm se inserindo tem aparecido como um dos elementos decisivos para a pluriatividade. Contudo, o fenômeno não é novo e o clássico CAHYANOV (1974), no início do século passado, estudou o que vinha acontecendo com os agricultores russos. O autor (1974, p. 117), com respeito as unidades familiares que se inserem em outras atividades não agrícolas, argumentou o seguinte:

“Hemo señalado que la feurza de trabajo de la família, al no encontrar ocupación em la empresa agrícola, se vuelva a lãs actividades artesanales y comerciales. Es muy importante establecer si la insuficiencia de tierra y la feurza de trabajo campesina hacia esas actividades. Em otras palabras, debemos explicar *qué determina quantitativamente la división del trabajo campesino entre oficios no agrícolas y trabajo agrícola*”.

Assim, a mecânica das forças externas que vem redefinindo o contexto em que a família toma suas decisões e determina suas estratégias de produção. Sua teoria tem se baseado entre o trabalho e consumo e dos aspectos e das diferenças especificamente demográficos. Cada local tem suas especificidades próprias e combinam relações diferenciadas. Para o pensamento marxista as formas contemporâneas influenciam os sistemas econômicos global que aparecem como para explicar as forças que se oponham à reprodução de toda e economia mercantil simples.

Neste trabalho em que investigamos a organização interna da exploração da pesca e maricultura familiar, não podemos tratar das condições que determinam o nível de produção do trabalho, posto que não dependem dos fatores da unidade familiar, mas sim das novas relações de trabalho que estão se inserindo. Por isso, a explicação das formas contemporâneas da

pluriatividade encontra-se amparada na reestruturação das formas capitalista e na mudança dos cenários econômicos e nas relações sociais que ocorrem, locais específicos, pelas suas especificidades. Desse modo podemos definir a pluriatividade como uma mecânica que se caracteriza em um espaço definido com atores próprios que definem seu espaço sócio econômico. Entretanto, a pluriatividade mesmo que dentro de um processo capitalista, não deve ser definido como um processo globalizador, mas analisado do ponto de vista de cada sociedade, de cada relação e do estágio em que se encontra a produção familiar.

Desse modo, a pluriatividade gera uma ocupação da mão-de-obra, abrindo novas fontes de rendas e faz subsumir diante de si os demais termos que vem procurando descrever este fenômeno, como apresenta SCHNEIDER, (1999, p. 180):

“As diferenças etimológicas devem-se ao fato de que antes da metade dos anos 70 poucos pesquisadores, técnicos de governo, políticos e representantes dos agricultores aceitavam a idéia de uma agricultura a part-time ou de uma agricultura não profissional (full-time), como preferem os franceses”.

E o autor ainda salientou que as autoridades governamentais pensavam em relação à agricultura em tempo parcial, colocando que se apresentavam como um *obstáculo à modernização produtiva das unidades agrícolas*. Foi partir da década de 1980 que o termo pluriatividade passou a tomar corpo no campo das ciências sociais, isto porque o estudo de agricultura em tempo parcial limita a sua análise. Desse modo, não se pode ignorar por completo as demais atividades e o envolvimento dos membros dessas nas demais atividades que compõem o contexto familiar. Dessa forma, a pluriatividade passou a compor as discussões no âmbito dos governos, bem como assunto de interesse de estudiosos das academias de ciências, principalmente por se tratar do envolvimento das atividades produtivas familiares artesanais nas atividades formais do mercado de trabalho.

Esta passagem das designações acima para a noção de pluriatividade foi marcada por importantes discussões acadêmicas. Na Europa, especialmente na França, a partir de 1970; nos Estados Unidos, com BUTTEL (1982); e tem tomado corpo no Brasil a partir da década de 1990, com SCHNEIDER (1994) e, em Santa Catarina, DOS ANJOS (1995), MATTEI (1999); entre outros. Entretanto, tem se discutido o processo de transição desse conjunto de famílias pluriativas, buscando entender o sentido da inserção dos trabalhadores artesanais no mercado de trabalho industrial, lazer entre outras atividades, sem perder sua condição de produtor artesanal seja na agricultura seja na pesca e na maricultura, caso de estudo nesta pesquisa.

No Brasil, vale ressaltar que o tema pluriatividade vem aprofundando seus estudos a partir do Programa Nacional de Fortalecimento Familiar – PRONAF, primeiramente a agricultura, e posteriormente a pesca artesanal como forma de resgatar a dignidade dessas comunidades e oferecendo-lhe oportunidades de buscar financiamentos para aumentar a produção. Este assunto tem levado pesquisadores a debater o assunto e entender essas relações do trabalho artesanal e seus resultados com as atividades do mercado formal que a princípio, trata-se da busca de complemento de renda e inclusão social.

3 . 2 - A Evolução das Ocupações não Formais da Pesca

As transformações que se processaram ao longo das últimas décadas levaram a população economicamente ativa de Governador Celso Ramos/SC a se transferir das atividades de agricultura para as atividades da pesca, conforme mostram os dados da tabela 17. O período compreendido entre os anos de 1960 a 1980, que se caracterizou com a ascensão e decadência da atividade industrial pesqueira, e, posteriormente, em 1990, com a chegada da maricultura e as atividades do mercado formal como as indústrias, comércio e os serviços. A industrialização da pesca, ocorrida a partir da década de 1960, foi notável e colocou o município como um dos mais importantes em termos de

produção de alimentos, disputando mercados com outros municípios do litoral de Santa Catarina.

Tabela 17: Evolução da População de Governador Celso Ramos, segundo situação de domicílio.

Ano	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1960	4.107	2.342	1.765	100,00	57,02	42,97
1970	7.521	3.957	3.564	100,00	52,61	47,39
1980	7.814	4.317	3.497	100,00	55,25	44,75
1991	9.629	7.472	2.157	100,00	77,60	22,40
1996	10.864	7.869	2.995	100,00	72,43	27,57
2000	11.598	10.842	756	100,00	93,48	6,52

Fonte: FIBGE – Censo Demográficos, vários anos.

O aumento populacional nas localidades litorâneas do município ocorrido nas últimas décadas foi inegável, tendo em vista os processos migratórios da agricultura. Ao longo do tempo foram se formando aglomerados populacionais e ocupando as encostas. A partir de então, conjuntamente com outros municípios próximos à Capital do Estado, passou a formar a Grande Florianópolis – GRANFOPOLIS. Essa tendência pode ser observada através da tabela 09 corresponde a evolução do crescimento populacional por situação de domicílio nas últimas décadas. Conforme revelam os dados da tabela 09, percebemos uma retração da população rural, principalmente a partir da década de 1970, e em contrapartida, um forte crescimento da população com domicílio nas localidades onde a pesca tomou impulso.

As informações constantes da tabela acima, também nos levam a uma outra análise, a pesca e posteriormente da maricultura caminhou no sentido da especialização das atividades que congregam a família e vem sendo também atreladas às novas técnicas, bem como às demais atividades. Entretanto, essas mudanças poderão levar a uma marginalização produtiva das áreas tipicamente artesanais familiares, como ocorreu nos períodos em que predominou a industrialização da pesca. Observamos que esse processo veio acontecendo em algumas localidades do município. Ainda em relação às

peças com domicílio rural no município, observa-se também semelhança que ocorreu no conjunto do Estado e do País, numa tendência de queda do PEA, em função da tecnicidade.

Nas décadas de 1960/70, as técnicas produtivas substituíram as formas artesanais de produção e, de certo modo, a marginalização da produção artesanal que atuou de forma acanhada para não ser extinta. Posteriormente, na década de 1980, com a falência das indústrias pesqueiras, outras atividades formais surgiram no município, como o comércio e as atividades públicas. O pescador artesanal passou se relacionar também com essas atividades formais, que na última década vem experimentando um crescimento gradativo. A partir da década de 1990, atrelada a pesca artesanal e as demais atividades institucionalizadas, surgiu a maricultura, inicialmente totalmente artesanal, mas que com as exigências do mercado, vem tentando se modernizar.

Com a crescente redução da contribuição do setor agrário na ocupação de mão-de-obra da (População Economicamente Ativa – PEA, rural, IBGE, (1975 a 1995), cresceram outras ocupações em atividades não tradicionais para a população que vive das atividades do mar. Isso pode significar que as mudanças, sobretudo aquelas que tem sua base tecnológica, ainda estão em curso e deverão se aprofundar muito mais nas próximas décadas, principalmente com as atividades de lazer como o turismo, por exemplo).

Desse modo o espaço pesqueiro do município reordenou as novas formas econômicas, criando outras relações sociais, principalmente no que se refere a inserção no campo do trabalho, onde temos verificado um número crescente de famílias que estão se tornando pluriativas. Isso denota os impasses do modelo de pesca e maricultura na produção familiar, conforme foi colocado pelo gerente de pesca do IBAMA, *que “o governo, mesmo chamado pelo setor a investir na produção das atividades artesanais do mar, tem ficado mais no discurso do que nas ações propriamente ditas”*. Como a política não

tem atuado neste setor, o local vai se tornando mais um espaço de novas relações sociais e de trabalho.

Em função destas mudanças a partir dos anos 1990, os dados da tabela 18 indicam informações sobre atividades econômicas de estabelecimentos e empregos que surgiram no município, a partir de mudanças do setor econômico produtivo, especialmente a partir da chegada da atividade do turismo.

Tabela 18: Número de Estabelecimentos (*), segundo a categoria – 1990 a 2003.

Município	Industria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
G.C.R.	09	03	51	31	08	102

Fonte: Rais – Relatório Anual das Informações sociais/Ministério do trabalho.

(*) Estabelecimentos formalmente constituídos, cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 19: Número de Empregos (*), segundo a categoria – 1990 a 2003.

Município	Industria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
G.C.R.	165	04	133	263	20	585

Fonte: Rais – Relatório Anual das Informações Social/Ministério do Trabalho.

(*) Empregos = Vínculo empregatício estabelecido quando há trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregados e horário pré-estabelecido por este (CLT).

Em relação às funções formais de emprego, os dados da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos indicam a existência de 340 (trezentos e quarenta) servidores públicos municipais (2005), entre os efetivos, os admitidos em caráter temporário – ACT, neste caso os professores e os cargos em comissão. Não nos foi informado o total de funcionários de cada categoria, mas segundo o informante a predominância de empregos encontra-se nos cargos efetivos.

Também constatamos que algumas empresas que tem seu registro junto aos órgãos oficiais e vivem na informalidade na questão da contratação de mão-de-obra, como o setor da construção civil. Este setor contrata trabalhadores como serventes e pedreiros sem assinar a carteira de trabalho, com pagamento semanal. Estes têm relação direta com a pesca e a maricultura, mas que em alguns momentos buscam o aumento da renda familiar nesta atividade.

Em relação ao turismo, dos seis hotéis entrevistados, cinco utilizavam mão-de-obra remunerada e contratavam pessoal na temporada, e em apenas um deles a família trabalha no estabelecimento. No caso dos restaurantes, a maioria utilizava mão-de-obra familiar, e contratava apenas nos períodos de alta temporada, ou seja, no verão. Ainda houve casos de trabalhadores do comércio que usavam a família como mão-de-obra e não registrados no Ministério do Trabalho. Encontramos também pescadores maricultores, que trabalhavam como vigilantes em Florianópolis. Trabalham 12 (doze) horas por 36 (trinta seis) horas de descanso, quando então exerciam suas atividades de pesca e maricultura. Constatamos a existência de pescador artesanal que é dono de restaurante, mas que estava na pesca industrial em Santos/SP, enquanto a mulher e filhos trabalhava no estabelecimento. Dos 146 maricultores e pescadores artesanais entrevistados, 98% (noventa e oito por cento) responderam que iniciaram na pesca artesanal, mas se dedicavam também nas atividades da pesca industrial. Dessa maneira, o ambiente produtivo formal onde se insere a atividade pesqueira familiar vem sofrendo algumas alterações, inclusive com a probabilidade da sua desestruturação.

CAPÍTULO IV

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de finalizar este trabalho e tecer algumas considerações, faremos uma análise daquilo que consideramos importante para a continuidade e perpetuação dessa fonte econômica: a pesca e maricultura artesanal, desde os seus primórdios, e a maricultura, com as suas implicações nas relações de trabalho formal.

A pequena produção mercantil foi passando por vários momentos diferenciados desde a ocupação na comunidade de Armação da Piedade; com a agricultura de subsistência e a ascensão e a decadência da pesca da baleia, além das manufaturas agrícolas que perpetuaram no litoral do município em estudo até a década de 1950. Após, o pescador acabou por ter que enfrentar a industrialização das atividades da pesca, se submetendo às novas relações de produção de trabalho e renda impostas ao mercado de Governador Celso Ramos. No final da década de 1980 e início da década de 1990, como forma de congregar o pescador artesanal, agora sem a indústria, que faliu, foi inserida a atividade de maricultura no município.

Como vimos nos capítulos anteriores, a pesca no litoral de Governador Celso Ramos tem sido uma atividade realizada tradicionalmente, em escala artesanal, menos no período de 1960 ao final da década de 1970, com a pesca industrial. Como consequência dessa atividade as relações de trabalho e produção e renda neste setor sempre estiveram relacionadas às demais atividades formais que se instalaram no município.

A pesca artesanal, desde os primórdios, tem ocorrido com pequenas embarcações, desde as canoas feitas de um tronco só, como o garapuvu, nogueira e outras árvores, e lanchas a remo e a vela, até as pequenas lanchas, botes e pequenos barcos a motores. Por terem pouco alcance, estas

embarcações trabalham em regiões costeiras e estuárias, enquanto que a pesca industrial abrange, além das regiões costeiras, as regiões oceânicas mais profundas, com embarcações de maior porte, podendo chegar até 90 toneladas, com grande autonomia de navegação e totalmente modernizadas.

Na pesca industrial, os barcos possuem uma divisão interna chamada porão, para resfriamento do produto, com autonomia de 04 a até 20 dias no mar. Já a pesca artesanal é efetuada da noite para o dia, descarregando sua produção imediatamente, para que seja processada e colocada no freezer ou no gelo para conservação e posterior comercialização.

Outro fato que diferencia a pesca industrial é o descarregamento da produção. Pelo volume pescado, e por serem barcos de 20 (vinte) a 90 (noventa) toneladas, suas operações se concentram em cidades portuárias com a infra-estrutura e navegabilidade local com profundidade razoável. Assim, essa infra-estrutura pode se traduzir em atracadouro para abastecimento de água, combustível, gelo, supermercado, etc. Diferentemente, a pesca artesanal pode descarregar sua produção com o encalhe de sua pequena embarcação na praia, não necessitando da estrutura de operacionalização.

No município existem três barcos de pesca em escala industrial, sendo 02 (dois) adquiridos com renda proveniente da pesca industrial. Os proprietários eram mestres de pesca que acumularam poupança. O terceiro é empresário do Município de Biguaçu e já atuava na atividade de pesca. Segundo informações do Presidente da Colônia de Pescadores Z-9, é raríssimo haver desembarque do produto pescado desses barcos em Ganchos do Meio, o que ocorre sempre no porto de Itajaí. Ainda segundo o informante, existe no Município cerca de 300 (trezentas) pequenas embarcações, com suporte de 0,5 a 1,5 toneladas. Essas embarcações trabalham na Baía de Tijucas, Baía Sul e Norte de Florianópolis e nas atividades diárias da aquicultura (produção de mariscos).

O maior problema encontrado para a contabilização da produção do desembarque de peixes e camarões que são processados nos ranchos de

praia ou residências está no fato de não existir controle da produção artesanal pelos órgãos oficiais. Segundo informação da Gerência de Pesca do IBAMA, órgão responsável pela contabilização da produção no Estado, nos últimos anos esta pesquisa não tem sido efetuada, pois falta pessoal também verba financeira para investir neste trabalho de pesquisa. Também afirmou que os governos, tanto estadual quanto municipal, não tem se interessado em manter controle da produção. As últimas pesquisas sobre a produção da pesca no município ocorreram no período de 1988 a 2000, somente na Colônia de Pescadores Z-10, que abrange as localidades de Armação da Piedade, Costeira da Armação e Palmas. De 2000 até o presente momento nada mais foi pesquisado nas localidades compreendidas pelas Colônias de Pescadores Z-9 e Z-10.

Com relação à Colônia de Pescadores Z-9, que abrange as localidades de Areais, Jordão, Canto dos Ganchos, Calheiros, Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, não encontramos, no IBAMA, nenhum dado sobre a produção pesqueira, nem anterior ou posterior a 2000. Tivemos que recorrer à Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, que faz uma pesquisa da produção da Baía do Tijucas, em função do Projeto “Pesca Responsável na Baía do Tijucas”. Este projeto, criado a partir dos problemas com os pescadores artesanais, que compõem esta baía, quando da criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, em 12 de março de 1990. A UNIVALI possui somente dados de 2004 e alguns meses de 2005. Como vimos, com relação à pesca artesanal em Governador Celso Ramos, não será possível precisar os valores pescados nos últimos anos. Como apontamos, os dados são irregulares e por isso decidimos não expressá-los em números, mas entendemos que a pesca artesanal tem sido bastante expressiva no município. Também lamentamos que os órgãos que controlam a produção não tenham interesse por este segmento da economia.

O que nos chama a atenção com esse descaso para com as atividades artesanais no município, é que não há “tempo” nem verba para o controle e redimensionamento das atividades. O próprio governo tem buscado fórmulas de colocar o pequeno produtor na marginalidade. Assim sendo, mais

uma vez as comunidades pesqueiras artesanais de Governador Celso Ramos, e municípios circunvizinhos se vêm aliçados dos seus meios de produção. Não fosse o caráter de desobediência civil dessas comunidades, o pescador artesanal estaria novamente sem ter como viver da pesca. Foi priorizado o meio ambiente em detrimento da sobrevivência desses pescadores, mesmo estando a mais de 10 (dez) quilômetros de distância da Ilha do Arvoredo, foi proibida a atividade da pesca.

O Governo, em 12 de março de 1990, através do Decreto Federal nº 99.142, instituiu a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo como uma unidade de proteção integral, impedindo qualquer tipo de pesca em seu entorno, e isto compreende a Baía do Tijucas, com seus municípios: Tijucas, Governador Celso Ramos, Bombinhas e Porto Belo, e ainda o município de Florianópolis, incluindo as Baías Norte e Sul.

Segundo o IBAMA, são classificadas como reservas biológicas áreas que têm como objetivo a preservação da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. Excetua-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

Na década de 1960, o próprio governo que hoje se preocupa em preservar, permitiu que barcos de todos os tamanhos e potências, quase extinguissem as reservas de pescados próximo à ilha do Arvoredo bem como nas baías, quase levando o pequeno pescador a não ter o que pescar, como já vimos em capítulo anterior. Portanto, com a criação da reserva, o objetivo tem sido outro, buscando a preservação. Com 17.600 (dezessete mil e seiscentos) hectares de superfície e 54,8 (cinquenta e quatro mil e oitocentos) quilômetros de perímetro, a reserva engloba as ilhas do Arvoredo, Galé e Deserta, o Calhau de São Pedro, constituindo-se num aglomerado de rochas de área protegida. A Ilha do Arvoredo encontra-se a 11 (onze) quilômetros do lado Norte da Ilha de Santa Catarina.

Como no passado, a fiscalização e a perseguição também se impuseram no período compreendido entre a década de 1990 e início da década de 2000. O jornal O FAROL, editado pela entidade “Aprender Ecológico” na página 03, diz o seguinte:

“O patrulhamento na área da reserva e seu entorno é feito desde 1995 pela Companhia de Polícia Ambiental - CPPA, da Polícia Militar de Santa Catarina. E continua, durante a ronda os policiais abordam as embarcações, prestam informações, e quando necessário, expedem auto de infração e apreendem materiais utilizados em desconformidade com a lei. Além da Polícia Ambiental, abordagens são feitas também pelas lanchas da Capitania dos Portos de Santa Catarina - CPSC, que colaboram com patrulhamento da reserva realizada pela Polícia Ambiental e o IBAMA”.

O problema estava lançado: o que fazer agora com as comunidades do município que sempre viveram da pesca? Os pescadores passaram a “roubar” (termo usado pelos pescadores artesanais), retirando peixes e camarões às escondidas dos órgãos de fiscalização. Novamente encontraram-se fora da lei e sujeitos às penalidades das mesmas. Alguns pescadores tiveram seus petrechos apreendidos e respondem por crime ambiental. Um policial ambiental nos colocou que os “Gancheiros” são difíceis de lidar, dessa forma caracterizando o enfrentamento que os policiais e os pescadores têm travado.

Diante dessa situação, algumas entidades de representação dos pescadores começaram a procurar os órgãos ambientais e colocar a angústia daqueles que sempre dependeram da atividade da pesca. Em especial, o Presidente da Colônia de Pescadores Z-9 foi incansável nesta luta. Entidades como a UFSC, UNIVALI, EPAGRI, Prefeitura Municipal de Bombinhas e de Governador Celso Ramos, Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina – FAMASC, engajaram numa luta sem precedente para que os órgãos ambientais, em especial o IBAMA e as demais organizações não governamentais de preservação ambiental se unissem e criassem uma alternativa para que a pesca artesanal continuasse, estudando um plano de

manejo para as Baías do Tijucas e Baías Norte e Sul de Florianópolis. Já os presidentes da Associação de Moradores do Jardim Gaivotas – AMJG, em Palmas e o da Sociedade Amigos de Bairro de Armação da Piedade – SABAP que fez parte das reuniões para a criação da área de manejo do arvoredo, empresários do ramo imobiliários, vindos do Rio Grande do Sul, tem-se expressado contrário as atividades artesanais na Baía do Tijucas. Se postam como defensores do meio ambiente mas, em momento algum, respeitaram o meio ambiente nas duas localidades as quais se situam as duas associações. Destruíram mangues, vegetação da mata atlântica, e as mais diversas de preservação permanente com a conivência, inclusive, do poder público municipal. E, ainda, a Associação dos Amigos de Bairro da Praia de Bombinhas que também vindos do Rio Grande do Sul e Paraná, têm principalmente na maricultura o foco de resistência para a sua permanência, em função de acharem “feio” as bóias artesanais no mar.

Depois de muitas reuniões e discussão, criou-se o Plano de Manejo, o que o Diretor Presidente da Aprender Entidade Ecológica e Coordenador – Geral do Projeto de Elaboração do Plano de Manejo e Rebio Arvoredo disse o seguinte a respeito: COSTA, (2005): “Após 14 anos de conflitos de interesse e opiniões, o grau de efetividade da Reserva do Arvoredo ainda deixa muito a desejar. Isso ocorre devido a obstáculos políticos, econômicos, administrativos, jurídicos e sociais”.

Como fomos informados, foi necessária muita luta das entidades representativas dos pescadores e muitas reuniões com os órgãos governamentais e entidades de representação não governamental, ambientalistas, para que entendessem que toda uma sociedade estaria fadada à miséria ou sujeita a sofrer as penalidades, caso não fosse possível reverter à situação que estava posta. Após 20 (vinte meses) de muita discussão com a sociedade civil e os órgãos interessados na reserva, o projeto de manejo ambiental foi elaborado e encaminhado à Brasília, para ser analisado e aprovado pelo IBAMA. Após mais 14 (quatorze) meses, foi aprovado, causando grande expectativa nas entidades pesqueiras interessadas.

Desse modo, Presidente da Colônia de Pescadores Z-9, resumiu o sentimento geral, quando disse: “O trabalho de preparação do plano foi importante porque todos se uniram, mas só vou acreditar que nosso empenho foi respeitado quando eu vir na minha mão a portaria assinada”. Em 10 de setembro de 2004, foi assinada a Portaria nº. 81 – N, pelo Presidente do IBAMA. Neste caso foram criadas áreas de zoneamento em torno da área de preservação, bem como a chamada “Zona de Amortecimento” em torno da reserva, onde as atividades humanas, neste caso os pescadores, estão sujeitos a normas específicas, como o respeito ao defeso, tipo de malhas de redes, motores que estejam em boas condições evitando que óleo polua as águas, entre outros. O propósito dessa zona é minimizar os impactos negativos sobre a unidade de conservação. No caso da pesca de arrasto, somente é permitido embarcações pequenas, com até 10 (dez) toneladas de arqueação bruta.

Entretanto, conforme foi constatado durante o período em que fizemos a pesquisa, os pescadores e maricultores não se encontravam desamparados. Existem duas entidades de classes representativas, dirigidas por pessoas conscientes dos problemas da cadeia produtiva das atividades artesanais, bem como dos problemas sociais local em que vivem os pequenos produtores, que são as Colônias de Pescadores do Município.

A Colônia de Pescadores é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade representar e defender os pescadores artesanais e os maricultores junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, como: Secretaria de Pesca Municipal, Secretaria de Pesca Estadual, EPAGRI, Capitania dos Portos (Ministério da Marinha), Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

As duas Colônias de pescadores tem a equivalência de um sindicato, mas estão ligadas a uma Federação de Pesca a nível estadual, com sede em Florianópolis. A Colônia de Pescadores Z-9 foi criada em 1920, e abrangia todo o Município. Posteriormente, por interesse em atender melhor as localidades próximas à Armação da Piedade e pelas dificuldades de acesso à Z-9, que se

encontra instalada de Canto dos Ganchos desde a sua fundação, foi criada em 1937 a Z-10. Além de defender os pescadores e maricultores junto aos órgãos, as colônias também procuram trazer para os pescadores e maricultores, cursos de aperfeiçoamento bem como cursos de pescadores para os novos que estão se inserindo na pesca e assim poderem tirar suas carteiras de pescadores. A Z-9 mantém um consultório médico e dentário para atender aos seus associados.

Em conversa com os presidentes das duas colônias, foi argüido sobre a preservação do defeso. Eles falaram sobre suas preocupações no sentido da permanência da atividade artesanal. Informaram que o pescador não respeita o defeso pelo fato de que a Portaria IBAMA nº 074 de 13 de fevereiro de 2001, de cunho nacional, favorece o camarão rosa e não o de sete barbas, pescado em grande quantidade no município, prejudicando o pescador artesanal de Governador Celso Ramos.

A citada Portaria estipula que o defeso vai de março a maio, mas para o camarão rosa (que não é produzido na Baía do Tijucas), enquanto o camarão pescado em Governador Celso Ramos, o sete barbas, a desova ocorre de novembro a fevereiro. Esta é outra luta que está sendo travada junto ao IBAMA pelos presidentes das colônias no sentido de se criar uma portaria específica para evitar que os pescadores não se envolvam com problemas da fiscalização, ainda que precária, do IBAMA e da Polícia Ambiental.

Pela pouca formação educacional desses pescadores, conforme entrevistas, quando fizemos a pergunta: grau de escolaridade, 90% (noventa por cento) tinha apenas da primeira à oitava série e 10% (dez por cento), entre o segundo grau completo e incompleto. Este fato dificulta as relações com os órgãos de todas as esferas, por isso os presidentes das colônias agem como intermediários, fazendo inclusive o papel de consultores. Como não são assalariados, eles tem um trabalho que poderíamos chamar de assistencialista. E, como afirmou o presidente da Z-9, de toda a dimensão dos associados, apenas 300 (trezentos) pagam a anuidade de R\$ 60,00 (sessenta reais), o que não cobre as despesas com um funcionário e material de escritório, etc. E

disse também que muitas vezes tem que colocar dinheiro do seu bolso. Perguntamos então porque se mantém nessa atividade, o que respondeu: Alguém tem que fazer algo por estes pescadores e maricultores, já que os órgãos da municipalidade não dão atendimento e a importância para as atividades artesanais. Também afirmou sobre a necessidade de “andar de porta em porta” de deputados e órgãos governamentais em busca de subvenção para cobrir as despesas da Colônia.

O Presidente da Colônia Z-9, no intuito de melhorar a renda da família do pescador e maricultor artesanal, foi buscar no Canadá recursos, através de convênio com o Ministério da Agricultura, viabilizando o projeto de mulheres produtoras de alimentos. No município foram criadas duas cooperativas, na tentativa de aumentar a oferta de trabalho e renda daqueles que tem sua sobrevivência no mar. A primeira já citada, até o presente, continua sendo meramente uma instituição física e juridicamente constituída. A segunda, Cooperativa de Mulheres Produtoras de Alimentos da Maricultura – COOALIMAR, foi implementada em 2004, como um projeto de viabilidade econômica de produção de alimentos processados a partir de peixes, camarões e mariscos.

A Cooperativa congrega 40 mulheres das mais diversas localidades costeiras do município tendo sua sede produtiva na localidade de Calheiros. As dificuldades encontradas pelas mulheres produtoras ainda são muitas, conforme entrevista com a Presidente da Cooperativa, que transcreveremos: ao ser perguntada de que modo surgiu a cooperativa, respondeu que foi uma iniciativa do Presidente da Colônia de Pescadores Z-9 e da EPAGRI, e que houve muitas reuniões até chegarem a um consenso e congregarem as interessadas. Disse-nos que “juntar” as mulheres não foi um trabalho tão árduo, o difícil está em mantê-las na atividade. Quando perguntada sobre a questão dos ganhos financeiros, respondeu que é muito pequeno, pois trabalham com reposição dos produtos, não sabendo informar quanto de ganho cada cooperada tem tido. Entendemos que existe uma margem de ganho, mas que não tem satisfeito as necessidades para as quais se propuseram. Ao ser argüida sobre a quantidade de alimentos que processam em cada mês, informou que às vezes pode chegar até 1200 (um mil e duzentos) salgadinhos por semana, não precisando a produção mensal, mas que

pode ocorrer não terem nenhum pedido naquele período. Seguindo nossas perguntas, solicitamos informações sobre o mercado consumidor desses salgadinhos e os tipos de alimentos produzem, o que respondeu que são vendidas em supermercados de Itajaí, Tijucas, para revenda a turistas, restaurantes e bares e público em geral. Produzem salgadinhos a partir de mariscos, peixes e camarão como, ostras gratinadas, camarão no palito, bolinho de peixes, empadas de marisco e camarão. Informou que trabalham em turno de 04 (quatro) horas revezando entre as cooperadas. E, por último, quando solicitamos informações sobre as perspectivas futuras da atividade, percebemos um desânimo com as atividades, e disse-nos que o futuro é incerto, pois muitas mulheres desistiram. Novamente fala sobre o pouco ganho financeiro. E foi além: muitas vezes não trazem nada para casa. O dinheiro fica todo na cooperativa para repor produtos e despesas como a compra de materiais como freezer, etc. Ainda colocou que, se não tivessem que adquirir os eletrodomésticos para a produção o retorno financeiro seria em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, com a possibilidade de melhorar.

Vale lembrar que estas mulheres cooperativadas, na sua maioria, possuem uma carteira de mulher pescadora por ajudar o marido nas fainas da pesca em terra. Também recebem o salário mínimo durante o período de defeso. Constatamos que algumas também trabalham na atividade formal conjugando o trabalho na cooperativa em um período com outras atividades. Percebemos na conversa com a presidente da mesma, que as expectativas de rendimento fácil e rápido estava inserido e impregnado na concepção destas trabalhadoras. Como isso não aconteceu rapidamente, algumas cooperadas foram desistindo.

Ainda foi colocado pela entrevistada que, a cooperativa tem potencial, mas com a compra de alguns equipamentos necessários, o ganho foi muito pequeno. Caso houvesse linha de crédito e mais clientes, com o tempo ganhariam dinheiro. Percebemos a falta de gerenciamento e a probabilidade desta cooperativa dar certo, pela qualidade do que produzem. Outro fato também constatado refere-se ao medo de contrair empréstimos para adquirir todos os equipamentos e, desse modo, aumentar a produção. Algumas cooperadas

entendem que esse será o caminho, mas outras que não concordam com esse tipo de investimento.

Observamos, ainda, que há uma certa ingerência negativa de alguns maridos, influenciando algumas cooperadas no sentido da não autorização para contrair algum tipo de empréstimo financeiro para a atividade. Em conversa com o presidente da colônia, disse que para que o produto seja aceito precisariam atender as necessidades do mercado, como padronização do produto como peso e embalagens. Ressaltamos que, a respeito da cooperativa de alimentos, o que está faltando é a união das cooperadas, pesquisa de mercado consumidor e, por ultimo, investimento na cadeia produtiva. Pois, conforme a entrevistada as possibilidades de ganhos são muitos.

Dessa forma, não foi possível precisar as implicações que terão no futuro estas mudanças de comportamento com novas formas de trabalho para as atividades artesanais no conjunto do emprego de pesca e maricultura. Também os efeitos negativos da queda que paulatinamente estão ocorrendo nas ocupações exclusivamente artesanal, em função das ofertas de trabalho formal. Em termos numéricos, essa redução de trabalho ainda não atingiu de forma expressiva a mão-de-obra das atividades de pesca e maricultura, durante o período considerado. Durante a pesquisa de campo, observamos que a redução da PEA das atividades artesanais do mar, não foi tão importante com relação ao crescimento da PEA das atividades formais de trabalho e renda. Ainda existe um número expressivo de pescadores e maricultores bem como seus familiares atrelados às atividades praticadas no mar.

De maneira geral a queda das ocupações estritamente artesanais não tem afetado de maneira direta, as categorias de trabalhadores que fazem parte da chamada produção de pesca e maricultura familiar, principalmente aqueles que trabalham por conta própria e os não remunerados. Isto porque o trabalho no mar em Governador Celso Ramos é amplamente dinamizado pelas unidades familiares de produção. Desse modo, a família, mesmo sendo responsável pela maioria da produção artesanal no município, também tem se integrado ao trabalho

formal da indústria da pesca, em algum momento, ou para outros setores de atividades econômicas assalariadas.

As informações até agora comentadas dão uma dimensão apenas individualizada das mudanças em curso do nível das ocupações artesanais. Para se ter uma noção mais completa do fenômeno pluriatividade não pode ser deixada de fora a participação dos membros da família na composição do trabalho e renda. Neste caso, quando agregamos informações dos membros no âmbito do grupo familiar, torna-se possível avaliar o comportamento de duas variáveis fundamentais envolvidas da discussão pluriatividade: como a força de trabalho de todos os membros da família e as diferentes fontes de renda que compõem a renda do grupo familiar. Em Governador Celso Ramos os membros da família além de trabalharem na pesca e maricultura se relacionam com atividades não formais. Portanto é neste contexto que a pluriatividade tem assumido certa relevância para o trabalhador artesanal das localidades do município, principalmente no que diz respeito ao aumento da renda.

De modo geral esse estudo nos remete a considerar que as relações no meio da pesca e maricultura familiar encontram-se sensíveis às alterações, as quais coloca em debate um conjunto de inúmeras questões ainda ausentes de uma discussão que deve ser efetuada com os diversos atores sociais destas localidades. A participação das atividades não artesanais na PEA da atividade pesqueira de Governador Celso Ramos vem crescendo, tanto nas relações de trabalho quanto nas relações de renda. Como já citamos anteriormente, estas relações ainda não tem afetado de forma relevante a atividade da pesca e maricultura. Entretanto, se não houver um redimensionamento das relações das atividades artesanais, o setor formal poderá excluir esta mão-de-obra, que mesmo sem o apoio governamental ainda consegue viver de forma digna.

Por outro lado, na crise que em alguns momentos ocorre quando há a baixa da produção ou no defeso, essas ocupações formais estão sendo decisivas para amenizar os impactos negativos da queda das ocupações exclusivamente artesanais familiares. Outro ponto que devemos considerar e que foi informado

por alguns jovens, membros destas famílias, é que não vêem grandes perspectivas de apoio ao crescimento das atividades no mar.

Assim sendo, esse conjunto de informações vem colocando em xeque a visão tradicional do desenvolvimento das formas de relações artesanais da pesca e maricultura, e que deveria estar associada à idéia de desenvolvimento das atividades pesqueiras. Tais atividades encontram-se deficitárias por estarem diretamente ligadas aos órgãos públicos responsáveis no tratamento dessa fatia econômica e de congregação social da atividade. A falta de iniciativa poderá levar os descendentes a se afastarem das atividades de seus avós e pais, não perpetuando as formas de produção familiar. E poderemos ver o espaço do município se tornando mais uma vez, empresarial, seja na pesca e, principalmente, na maricultura e os atores artesanais sendo subjugado pelo capital, tendo que vender sua mão-de-obra em troca de um salário.

Diante disso, o desenvolvimento das atividades pesqueiras não pode mais ser analisada como um setor específico, mas tem que ser estudado como a soma de relações de um conjunto de atividades, onde as inter - relações entre as atividades do mar e as atividades formais se agregam. Outro ponto relevante é que a identificação do trabalho de pesca e maricultura, na medida em que o trabalho formal cresce, as atividades artesanais vão ficando mais tênues, uma vez que a PEA artesanal vai tendo grandes possibilidades de trabalhar em diversos setores de atividades.

Para finalizarmos nossas alocações, entendemos que para que as atividades continuem, é premente que o poder público crie efetivamente programas de desenvolvimento para as atividades do mar. Haverá necessidade de aplicação de recursos em tecnologias, constantes cursos de treinamentos, funcionamento das cooperativas, consciência ecológica através da educação ambiental, redimensionamento das áreas para a maricultura evitando a ocupação desordenada, e impedir que empresas com grande capital se instalem nas atividades concorrendo com o pequeno produtor familiar; Ainda serão necessários o aumento substancial do maior número de empregos na pesca e maricultura aos produtores e aos seus familiares.

Assim, estaremos elencando os principais entraves para consolidação competitiva e sustentável da cadeia produtiva da pesca e dos mexilhões e que vem impedindo seu aproveitamento como atividade totalmente geradora de divisas e empregos no Município, que são: Em primeiro lugar observamos a falta de tecnologia e a sua variação empregada, ainda muito artesanal, com o uso de materiais, que na maricultura são reciclados, no processo produtivo, em função do não apoio dos órgãos competentes tanto no aspecto financeiro como ambiental. Outro ponto a ser destacado está relacionado à questão da certificação sanitária para o escoamento da produção, principalmente, de mexilhões, para outros estados de forma que não seja através do atravessador, carecem de equipamentos adequados, como câmaras de congelamento, aproveitando ao máximo a qualidade dos produtos. Também foi sentida a falta de capacidade gerencial dos produtores para operar as unidades de beneficiamento, tanto das salgas como da estrutura física da cooperativa, bem como do pescador para trabalhar em caráter cooperativo.

Para tanto, foi constatada a falta de um esquema de distribuição do produto, mariscos, de maneira ágil e com alcance aos grandes centros consumidores, aliados a campanha de marketing caracterizando o molusco de cultivo como um produto de excelência. Ainda com relação a maricultura, entraves como a poluição visual causada pela falta de padronização das estruturas artesanais, prejudicando no entender de alguns a exploração do turismo no local. Outros problemas existem, relacionados à navegação, provocados pela falta de sinalização adequada dos cultivos e distribuição desordenada das estruturas. Outro fator a considerar é a inexistência de estudos para determinação da capacidade de carga das áreas de cultivo, levando a prejuízos ambientais, incidência de doenças, aumento de tempo de cultivo e mortalidade dos mariscos. Também foi sentida a falta de desenvolvimento e transferência de tecnologia para a mecanização dos cultivos, que tem um custo bastante elevado, impossibilitando aumento do volume de produção e redução de custos para competir com os produtores de outras regiões e mesmo os importados. Além dos problemas de saúde acarretados aos maricultores pela posição em trabalham no mar. Problemas com produtores irregulares nos parques

de cultivo, aumentando as áreas e, desse modo, aumentando o tempo de crescimento do mexilhão. Quanto maior o volume de bolsas de mariscos próximas, menor se torna a quantidade de alimentos aos mariscos.

Conforme pesquisamos, percebemos uma significativa margem de lucro dos pontos de venda. Se fizermos a diferença entre os preços médios recebidos pelos produtores e os valores de comercialização nas peixarias, mercados públicos e outros estabelecimentos. Esta margem de lucro é da ordem de 40%. Foi notado um problema de caráter ambiental bastante sério, resultante da etapa do produto desmariscado, das escamas e vísceras de peixes bem como das cascas de camarões que, depois de tirada a carne, são jogados ao mar ou nas encostas dos morros na orla marítima.

A partir de 1977, a União incluiu a pesca e a maricultura no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com o propósito de estender a estas áreas. As condições especiais de crédito oferecidas para a Agricultura Familiar, fica atrelada às normas e exigências bancárias. O mesmo programa é ainda bastante incipiente, sobretudo por não dispor de aportes de recursos específicos como créditos com juros baixos e longo prazo para pagamento. Por último, além da necessidade de solucionar os entraves para o desenvolvimento do setor, em Governador Celso Ramos, é de fundamental importância que seja observado os efeitos deletérios causados pela ultrapassagem da capacidade de suporte do ambiente para a atividade.

Desse modo, não entendemos este trabalho de pesquisa como finalizado, nem tão pouco o detalhamento do estudo dessas políticas públicas para o setor. Entretanto, esta pesquisa deve continuar e ser acompanhado este assunto, para novos estudos da pluriatividade e suas conseqüências nas atividades de pesca e maricultura em Governador Celso Ramos bem como em Santa Catarina.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANC, M. (1987) **Pluriactividad Y Movilidad del Trabajo: um enfoque macroeconômico**. In Arkleton Reserach. Câmbio Rural en Europa. Colóqui de Montpellier, p. 89 -109.

BERNARDES, Júlia Adão. **Mudança Técnica e Espaço: uma proposta de investigação**. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1995, p. 47.

BUTTEL, f. (1982) **The Political Economy of Part-time farming**. In: Geo journal. pp. 293-300.

CARNEIRO, M. J. (1996) **Pluriatividade no Campo: O caso Francês**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 32, pp. 89 -104.

CEPA/SC – Comissão Estadual de Planejamento agrícola de Santa Catarina. Florianópolis, 1977.

CORREA, Roberto Lobato. **Um conceito chave da Geografia**. Ed. Bertrand Brasil Rio de Janeiro, 1995.

COSTA, Rafael Goidanich. **Coordenador Geral do Projeto e Elaboração do Plano de Manejo do Rebio Arvoredo**. Artigo para o Jornal “O Farol”. Florianópolis – 2005, p. 02.

COSTA, J. Gustavo da. **Planejamento governamental: experiência brasileira**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 19971, p. 301.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Pescadores, camponeses trabalhadores do mar**. Editora Ática. São Paulo 1983, p. 129, 135,139.

GAMA, A. (1987) **Industria Crítica e Produção de um Espaço Peri-urbano**. In: Revista Crítica de Ciências, nº 22. pp. 33-53.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. Paz e Terra, - 2º edição. Rio de Janeiro, 1982 p. 13 a 22.

LAGO, Paulo Fernandes. **Contribuição geográfica ao estudo de pesca dm Santa Catarina**. Revista Brasileira de Geografia, janeiro/março. Rio de Janeiro, 1961.

MENDEL, Ernest. Introdução ao Capitalismo. Tradução Mariano Soares. Editora Movimento. Porto Alegre, 1978, p. 22.

MACHADO, Márcia. **Maricultura como Base Produtiva Geradora de Emprego e Renda: Estudo de Caso para o Distrito de Ribeirão da Ilha no Município de Florianópolis – SC – Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Pós Graduação em Engenharia de Produção/UFSC. Florianópolis, 2002, p 34.

“O FAROL” – **Informativo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo**. Ano 3 – nº 2 – maio/2005.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recortes no Campo Brasileiro**. Novos Caminhos da Geografia/ organizadora Ana Fani Alexandri Carlos. Editora Contexto. São Paulo, 1999, p. 83 E 85.

SACCO DOS ANJOS, F. (1995) – **A agricultura Familiar em Transição: o caso dos colonos operários de Massaramduba (SC)**. Editora Universitária. UFPEL/Pelotas.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4. ed. HUCITEC. São Paulo, 1990.

SERRA, José. **Ciclos e Mudanças Estruturais**. Revista de Economia. Vol.2/2. Nº 6 – abril/junho. São Paulo, 1982.

SUDEPE, 1974. **Relatório da Primeira Reunião de Grupo de Trabalho e Treinamento (G.T.T.) sobre avaliação de estoques.** Série DOC. Téc. SUDEPE – PDP nº. 07, 149 p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria caçaldista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do sul.**

Campinas:IFCH/UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1994.

SILVA, Célia Maria e. GANCHOS/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Editora; FCC e UFSC. Florianópolis, 1992, p. 175, 176.

MATTEI, Lauro Francisco. Pluratividade e **Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina.** Tese de Doutorado. Campinas, SP, 1999.

WILKINSON, John. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção.** Fundação Centro Estadual de Planejamento agrícola – CEP/BA. São Paulo, 1986 p. 10.

7 – BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre. São Paulo 2000.

ANDRADE, H. A. (1998). **A produção da pesca industrial em Santa Catarina.** Not. Tec. FACIMAR 2::1-16. 2:17-27.

BARLETT, P. Part Time Farming: saving the farm or saving the life-style? Rural Sociology, v.51, n. 3, p. 289-313, 1986.

BECK, Anamaria – **Comunidades pesqueiras e a expansão capitalista, in O Mar e seus recursos ícticos.** NEMAR/UFSC, 19984

BOLETIM DE PRODUÇÃO PESQUEIRA: Projeto: Pesca Responsável na Baía do Tijucas.. UNIVALI, 2204.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** Editora Contexto. São Paulo, 1999.

CHAYNOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad econômica campesina.** Traducción de Rosa Maria Rússovich. Ediciones Neuva Visión SAIC. Tucumán – Buenos Aires, 1974.

CLAÚDIA, Queirós. **Cultivo de Ostras.** Centro de Ciências Agrárias – Departamento de Aqüicultura – Projeto Ostra. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1990.

CERGOLE, Maria Cristina e WONGTSHOWSKI – Coordenadores. Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Costeira Econômica Exclusiva. Área de Dinâmica de Populações e Avaliação de Estoques. **Análise das Principais Pescarias Comerciais do Sudeste – Sul do Brasil. Dinâmica das**

Frotas Pesqueiras. Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Brasília, 2003.

CUSTÓDIO, Jonas Simas. **A Maricultura em Governador Celso Ramos.** Monografia apresentada no Departamento de Geografia/UFSC, para o título de Bacharel em Geografia. Florianópolis, 2000.

CRUZ, Olga. **A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo: um estudo de Geomorfologia costeira.** Editora da UFSC. Florianópolis 1998.

DEALANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes. Petrópolis/RJ, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução Social.** Vozes – Vol. I, II e III. Petrópolis/RJ, 2003.

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A. **Manual de Cultivo de Mexilhões Pena perna.** Florianópolis 1994.

EPAGRI E BLUWATER aquaculture Ltda. **Pólo de Maricultura do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 2000.

FAO/INCRA (Agosto de 1996). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Projeto UFT/BRA/036/BRA

Federação Catarinense de Associações de Municípios da Grande Florianópolis – FECAM. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico e Econômico.** Editora própria. Florianópolis, 1991.

FRÊMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido.** Tradução de Antônio Gonçalves. Livraria Almedina. Coimbra/Portugal, 1980.

Geografia: Conceitos e temas. Organizado por Iná Elias Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa – Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1995.

GODOY, M. P. de. **Peixes do Estado de Santa Catarina.** Co-edição, UFSC/FURB/ELETROSUL – Fpolis, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária. PAZ e Terra, - 2º.** Edição. Rio de Janeiro, 1982.

HAIMOVICI, M. **Recursos pesqueiros demersais da Região Sul.** REVIZEE – Femar, Rio de Janeiro/RJ, 90 p.

IBAMA. 2000. **Relatório da reunião técnica sobre o estado da arte e ordenamento da pesca de sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) nas regiões sudeste e sul.** IBAMA/CEPSUL. Itajaí, SC:23p.

IBAMA, 1992. **Relatório da reunião técnica sobre sardinha.** IBAMA/CEPSUL.

FERREIRA, Jaime Fernando. **Laboratório de Cultivo de Mexilhões – LCMM.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 1997.

HÜBNNER, Laura Machado. **Caminhos de Santa Catarina na visão de viajantes estrangeiros.** Editora da UFSC. Florianópolis, 1990.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital: crítica da economia política.** Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Fávio R. Kothe. 2. ed., vol. I e IV. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

KOTAS, J. **A fauna acompanhante nas pescarias de Camarão em Santa Catarina.** Coleção Meio ambiente. Série Estudos Pesca. 24, IBAMA, Brasília, 75 p.

LAGO, Paulo Fernando. **Comunidades pesqueiras catarinenses**. Ed. SAI/MA, Rio de Janeiro, 1968.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da Terra Catarinense: desenvolvimento e educação ambiental**. UFSC/FCC/Lunardelli. Florianópolis 1988.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: A transformação dos espaços geográficos**. Verde água Produções Culturais, Florianópolis, 2000.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar: comparação internacional**. (coord.); tradução: Frédéric Bazin. Editora da UNICAMP – vol. I e II. São Paulo, 1998.

PIAZZA, Walter Fernando: **Santa Catarina: sua história**. Ed. UFSC/Editora Lunardelli, Fpolis, 1991.

PIZZOLATTI, Roland Luiz. **Os pequenos produtores do Oeste catarinense: integrados ou entregados?** – Tese de Doutorado em Geografia, USP, 1996.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. Tradução de Mariano Soares. Editora Movimento. Porto alegre 1978.

MAGALHÃES, Aimê Rachel M. **Laboratório de Mexilhões – LAMEX**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Fávio R. Kothe. 2. ed., vol. I e IV. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

MAZZALI, Leonel. **O Processo recente de reorganização Agroindustrial: Do Complexo à Organização “em rede”**. UNESP. São Paulo 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. **Extensão Pesqueira: Levantamento Sócio – Econômico Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis 1986.

NEVES, Delma Pessanha, e outros. **Para pensar outra agricultura.** Acordo CAPES/COFECUB. Organização: Ângela Duste Madaceno Ferreira, Alfio Branderburg. Editora da UFPR. Curitiba, 1981.

OLIVEIRA NETO, Francisco Manoel de. **Diagnóstico do Cultivo de Moluscos em Santa Catarina.** EPAGRI. Florianópolis, 2005.

PERTILE, Noeli. **A integração e a agricultura familiar no município de Quilombo, SC.** Blumenau em Cadernos – Tomo XLIII – nº 10 – setembro/outubro – 2002.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Editora da UFSC. Florianópolis 1991.

PINTO, Luís Carlos Guedes. **Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no Período 1964-1994.** UNICAM. São Paulo, 1991.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1992 – p. 204 -209.

RANGEL, Ignácio. Economia: **Milagre e anti – Milagre.** Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1985.

Revista Economia Política. Vol.2/1, nº 6, abril-junho/1982.

ROSA, Rita de Cássia Gordini. **Projeto de Coletores Artificiais de Sementes de Mexilhão.** Relatório parcial convênio EPAGRI/IBAMA nº 40/92. Florianópolis. 61 paginas.

SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual. **A experiência do PLAMEG – 1961/1965.** Ed. da UFSC, FESC/UDESC. Florianópolis 1985.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Ed. Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países do Capitalismo Avançado: A Pluriatividade.** Trabalho apresentado na Reunião anual do projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA – IV Encontro da Região sul. Porto Alegre, Novembro/93.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** Revista de Estudos Sociedade e Agricultura nº 16, Rio de Janeiro, abril de 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e ruralidade: **Enigmas e falsos dilemas.** Revista de Estudos Sociedade e Agricultura nº 17 Rio de Janeiro, outubro de 2001.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** 2. ed. Hucitec. São Paulo 1986.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como Método.** Boletim Paulista de Geografia/AGB nº 54 – jun.1977, São Paulo.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade.** Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 200.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA/SC. **Síntese Anual da Agricultura e Pesca de Santa Catarina.** Anos: 1985, 1977, 1980, 1981, 1982, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004. Instituto CEPA – Florianópolis.

Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca: **Relatório Final da I Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca de Santa Catarina**. UNIVALI, Itajaí – agosto de 2003.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul. **Projeto de Gerenciamento Costeiro: Diagnóstico ambiental do Litoral de Santa Catarina**. IBGE. Florianópolis, 2000. 53 páginas.

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Caracterização Regional – Secretaria Regional de São José**. Florianópolis, 2003.

SILVA, Célia Maria de. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Editora da UFSC. Florianópolis, 1992.

SILVA, José Graziano. **O novo rural Brasileiro**. Instituto de Economia – IE/UNICAMP. São Paulo 1999.

SILVA, José Graziano. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Editora Universidade/UFRGS. Porto alegre.

SILVA, Harrysson Luiz da. **A gestão do território pelo grupo Sadia no município de Concórdia – SC**. UFSC. Fpolis.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. Nacional. São Paulo, 1977.

SUDEPE/DPD, 1985. **Relatório da IV Reunião do Grupo Permanente de Estudos sobre Camarão, realizada em setembro de 1983 em Santos/SP**. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro/ Série Documentos Técnicos, Brasília, 33:129-173.

SUDEPE: **Relatórios de Pesca em Santa Catarina dos anos de 1963 a 1970**. Diretoria Regional de Florianópolis.

WILKINSON, John. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção.** Fundação Centro Estadual de Planejamento agrícola – CEPA/BA. São Paulo, 1986 p. 10.

WILKINSON, John. **Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980.** Editora Hucitec. São Paulo, 1977.

VINATEA, Arana Luís. **Fundamentos de Aqüicultura.** Ed. Da UFSC. Florianópolis, 2004.

VINATEA, Arana Luís. **Aqüicultura e Desenvolvimento Sustentável: subsídios para formulação política de desenvolvimento da aqüicultura brasileira.** EDFSC. Florianópolis 1999.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Geografia e trabalho no século XXI.** Centelha. Presidente Prudente, 2004.